

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

VERA TEREZINHA CARVALHO DA SILVA

**JOVENS RURAIS QUE PERMANECEM NO CAMPO:**  
a sucessão na agricultura familiar em dois municípios gaúchos

**Porto Alegre**

**2015**

VERA TEREZINHA CARVALHO DA SILVA

**JOVENS RURAIS QUE PERMANECEM NO CAMPO:**  
a sucessão na agricultura familiar em dois municípios gaúchos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Letícia Maria Schabbach

**Porto Alegre**

**2015**

### CIP - Catalogação na Publicação

CARVALHO DA SILVA, VERA TEREZINHA

JOVENS QUE PERMANECERAM NO CAMPO: a sucessão na agricultura familiar em dois municípios gaúchos / VERA TEREZINHA CARVALHO DA SILVA. -- 2015. 130 f.

Orientadora: LETICIA MARIA SCHABBACH.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Agricultura Familiar. 2. Sucessão familiar. 3. Juventude . 4. Os motivos da permanência dos jovens no meio rural. I. SCHABBACH, LETICIA MARIA , orient. II. Título.

## AGRADECIMENTOS

**Sonho realizado!!!** Momento de agradecer e reconhecer a todos(as) aqueles e aquelas que foram companhias imprescindíveis para que esse caminho pudesse ser percorrido até o final.

Agradeço primeiramente a esta *força interior* que se chama “DEUS”, que me conduz diariamente e que a cada derrota me torna mais forte, tornando possível ultrapassar os principais obstáculos para conseguir alcançar os objetivos traçados.

De forma especial, os meus grandes companheiros, começando por minha amada filha Valessa, que suportou e chorou as minhas prolongadas ausências, desde minha graduação em 1994 até hoje. Ao meu companheiro Milton, por sempre me dizer que eu conseguiria, dando uma atenção redobrada ao Lorenzo (nosso filho de 6 anos) para que eu pudesse me dedicar a esse trabalho. Ao meu amado filho Lorenzo, que queria um tempinho maior de brincadeiras comigo e rezava para a santinha para que eu concluísse o trabalho para dispor da minha companhia para brincar. A minha irmã caçula, tia Lele, que deu amor e carinho ao Lorenzo durante este meu período de ausência, me estimulando a continuar.

A minha colega Mariana: quando eu mesma duvidava que poderia passar na seleção de mestrado, ela fez com que eu acreditasse ser possível, sempre me dando força, me auxiliando através da leitura e de ajustes em meus textos. A Ester, colega e revisora que com todo profissionalismo, mas acima de tudo com carinho, habilidade, disponibilidade e delicadeza realizou os ajustes necessários neste trabalho, indo além da sua tarefa de revisora e me deu dicas e sugestões importantes, tornando mais rico este trabalho.

Ao Professor Ivaldo, que me recebeu como orientanda por um tempo e com sua vasta experiência, mas sobretudo humildade, me acolheu e respeitou o caminho escolhido da minha pesquisa. À Professora Leticia, minha orientadora, com cuja disciplina e competência profissional me conduziu à finalização desta Dissertação.

## RESUMO

A agricultura familiar passa por momentos de tensão e instabilidade devido à migração dos jovens para os grandes centros urbanos, o que ameaça a continuidade das unidades produtivas familiares no Rio Grande do Sul. Tal migração, mais do que um movimento demográfico geral de urbanização das sociedades industrializadas contemporâneas, representa um problema social que provoca, não apenas o esvaziamento demográfico do meio rural, mas também um dismantelamento e abandono dos equipamentos sociais ainda existentes no meio rural, tais como: igrejas, escolas, postos de saúde, salões comunitários, dentre outros. Diante deste cenário, existe atualmente em torno de 25% das propriedades rurais no Rio Grande do Sul que não terão um sucessor. Para contribuir com o conhecimento das questões atinentes à sucessão na agricultura familiar, esta Dissertação de Mestrado investiga os fatores relacionados com a sucessão e permanência nas unidades produtivas familiares, na contramão da maioria que opta por sair do meio rural. O caminho metodológico escolhido foi a pesquisa qualitativa por meio da realização de onze entrevistas narrativas com jovens rurais de dois municípios gaúchos, selecionados a partir dos seguintes critérios: idade entre 15 a 29 anos; com interesse em dar continuidade ao estabelecimento rural; existência de planejamento familiar da sucessão; presença de jovens mulheres em pelo menos duas famílias; e que os jovens pesquisados refletissem as características de três formas de sucessão previamente elaboradas. Também foram incorporadas as percepções de dois pais dos jovens, que estavam presentes nas entrevistas. Da análise do material empírico foi possível constatar a inexistência de um planejamento explícito da sucessão nas unidades produtivas familiares. Entre os principais fatores que despertam o desejo dos jovens do sexo masculino em permanecerem nas unidades produtivas familiares encontramos: a proximidade das UPFs com os centros urbanos, o que garante o acesso a serviços públicos e espaços de lazer, permitindo que desenvolvam atividades em um dos dois universos e residam em outro; certa autonomia financeira possibilitada pelo fato de todas as unidades produtivas familiares pesquisadas contarem com a alternância da renda mensal com a anual, o que contribui com a sustentabilidade do grupo familiar; bem como as questões afetivas, como o desejo de estar próximo da família e da comunidade. Quanto às jovens, percebemos que as relações de gênero continuam fortemente marcadas pela desigualdade de participação nas atividades e decisões na unidade produtiva familiar, mas este fator parece ser uma questão naturalizada pelos grupos familiares.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Sucessão geracional. Juventude rural. Rio Grande do Sul.

## ABSTRACT

The Family agriculture is going through a tense and instable moment due the migration of youth to large urban centers, threatening the continuity of family production units in Rio Grande do Sul. Such migration, rather than an urban general demographic movement of contemporary industrial societies, is a problem that causes not only a demographic emptying of the countryside, but also a decommissioning and abandonment of social facilities remaining in rural areas, such as churches, schools, health centers, community halls, among others. In this scenario, there are currently around 25% of farms in Rio Grande do Sul that won't have a successor. In order to contribute with the knowledge of the issues regarding the succession in family farming, this Master's Dissertation investigates what factors influenced the young people that decided by the succession and remained on the family production unit, against the majority who chooses to exit the rural area. The chosen methodological approach was a qualitative research; conducting eleven narrative interviews with rural youth in two counties in Rio Grande do Sul. The young people interviewed were selected according to the following criteria, aged 15 to 29 years; interested in continuing the rural setting; existence of family succession planning; young women presence in at least two families; and that the young people surveyed reflected the characteristics of three forms of succession previously developed. Also was incorporated the perception of two parents that were present during the young people interview. The analysis of empirical data determined the absence of an explicit succession planning in family production units. Among the main factors that awaken the desire of young men to remain in family production units found: the proximity of UPFs with urban centers, which guarantees access to public services and leisure facilities, allowing them to develop activities in one of the two universes and reside in another; some financial autonomy made possible by the fact that all family production units surveyed can alternating the monthly income with the annual income, which contributes to the sustainability of the family group; as well as emotional issues such as the desire to be close to family and community. With regard to young women, we realized that gender relations are still strongly marked by inequality of participation in the activities and decisions in the family productive unit, but this factor seems to be a naturalized matter by family groups.

**Keywords:** Family Agriculture; Generational Succession; Rural Youth; Rio Grande do Sul.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF	Crédito Fundiário
CFR's	Casas Familiares Rurais
CONJUVE	Conselho Nacional da Juventude
EFA's	Escolas Família Agrícolas
EMATER-RS	Associação Rio Grandense de Empreendimentos e Assistência Técnica e Extensão Rural
FETAG	Federação dos Trabalhadores da Agricultura
Pro Jovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPF	Unidade Produtiva Familiar

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I</b> .....	<b>7</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>1.1 O PROBLEMA DE PESQUISA</b> .....	<b>11</b>
<b>1.2 JUSTIFICATIVA</b> .....	<b>13</b>
<b>1.3 OBJETIVOS</b> .....	<b>15</b>
<b>1.3.1 OBJETIVO GERAL</b> .....	<b>15</b>
<b>1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b> .....	<b>15</b>
<b>1.4 HIPÓTESE</b> .....	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO II</b> .....	<b>17</b>
<b>2 METAMORFOSES NA AGRICULTURA FAMILIAR</b> .....	<b>17</b>
<b>2.1 DEFINIÇÃO E ANTECEDENTES HISTÓRICOS</b> .....	<b>17</b>
<b>2.2 OUTRAS RURALIDADES E O ESPAÇO DA AGRICULTURA FAMILIAR</b> .....	<b>22</b>
<b>2.3 AGRICULTURA FAMILIAR E MULTIFUNCIONALIDADE</b> .....	<b>24</b>
<b>CAPÍTULO III</b> .....	<b>29</b>
<b>3 A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR</b> .....	<b>29</b>
<b>3.1 AS DIVERSAS FORMAS DE SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR</b> .....	<b>29</b>
<b>3.2 A SUCESSÃO DO PATRIMÔNIO (FINANCEIRO E CULTURAL)</b> .....	<b>31</b>
<b>3.4 AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA SUCESSÃO</b> .....	<b>44</b>
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	<b>48</b>
<b>4 OS SUJEITOS DA PESQUISA: JOVENS RURAIS</b> .....	<b>48</b>
<b>4.1 A DIFICULDADE EM DEFINIR JUVENTUDE</b> .....	<b>48</b>
<b>4.2 AS TENTATIVAS DE DEFINIÇÃO (BIOLÓGICA, PSICOLÓGICA, ETÁRIA)</b> .....	<b>52</b>
<b>4.3 A JUVENTUDE RURAL: SUA INVISIBILIDADE SOCIAL E CARACTERÍSTICAS DIFERENCIADAS</b> .....	<b>55</b>
<b>4.4 JUVENTUDE RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	<b>58</b>
<b>4.5 A SOCIALIZAÇÃO DOS JOVENS RURAIS</b> .....	<b>64</b>
<b>CAPÍTULO V</b> .....	<b>71</b>
<b>5 OS MOTIVOS DA PERMANÊNCIA DOS JOVENS NAS UNIDADES PRODUTIVAS FAMILIARES</b> .....	<b>71</b>
<b>5.1 PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	<b>71</b>
<b>5.2 CARACTERIZAÇÃO DOS DOIS MUNICÍPIOS ONDE AS ENTREVISTAS FORAM REALIZADAS</b> .....	<b>75</b>
<b>5.3 CARACTERIZAÇÃO DAS UPFS E DOS JOVENS</b> .....	<b>79</b>
<b>5.4 OS DEPOIMENTOS DOS ENTREVISTADOS</b> .....	<b>83</b>
<b>6 CONCLUSÃO</b> .....	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>112</b>
<b>APENDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA</b> .....	<b>124</b>
<b>APÊNDICE B – MOBILIZAÇÃO DA JUVENTUDE RURAL NO RIO GRANDE DO SUL</b> .....	<b>126</b>



## CAPÍTULO I

### 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar passa por momentos de tensão e instabilidade devido à migração dos jovens para os grandes centros urbanos, o que ameaça a continuidade das unidades produtivas familiares no Rio Grande do Sul (SILVESTRO *et al.*, 2001).

Desta forma, a migração dos jovens para o meio urbano, mais do que um movimento demográfico geral de urbanização das sociedades industrializadas contemporâneas, tem sido vista como um tipo de problema, na medida em que não só contribui para o esvaziamento demográfico do meio rural, mas também provoca um dismantelamento e abandono dos equipamentos sociais ainda existentes no meio rural, tais como igrejas, escolas, postos de saúde, salões comunitários, dentre outros (FERREIRA; ALVES, 2009).

Segundo Castro (2005), existe, ainda, outra consequência com a saída do jovem ou da juventude rural, pois se apresentam como categorias aglutinadoras de atuação e reivindicação política em determinados grupos, como os Jovens Sem-Terra, as juventudes partidárias, a Pastoral da Juventude, a Pastoral da Juventude Rural, os grupos de jovens de igrejas evangélicas, a Juventude do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

A continuidade da agricultura familiar, como ressalta Brumer *et al.* (2000), está ligada à disposição dos jovens filhos dos agricultores em sucederem os seus pais. Consequentemente, a não sucessão e o processo de êxodo dos jovens para os centros urbanos são percalços ao desenvolvimento daquela. Para Mello *et al.* (2003) os problemas envolvidos na questão sucessória parecem colocar em risco a reprodução econômica e social da agricultura familiar.

Brumer e Spanevello (2008) levantam a hipótese de que a agricultura familiar esteja enfrentando novos impasses no que diz respeito a sua reprodução social, em razão das incertezas sucessórias das UPFs. A nova configuração da questão sucessória levanta a possibilidade de descontinuidade da agricultura familiar e das UPFs. A existência de pais sem sucessores pode significar pais sem amparo dos filhos na velhice; mas, além disso, pode significar que o destino da propriedade saia das mãos da família e passe a outros proprietários, que tenham interesse ou não.

O questionamento principal que se faz é como se dá ou se dará a reprodução geracional das unidades familiares de produção, uma vez que as pesquisas sobre o tema apontam para a tendência de a sucessão na agricultura familiar ser realizada principalmente

por filhos de agricultores. Importante destacar que a reprodução da unidade produtiva familiar a que nos referimos é a transferência de todo o saber, conhecimento, modo de viver do agricultor, de uma geração a outra, enquanto que a sucessão da unidade produtiva familiar é a continuidade da atividade por um filho ou filha, dentro da mesma unidade ou em outra.

Também se faz importante informar ao leitor que a literatura que trata da sucessão na agricultura familiar aponta que ela se dava normalmente por um dos filhos. Esta questão será aprofundada no capítulo III – deste trabalho.

Desde o início de século XXI são recorrentes as menções aos graves problemas associados ao adensamento populacional em inúmeras áreas do País, tenha ele ocorrido em décadas anteriores ou ainda em curso. Este processo, que em outros países levou séculos para ocorrer, no Brasil avançou a passos largos em um período relativamente curto (BAZOTTI; PINHEIRO, 2012). No meio rural da região Sul tal movimento deflagrou-se rapidamente, com o forte êxodo das décadas de 1970 e 1980. Martine e Garcia (1987) e Martine (1991) afirmam que essas transformações são uma consequência das políticas públicas e do processo de modernização da agricultura.

Aos fatores que contribuíram com o êxodo rural, Lisboa (2004) acrescenta os planos de desenvolvimento econômico no País, concebidos tradicionalmente com o objetivo de acelerar o crescimento econômico, principalmente do setor industrial, deixando à margem os aspectos sociais envolvidos.

Por sua vez, Graziano da Silva (2000) considera que esse processo decorre das condições econômicas, sociais e políticas brasileiras, as quais indicam a disparidade entre diferentes classes sociais, marginalizando diretamente as classes menos favorecidas, como os agricultores com baixo poder aquisitivo, os pequenos proprietários e os agricultores familiares que dispõem de pequenas áreas cultiváveis. O autor conclui que a modernização da agricultura brasileira tendeu a favorecer o aumento da participação relativa das camadas mais ricas na apropriação da renda total (GRAZIANO DA SILVA, 2000).

Segundo os censos demográficos do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), em 1950 a população rural no Brasil representava 63,84% do total da população; no Rio Grande do Sul, era de 34,14%. Em 2010 estes percentuais caem, respectivamente, para 15,64% e 14,9% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Além disso, registre-se que no período entre 2000 e 2010 a população rural no Brasil diminuiu 20,74%, representando a menor proporção dentre os residentes desde 1960.

Dados do Censo Demográfico de 2010 apontam a existência de 2.640.642 jovens de 15 a 29 anos no Rio Grande do Sul, dentre os quais 336.026 (12 %) estão no campo. Em

paralelo, os dados do Censo Agropecuário IBGE (2006) apontam para a existência de 441.467 estabelecimentos rurais no Estado. Ao se analisar um intercruzamento entre o número de estabelecimentos rurais com o número de jovens residentes na área rural no Rio Grande do Sul – considerando que haja um jovem em cada propriedade -, poder-se-ia dizer que há, atualmente, 105.407 UPF sem jovens para realizar a sucessão.<sup>1</sup> Esse número representa cerca de 25% das UPF do RS sem jovens, sem contabilizar os jovens que não irão permanecer, pelos fatores que estamos discutindo nesta pesquisa.

A maioria dos estabelecimentos rurais é de agricultura familiar: aproximadamente 84,4% no Brasil e 85,75% no Rio Grande do Sul (IBGE, 2006), sendo esta a principal fonte de renda e subsistência das famílias que vivem neste meio. Os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) mostram que, apesar de ocupar apenas um quarto da área, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção (ou R\$ 54,4 bilhões). E, ainda, no ano de 2003, este setor, sozinho, correspondia a 27% do PIB gaúcho (BRASIL, 2007). A agricultura familiar tem também uma importância fundamental para a produção de alimentos, produzindo mais de 70% da alimentação que vai para a mesa da população; além disso ela é significativa para a ocupação e obtenção de renda de parcela importante da população. E mais, de acordo a Fundação de Economia e Estatística (GRANDO, 2011), no Rio Grande do Sul a agricultura familiar, com apenas 30,6% de ocupação das terras do meio rural, emprega mais de 80,5% da mão de obra do setor agrícola.

Guanziroli *et al.* (2001) referem que o diferencial em relação à competitividade da produção familiar está na sua capacidade de gerar renda por unidade de trabalho, com baixa capitalização de recursos. Schneider (2003) reforça que o potencial de gerar valor agregado na produção reflete-se no aumento de empregos produtivos.

Essas razões elucidam a importância da população do campo e da agricultura familiar para o equilíbrio econômico e social da vida, tanto no campo quanto na cidade. Por sua vez Mussoi (2006), quando afirma que a agricultura familiar, pelas suas características – produtora de alimentos básicos baratos, reserva de mão de obra, consumidora de insumos industriais, geradora de um movimento econômico considerável - é, ao mesmo tempo, importante para o modelo geral e gradativamente excluída dele.

Quanto à continuidade da atividade agrícola Champagne (1986) ressalta que, embora ela seja uma opção aberta para indivíduos de origens sociais diversas (rural ou urbana), o

---

<sup>1</sup> Análise realizada pela EMATER-RS/ASCAR-2012.

ingresso na ocupação agrícola continua a ser feito, em grande parte, por indivíduos do próprio meio rural.

Abramovay *et al.* (1998) também afirmam que a geração de novos agricultores passa, necessariamente, pela sucessão profissional, transferência hereditária e aposentadoria. Os autores afirmam, ainda, que, em regiões com predominância da agricultura familiar, o êxodo rural que atinge as populações jovens é mais acentuado hoje do que em períodos anteriores.

Neste sentido, pesquisadores como Testa *et al.* (1996), Abramovay *et al.* (1998), Renk (2000), Silvestro *et al.* (2001) e Mior (2005) constatam a existência de uma crise socioeconômica, notoriamente manifestada pelo contínuo abandono das UPFs rurais por parte dos mais jovens e, conseqüentemente, pelo envelhecimento da população que ainda reside no campo. De acordo com esses autores, a agricultura familiar começa a enfrentar problemas sucessórios que não existiam até pouco tempo atrás. Camarano e Abramovay (1998), analisando o êxodo rural a partir da década de 1950, afirmam que a cada dez anos um em cada três brasileiros vivendo no meio rural opta pela emigração. Pois, se até os anos 60 os filhos de agricultores apresentavam forte desejo de permanecer, hoje a maioria dos jovens com menos de 20 anos e, sobretudo, as jovens, rejeitam fortemente essa ideia (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998, MELLO, 2006). Essas transformações em relação às percepções e desejos dos jovens em permanecer nas unidades produtivas familiares serão aprofundadas no capítulo III.

De acordo os autores referidos acima (TESTA *et al.*, 1996, ABRAMOVAY *et al.*, 1998, RENK, 2000, SILVESTRO *et al.*, 2001, MIOR, 2005), os principais fatores de migração do meio rural parecem estar associados à questão da propriedade e do trabalho rural e à do núcleo familiar propriamente dito. Entre os fatores relativos à propriedade e ao trabalho, estão: a percepção dos jovens de que as atividades agrícolas são mal remuneradas e penosas; a falta de liberdade e a mobilidade espacial reduzida; a divergência entre os interesses e projetos de vida dos membros do grupo doméstico, além de conflitos intergeracionais e falta de planejamento e de definição sobre a sucessão; o modelo de gestão da propriedade centralizado na figura do pai chefe de família, sem a participação dos demais membros. Entre os fatores mais associados à dinâmica familiar, temos a dificuldade dos pais em aceitar as ideias e as inovações propostas pelos(as) filhos(as) e em lhes proporcionar espaços para que desenvolvam os seus próprios projetos e atividades produtivas na propriedade; a inexistência de autonomia financeira dos filhos e, principalmente, das filhas; a subalternidade dos jovens na hierarquia familiar; assim como a invisibilidade do trabalho das mulheres nas atividades de geração de renda dentro das unidades produtivas familiares. Além

disso, tem-se também o fato de que os jovens já estão na idade de definir o seu projeto de vida enquanto os pais ainda estão na fase produtiva, em função do aumento da expectativa de vida; bem como situações em que os pais passam aos filhos uma imagem negativa da atividade agrícola e não desejam que eles reproduzam os seus próprios sacrifícios e dificuldades. E ainda que permaneçam no meio rural, emergem conflitos de valores entre moças e rapazes, principalmente no que se refere ao significado do casamento, que está diretamente relacionado à sucessão familiar.

A complexidade envolvida em tais fatores permite afirmar que a juventude rural é a categoria “afetada pelas mudanças e crises recentes do mundo rural” e questionar sobre “como essa realidade é reelaborada na formulação dos projetos individuais e familiares em contextos sociais e econômicos distintos” (CARNEIRO, 2010, p. 2).

Assim, devido ao contexto de intensas transformações onde está imersa a agricultura familiar, parecem poucas perspectivas dos jovens permanecerem e sucederem o pai na atividade.

As profundas mudanças no meio rural são também apontadas por Wanderley (2000), tornando legítimo o entendimento de que o rural se tornou o lócus onde emergem novas questões, referentes não só à sua parcela rural, mas à sociedade como um todo. Dessa forma, pode-se perguntar em termos gerais: qual o lugar da agricultura ou do contexto rural nas sociedades pós-industriais? Existe espaço para a juventude rural neste contexto? É possível imaginar, fora do universo ficcional, uma sociedade sem agricultores?

Com tais questões, por remeterem à afirmação da importância da agricultura nas sociedades pós-industriais, postula-se a necessidade de se compreender os motivos que influenciam os jovens que optam pela continuidade do trabalho nas Unidades Produtivas Familiares (UPF), no contexto da agricultura familiar do Rio Grande do Sul, em direção distinta a de um grande contingente de jovens que vem abandonando, paulatinamente, o meio rural.

Aqui estamos entendendo unidade produtiva familiar como o espaço familiar, a propriedade e o trabalho dos sujeitos da pesquisa.

## **1.1 O problema de pesquisa**

Diversos autores que pesquisam a sucessão na agricultura familiar (TESTA *et al.*, 1996, ABRAMOVAY *et al.*, 1998, RENK, 2000, SILVESTRO *et al.*, 2001, MIOR, 2005) vêm destacando a falta de sucessores na agricultura familiar no Brasil. Estas pesquisas constatarem que conflitos entre gerações, falta de autonomia e renda dos jovens, bem como

problemas de diálogo entre gerações, são as causas comuns da recusa dos jovens em permanecerem no meio rural.

Para Bourdieu (1989), há períodos em que a procura do “novo” se intensifica, através da qual os “recém-chegados” (que são também, quase sempre, os mais novos biologicamente) empurram os “já chegados” para o passado, para o ultrapassado, para a morte social (“ele está acabado”). Assim, as lutas entre gerações intensificam-se quando as trajetórias dos mais jovens e dos mais velhos se chocam, e os jovens aspiram “cedo demais à sucessão” (BOURDIEU, 1989, p. 120).

Ainda, de acordo com Zorzi (2005), muitos herdeiros não aceitam a forma de transferência da propriedade atualmente adotada pelas famílias de agricultores: ou a propriedade é repassada ao irmão que trabalhou com o pai – enquanto os demais tiveram oportunidade de estudar e investir em profissões mais rentáveis – ou a propriedade é dividida entre todos os irmãos.

Desta forma, acabam ocorrendo rupturas no antigo modelo de sucessão até então existente: o minorato, forma de transmissão do patrimônio que predominava até os anos 60, segundo a qual o filho mais novo ficava com a propriedade paterna, enquanto que a reprodução da profissão de agricultores dos demais filhos era viabilizada através da compra de terras vizinhas ou de outras alternativas encontradas pelo grupo familiar (MELLO *et al.*, 2003). Nesse modelo sucessório ocorria uma lógica de organização interna da família determinada pela permanência de pelo menos um dos filhos na propriedade, sendo demarcada pela autoridade paterna com preferência pelos filhos homens para dar continuidade à agricultura (MELLO *et al.*, 2003). A indefinição quanto a um novo modelo de sucessão na agricultura familiar, que substitua o anterior, instaura uma crise nos processos sucessórios. Quanto a isto, Anjos e Caldas (2006) salientam que são diversas as questões relacionadas à problemática da sucessão nas unidades de produção familiares. Entre elas, destaca-se o fato de que o assunto tem implicações enormes para um grande número de unidades domésticas rurais, onde emergem conflitos dos mais diversos envolvendo a posse de uma terra que, invariavelmente, é escassa e representa o principal ativo do patrimônio familiar (ANJOS; CALDAS, 2006).

Os conflitos sobre a forma como é realizada a sucessão são os principais fatores a influenciarem o abandono do campo pelos jovens em busca de emprego e renda nos centros urbanos, sendo que, em muitos casos, lá não encontram mercado de trabalho suficiente para absorvê-los (ABRAMOVAY, 1998). Assim, postula-se que as causas da migração campo-cidade transcendem as questões objetivas de trabalho e renda, envolvendo outros

determinantes e motivações subjetivas de como os jovens examinam a sua realidade, como percebem o seu mundo e como significam a si mesmos, aos outros e as suas ações (ABRAMOVAY, 1998, ANDRADE, 1998, CARNEIRO, 1998).

Considerando a problemática acima enunciada, propôs-se, nesta pesquisa, analisar **quais os fatores que influenciam os jovens que permanecem nas unidades produtivas familiares (UPF), enquanto a maioria não continua no meio rural.**

Para tanto, o estudo examinou aspectos objetivos e subjetivos relacionados com os motivos dos jovens em dar continuidade ao trabalho nas UPF, procurando compreender que arranjos familiares estas famílias vêm produzindo para garantir a sucessão nas unidades produtivas familiares do Rio Grande do Sul.

## **1.2 Justificativa**

As pesquisas acadêmicas sobre sucessão na agricultura familiar no Brasil têm investigado, de maneira geral, os fatores que influenciam a saída dos jovens do meio rural. De acordo com Abramovay (1998), os jovens vêm sendo descartados pelas transformações que estão ocorrendo no meio rural, principalmente aqueles que possuem nível inferior de educação, os quais, provavelmente, encontrarão trabalhos mais precários se vierem a atuar fora do mundo onde foram educados. Para o autor, esses jovens, pela sua experiência ao longo da vida, adquiriram um conhecimento acumulado que lhes tornou profissionais altamente qualificados no âmbito do meio rural. Portanto, a sua migração para as cidades significa a perda de um capital social imprescindível à reprodução da agricultura familiar. Por outro lado, ao chegarem às cidades, não encontram inserção profissional que valorize e respeite o seu conhecimento acumulado. Assim sendo, os jovens são duplamente excluídos: primeiro do meio rural e, depois, nas cidades.

Ao invés de focar exclusivamente o êxodo do campo, alguns autores têm ressaltado a necessidade de se conhecer os casos de jovens que permanecem na agricultura familiar. Dentre eles, Carneiro e Castro (2007) referem que os pesquisadores deveriam se ater menos aos jovens que não querem ficar no meio rural e sim àqueles que gostariam de ficar, embora não encontrem condições.

Brumer (2006) também corrobora o fato de que uma das grandes polêmicas do espaço rural na contemporaneidade é a participação dos jovens nas dinâmicas migratórias, no sentido campo/cidade, interrompendo, desta forma, a reprodução social da agricultura familiar. A autora afirma que existem muitas investigações sobre os motivos da saída do campo, principalmente das mulheres jovens. De fato, vários pesquisadores vêm abordando esta

situação, entre eles: Silvestro (1995), Renk (1997 e 2000), Bach (2001), Poli (2002), Badalotti (2003), Badalotti e Reis (2005). E, tal como Carneiro e Castro (2007), eles alertam para a importância de que os estudos direcionem o seu olhar para os aspectos que contribuem com a permanência desses (as) jovens nas unidades produtivas familiares.

Além desta lacuna na literatura, destaco a minha afinidade com o tema, que vem de minha história de vida: sou filha de agricultor, de uma família com 14 filhos que residia em uma pequena propriedade em um dos municípios mais pobres do Rio Grande do Sul, Santana da Boa Vista, situado na região da Campanha no Estado. Oportuno destacar que este processo é semelhante ao da pesquisa, uma vez que sou mulher e vivenciei dificuldades semelhantes aos jovens rurais que atualmente pesquiso. Ou seja, filha de agricultores com uma propriedade com 30 hectares e 14 filhos. Atualmente dois irmãos vivem no meio rural no mesmo município, todos os demais migraram para centros urbanos em busca de trabalho. Há 24 anos sou funcionária da EMATER-RS/ASCAR<sup>2</sup>, no cargo de extensionista rural, trabalhando em pequenos municípios com agricultores familiares. Migrei para Porto Alegre em 2006 e atualmente coordeno o trabalho do eixo juventude e sucessão na agricultura familiar no RS, na Gerência Técnica estadual da entidade. Trabalhando nesta área, ouço diariamente a queixa sobre a saída dos jovens do meio rural e suas consequências para o desenvolvimento deste espaço. Ao mesmo tempo, vivencio diversos casos de sucessão geracional em pequenas unidades produtivas familiares, que me aguçaram a curiosidade por conhecer os arranjos que estas famílias realizam a fim de garantir a sucessão, na contracorrente da tendência geral de ampliação da rarefação populacional no campo.

O aspecto inovador deste estudo assenta-se na realização da pesquisa diretamente com as famílias que conseguiram realizar a sucessão nas unidades produtivas familiares, de forma a evidenciar os fatores que influenciaram os jovens a permanecer nas unidades produtivas familiares. Neste sentido, considerando que as novas gerações de agricultores são, principalmente, filhos e filhas de agricultores, será possível trazer para o debate acadêmico aspectos desconhecidos da reprodução da agricultura familiar, relacionados com a permanência intergeracional na propriedade.

Conforme abordaremos no capítulo III, relativamente à sucessão na agricultura familiar, os autores utilizados na revisão da literatura indicam que o tema sucessão na agricultura familiar vem sofrendo rupturas, sem que seja determinado um novo modelo que o substitua. Desta forma, esta pesquisa também se propôs a identificar, através do discurso dos

---

<sup>2</sup> Associação Rio-grandense de Empreendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural/Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural.



movimentos sociais da agricultura familiar, quais as perspectivas desses sujeitos em relação à sucessão na atualidade, como uma contribuição diferencial para a discussão atualizada do(s) modelo(s) de sucessão na agricultura familiar que vêm sendo configurado(s) no interior gaúcho.

Ao mesmo tempo, a contribuição social que este trabalho poderá acrescentar ao debate dar-se-á pelo aporte de informações sobre sucessão rural, contribuindo assim para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento rural mais eficazes.

### **1.3 Objetivos**

#### **1.3.1 Objetivo geral**

O objetivo geral que orientou a pesquisa foi conhecer os fatores que incidem sobre a permanência na agricultura familiar, especialmente os aspectos relacionados com a gestão da propriedade e a divisão social do trabalho.

#### **1.3.2 Objetivos específicos:**

- a) Apreender as representações sociais dos jovens acerca do rural e do urbano;
- b) Perceber as formas de divisão do trabalho e de gestão da propriedade por geração e gênero nas UPFs;
- c) Analisar como se dá a socialização dos jovens e o desenvolvimento de vínculos comunitários e de pertencimento no meio em que vivem.

### **1.4 Hipótese**

Embora a pesquisa não seja inferencial e explicativa, nós supomos, como hipótese, que a sucessão geracional nas Unidades Produtivas Familiares tem maior possibilidade de realização quando os (as) jovens:

- a) participam das decisões relativas à gestão e reprodução da UPF;
- b) têm relação de pertencimento e valorizam os laços culturais e comunitários no meio de vivência;
- c) que realizaram a sucessão pertencem a famílias que acessam o Pronaf e têm acompanhamento dos serviços de extensão rural.

O caminho metodológico escolhido foi a pesquisa do tipo qualitativa, no sentido de identificar os fatores envolvidos com a sucessão no meio rural e as razões e os motivos que

levam os jovens a permanecerem neste contexto. A coleta de dados envolveu entrevistas narrativas e observação no momento de entrevista, realizadas junto a jovens agricultores (as) familiares de dois municípios gaúchos: São Miguel das Missões e Agudo. O percurso metodológico é detalhado mais adiante, no capítulo V desta Dissertação.

Além desta Introdução e da Conclusão, esta dissertação é desenvolvida em outros três capítulos. O capítulo seguinte propõe uma contextualização da agricultura familiar, com os conflitos, as novas ruralidades e as novas noções no espaço rural como a multifuncionalidade. No terceiro capítulo tratamos da sucessão na agricultura familiar em suas diferentes formas. O quarto analisa os conceitos relativos aos sujeitos desta pesquisa, conforme retratados pelas abordagens teóricas existentes. No quinto capítulo analisamos o material empírico, de forma a entender as motivações dos jovens para permanecerem no meio rural.

## CAPÍTULO II

### 2 METAMORFOSES NA AGRICULTURA FAMILIAR

Este capítulo contextualiza a situação da agricultura familiar no Brasil e no Rio Grande do Sul em particular, apresentando os seus antecedentes históricos, outras ruralidades e perspectivas atuais sobre o meio rural.

#### 2.1 Definição e antecedentes históricos

Examinando-se a literatura sobre o tema, contata-se que não existe um consenso entre os pesquisadores em relação à definição do que seja a agricultura familiar, na atualidade. Na tentativa de se esboçar uma definição apropriada para a forma familiar na produção agropecuária consideram-se relevantes as características básicas apontadas por: Lamarche (1993), Gasson e Errington (1993), Wanderley (1999, 2003), Tedesco (1999), Abramovay (1998), Poli (2002), Graziano Silva (1996, 1999), Carneiro (1998) e Ploeg (1992).

Para Ploeg (1992), Lamarche (1993) e Wanderley (1999), a agricultura familiar é aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Ressaltam eles que o caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, pois a associação destes elementos – família-produção e trabalho – tem consequências fundamentais para a forma como a agricultura familiar se coloca econômica e socialmente. Neste contexto, a propriedade e o trabalho assumem, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais (LAMARCHE, 1993, p.14). Gasson e Errington (1993) defendem que a agricultura familiar é aquela em que a gestão é feita pelos proprietários, os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco, o trabalho é fundamentalmente familiar, o capital pertence à família, o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família e os membros da família vivem na unidade produtiva.

Schneider (2003) complementa a definição dos autores, referindo que a agricultura familiar é aquela unidade em que geralmente o trabalho da terra realizado pela família e os produtos que deste trabalho resultam são utilizados prioritariamente para satisfação das necessidades do grupo familiar, sendo o excedente comercializado.

Com base na literatura, Altafin (2007) destaca duas vertentes na conceituação da agricultura familiar, uma a vincula às transformações capitalistas e outra a considera um conceito em evolução.

Na primeira vertente, Abramovay (1998) defende que a modernidade transforma o camponês tradicional em agricultor profissional, em função de sua adesão às novas tecnologias e ao mercado, sendo caracterizada pelo exercício da atividade no interior da família e de forma intergeracional. Segundo Abramovay *et al.* (1998, p.18) a agricultura familiar representa um patrimônio com duplo conteúdo social: por um lado é a base material de um negócio mercantil, por outro, é sobre ele que repousa não só a manutenção, mas a própria organização familiar. É nesse sentido que a agricultura familiar, mesmo nos países capitalistas centrais onde perdeu seus traços camponeses, caracteriza-se pela unidade entre o negócio e a família.

Na outra vertente, Tedesco (1999) e Wanderley (2003) consideram que, mesmo com a modernização, os agricultores familiares ainda resistem e se reproduzem através de valores camponeses que animam o convívio entre vizinhos, o trabalho de base familiar, a pequena produção de alimentos variados que garantem segurança alimentar. Estas são características típicas de um camponês tradicional que podem ser resumidas no tripé terra-trabalho-família.

Em relação à perspectiva dicotômica entre campo e cidade, Graziano Silva (1996, 1999) comenta que alguns autores atestam o fim do rural e a hegemonia do urbano, em decorrência da transição dos complexos rurais para os agroindustriais. Porém, o autor defende que na atualidade é necessário entender o rural e o urbano como um *continuum* entre ambos os espaços. Carneiro (1998) complementa dizendo que o “campo” não está passando por um processo único de transformação em toda sua extensão, pois, se as medidas modernizadoras sobre a agricultura moldaram o padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, os seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a elas não são, de modo algum, uniformes. Nesse sentido, não se pode falar de ruralidade em geral, pois ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos.

A situação atual da agricultura familiar brasileira é resultado de um processo histórico que iniciou com a colonização, influenciado principalmente pelos acontecimentos políticos, econômicos e sociais dos últimos séculos e se destacando nas últimas décadas. “Evidentemente a exploração familiar tem passado também por profundas transformações nestas últimas décadas, todavia foi bastante afetada pelo caráter ‘conservador’ da modernização agrícola: discriminatório, parcial e incompleto” (LAMARCHE, 1997, p. 184).

Segundo Grossi e Graziano Silva (2002), no Brasil essas transformações intensificaram-se na década de 50, a partir da instalação de indústrias produtoras de insumos para a agricultura (máquinas, adubos químicos e agrotóxicos), incentivada pelo governo. Esse processo de incentivos faz surgir a “revolução verde”, tendo como objetivo retirar a

agricultura do “*atraso*” que veio a se consolidar nos anos 60. Porém, Grossi e Graziano Silva (2002) referem que a partir dos anos 80 o incentivo estatal começa a ser reduzido devido a medidas de combate à inflação. Mesmo assim, o processo de desenvolvimento tecnológico não foi interrompido totalmente, fazendo com que em 1970 fossem introduzidas as novas tecnologias que contribuiriam para o fortalecimento das pesquisas em biotecnologia.

Este modelo não resolve os principais problemas da agricultura, pois, se por um lado a modernização aumentou a produção agrícola ampliando divisas econômicas a partir da exportação, por outro, ampliou a marginalização e a exclusão dos agricultores, que não conseguiam adequar-se ao modelo capitalista de produção.

Grossi e Graziano Silva (2002) destacam o êxodo rural entre os aspectos negativos desse processo. Nas lavouras, por exemplo, as atividades que antes eram executadas por “turmas” passaram a ser realizadas por poucas pessoas, deixando milhões de pessoas desempregadas, que não tiveram outra opção a não ser irem para a cidade. Outra consequência deste processo incidiu sobre a organização do trabalho familiar: o que era antes atividade de toda a família, hoje pode ser executado por apenas uma pessoa.

Lamarche (1997, p. 179) acrescenta aos reflexos da modernização da agricultura outros elementos, como o fato de que “a agricultura familiar foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileiras, com suas três grandes características: *a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a escravatura*”. (grifos meus).

Desta forma, a política econômica setorial incentivada através do discurso de modernização da agricultura, longe de resolver a subordinação agrícola, reforçou esse mesmo discurso “ao aprofundar a dependência da produção agrícola em relação aos insumos industriais e ao associá-la cada vez mais aos mercados consumidores urbanos” (WANDERLEY, 2009, p. 210).

Assim, o processo de modernização também inviabilizou a produção, desequilibrou a competitividade e fez com que as UPFs familiares modificassem sua forma de produção e reprodução, obrigando muitos produtores a venderem suas terras e migrarem para os centros urbanos, ou, ainda, a viverem em condições de miséria rural, abandonados pelos programas excludentes de incentivo à modernização da agricultura. Ou seja, o processo de modernização da agricultura não produziu uma ampla melhoria da qualidade de vida das populações rurais.

Neste contexto, é possível afirmar que a agricultura familiar no País surge como uma forma de produção alternativa à monocultura e ao latifúndio do período colonial, os quais se

fortaleceram com os impactos sociais, culturais e ambientais ocasionados pela “revolução verde” implantada a partir da década de 1950.

Peixoto (1998) afirma que a agricultura familiar sobrevive ocupando pequenas extensões de terra, utilizando tecnologias rudimentares e destinando a produção, em grande parte, para o consumo familiar. Além disso, desempenha outras funções, como a de produtora de alimentos e a de reservatório de mão de obra para o latifúndio. As limitações tecnológicas que caracterizam os produtores familiares levaram à formulação do conceito de produção para o autoconsumo, em que praticamente não se observa a geração de excedentes.

Kwitko (2005) destaca a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos, pois a maioria dos agricultores que vive em condições de pobreza continua responsável por expressiva parcela da produção de alimentos e matérias-primas, sobretudo em regiões como o Nordeste. A eles se somam os trabalhadores sem-terra, bem como inúmeras famílias que perderam suas terras ou seus empregos em atividades agrícolas e que lutam para a elas retornar.

Guanziroli *et al.* (2001) argumentam que o diferencial em relação à competitividade da produção familiar está na sua capacidade de gerar renda por unidade de trabalho, com baixa capitalização de recursos. Schneider *et al.* (2009) reforçam que o potencial de gerar valor agregado na produção reflete-se no aumento de empregos produtivos.

Todas essas razões apontadas pelos autores elucidam a importância da população do campo para o equilíbrio econômico e social da vida urbana.

Porém, Carneiro (1999, p. 8) ressalta que a visão da agricultura familiar como “atrasada”, mas ainda com “potencialidade”, tem colaborado para a priorização dos agricultores considerados “viáveis”; “partindo dessa afirmativa da necessidade de maior eficiência produtiva dessa forma de produção familiar, fica a necessidade de esta ter que desenvolver a sua potencialidade que ainda ‘*está faltando*’”. Assim, como consequência desta visão, as políticas públicas são elaboradas para resolver “*o atraso*” da agricultura familiar. A autora argumenta que esta abordagem acerca das unidades de produção familiares, limitada à economia de mercado, acaba tendo duas consequências. Primeiro, exclui uma parcela de agricultores considerados “sem potencialidades para o progresso”, ou os exclui da participação na economia e da sociedade como um todo. Segundo, dificilmente os agricultores familiares conseguirão responder à exigência de competitividade, pois o seu processo de organização não incorpora, necessariamente, a renda, a terra ou os lucros de produção (CARNEIRO, 1999, p. 332).

A expressiva presença da agricultura familiar no Brasil pode ser constatada pelos dados do INCRA/FAO (2000), que revelam que aproximadamente 85% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares. São 13,8 milhões de pessoas que têm na atividade agrícola praticamente a sua única alternativa de vida, em cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura.

Ainda, tomando por base os dados de Toscano (2003), cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira vêm desse tipo de produção rural e quase 40% do valor bruto da produção agropecuária são produzidos por agricultores familiares. Cerca de 70% do feijão, 84% da mandioca, 5,8% da produção de suínos, 54% da bovinocultura de leite, 49% do milho e 40% de aves e ovos são produzidos pela agricultura familiar.

Esse potencial é ilustrado por Brandão (2007, p. 41-42):

Somos alimentados por grãos, frutas e folhas que ainda provêm bem mais da multivariância da agricultura familiar típica do campesinato tradicional e da expansão (menos visível, mas possivelmente mais sólida) de novas alternativas de produção e gestão do ambiente e dos bens da terra, como a agricultura orgânica [...]. De um lado, as imensas áreas uniformemente tomadas de pessoas e culturas tradicionais para abrigarem o gado ou a soja. De outro, a criação recente de áreas crescentes de produção agropastoril e mesmo madeireira regidas por princípios de sustentabilidade e solidariedade.

Após a Constituição Federal de 1988 a agricultura familiar tem sido objeto de diversas legislações específicas. Em 1991 a Lei Agrícola determinava que a União deveria instituir serviços de ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural pública e gratuita para os pequenos agricultores. Todavia, somente em 2003 o Ministério de Desenvolvimento Agrário implementa esta determinação legal, estabelecendo, através do Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003, a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural. Outros programas e leis específicas também se dirigiram aos agricultores familiares, tais como: a) O PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado pelo Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996 (BRASIL, 1996); b) A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, instituída pela Lei 11.326/2006, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006); c) e a PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária; e o PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária –, ambos instituídos pela Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010).

Todavia, apesar da importância da agricultura familiar no Brasil, as políticas agrícolas priorizaram historicamente os grandes empreendimentos rurais. Além disso, autores como

Carneiro e Maluf (2005) criticam o foco na quantidade produzida e na produção mercantil dos agricultores, favorecendo especialmente os viáveis e competitivos.

## **2.2 Outras ruralidades e o espaço da agricultura familiar**

As novas atividades e mudanças que ocorrem no espaço rural – como o aumento de ocupações não agrícolas, a pluriatividade, a chegada de infraestrutura, o desenvolvimento dos meios de comunicação –, são atividades que, segundo Graziano da Silva (1997), configuram um novo rural. Para o autor, essas mudanças produziram um irreversível processo de urbanização do campo: “[...] pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural.” (GRAZIANO SILVA, 1997, p. 43).

Neste processo o meio rural, antes visto somente através da agricultura, cede espaço para o “novo rural” (GRAZIANO SILVA, 1997, LIMA, 2005), que ultrapassa as atividades agropecuária e agroindustrial, com a diversificação de atividades agrícolas e não agrícolas e as “novas” atividades agropecuárias. O rural deixa de ser um espaço “estritamente agrário”, com novas ocupações e atividades de serviços, comércio, hotelaria, chácaras de recreação, serviços de turismo e lazer, etc.

Dentro desse debate, autores têm enfatizado a importância de se pensar o rural enquanto *território*, pois o uso do solo e as atividades não se limitam mais à agricultura, incorporando várias atividades terciárias (ABRAMOVAY, 2003). Nesta perspectiva, o desenvolvimento rural é considerado como multissetorial, deixando de ser centrado no crescimento econômico, o que abre espaço para uma visão de contexto histórico e da diversidade de articulações e processos de mobilização produtiva e social que envolvem os atores e as organizações no espaço rural. Além disso, o desenvolvimento rural passa a englobar questões ambientais, ao enfatizar os limites naturais da produção acelerada, sem considerar os princípios ecológicos. Abramovay (2000) cita as experiências europeias como importante exemplo para a reflexão nacional acerca das dimensões territoriais e do desenvolvimento rural.

Todavia, segundo Martins (2001), não existem indícios, no rural brasileiro, de que o surgimento das atividades não agrícolas tenha modificado substancialmente as estruturas patrimonialistas das formações rurais; nem há, tampouco, informação que comprove o melhoramento dos níveis de educação, de atendimento à saúde, do acesso a esgoto e água tratada nas comunidades rurais do País.



Wanderley (2009) sublinha duas características do rural: a relação dos habitantes do campo com a natureza e as relações sociais diferenciadas. Dessas relações, resultam práticas e representações acerca do espaço, do tempo, do trabalho, da família, etc. Tais características, entretanto, não representam toda a história do espaço rural, pois “o rural não se constitui como uma essência imutável [...], mas como uma categoria histórica.” (WANDERLEY, 2009, p. 204).

A ideia de ruralidade destaca mudanças no meio rural que não ocorrem somente a partir da cidade. Carneiro (1998, p. 59) chama a atenção para essa questão:

As novas experiências engendradas por esse processo se nutrem de uma diversidade social e cultural que, por sua vez, alimentam as trocas enriquecendo os bens (culturais e simbólicos) e ampliando a rede de relações sociais. Portanto, a heterogeneidade social, ainda que ela produza uma situação de tensão, ela é também responsável pelo enriquecimento do tecido social das localidades sem que isso resulte, necessariamente, em uma descaracterização da identidade cultural local. Ao contrário, a diversidade pode atuar no sentido de consolidar as identidades dos grupos ao possibilitar uma consciência de si na relação com o outro, o que pode contribuir igualmente para a definição de uma identidade urbana no interior de uma localidade tida como rural e vice-versa.

A partir disso, Carneiro (2001, p. 11) postula que existem atividades que reproduzem o campo como meio de sobrevivência, principalmente enquanto um lugar de preservação da natureza: “a noção de rural como espaço de preservação ambiental e [a noção] de natureza como meio de contemplação, analisadas a partir desta perspectiva, passam a ser concorrentes com o valor da terra como meio de produção agrícola”.

Outra abordagem, defendida por Rua (2002, p. 41), bastante próxima da concepção de ruralidade, privilegia a ideia de urbanidades: “seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se trate esses espaços formalmente como urbanos”. A chegada de urbanidades no mundo rural pode ser percebida através das transformações no cotidiano dos moradores locais, não restritas ao espaço físico, revelando-se, também, nas interações culturais entre ambos os espaços. A padronização do consumo e o mercado consumidor tipicamente urbano que chegam aos espaços rurais através dos veículos de comunicação são exemplos das “urbanidades” citadas por Rua (2005).

Na sequência, trataremos da multifuncionalidade como forma de adaptação da produção agrícola familiar às transformações macroestruturais na agricultura.

### 2.3 Agricultura familiar e multifuncionalidade

Desde a década de 1970 vem sendo analisada a alteração das formas familiares de produção na agricultura mundial, a fim de se compreender o seu papel no desenvolvimento do sistema capitalista do pós-guerra (MATTEI, 2007).

De acordo com Schneider (2003), no Brasil a discussão sobre a pluriatividade é recente, somente em meados da década de 1990 aparecem os primeiros trabalhos sobre as alterações nos mercados de trabalho rural, com destaque para as atividades não agrícolas<sup>3</sup>.

Para Marsden (1995 *apud* MATTEI, 2007), com a emergência da pluriatividade inicia-se um processo de revitalização das formas de produção e de reprodução da força de trabalho no meio rural. Ploeg e Marsden (2008) referem que esse processo pode ser o paradigma para dirimir a situação de exclusão vivenciada por muitas das famílias que vivem no meio rural. Mas, para isto ocorrer é necessário buscar o reposicionamento das regiões rurais na sociedade, através da reconstrução das relações entre o rural e o urbano. Isto envolveria reconectar atividades, recursos e atores em novos princípios: sustentabilidade, soberania, segurança alimentar, multifuncionalidade, entre outros (PLOEG; MARS DEN, 2008). Para Ventura e Milone (2004, p. 81), em relação ao aspecto econômico, tais inovações podem reposicionar as unidades produtivas no meio rural em termos de competitividade.

Nesta perspectiva, o espaço rural passaria a assumir novas funções como produtor de bens e serviços, sem estar necessariamente ligado à produção de alimentos e de matérias-primas. Para Mattei (2007) a dinâmica do processo de trabalho das famílias rurais ganha relevância na análise da pluriatividade, bem como suas formas de se relacionar com os mercados e com o ambiente institucional.

Outro autor neste debate é Fuller (1990 *apud* MATTEI, 2007), que ressalta a importância de considerar a divisão familiar do trabalho nas interpretações da pluriatividade, as inter-relações entre a dinâmica interna das unidades familiares de produção e o ambiente socioeconômico externo.

Para Ploeg e Marsden (2008), os novos mercados do meio rural estão cada vez mais condicionados às demandas dos consumidores, e estas apresentam um caráter intersetorial, exigindo um uso múltiplo das unidades produtivas familiares.

---

<sup>3</sup> Embora o esforço dos pesquisadores pioneiros, a consolidação do tema na esfera acadêmica deu-se somente o Projeto Rurbano, coordenado pelo professor José Graziano da Silva, cujo objetivo era analisar a dinâmica ocupacional do mercado de trabalho rural.

O debate sobre esta “nova ruralidade”, conforme Carneiro (2002), incorpora duas dinâmicas:

- A ocupação do espaço rural por outras atividades não propriamente agrícolas, associadas à revalorização do mundo rural como espaço de lazer ou residência;
- A valorização do campo como “lugar de trabalho e de vida”, através das políticas do PRONAF ou da implantação dos assentamentos rurais.

Por consequência, as representações não se sustentam mais em sua desqualificação como “atrasado”, mas sim na valorização da natureza e do patrimônio sociocultural do espaço rural (CARNEIRO, 2002, p. 226).

Na visão de Fuller (1990 *apud* MATTEI, 2007), a noção de pluriatividade permite analisar a forma como o trabalho é realizado pelas famílias nos diferentes tipos de atividades que constituem padrões individuais e coletivos de trabalho que transformam as unidades produtivas familiares em multidimensionais, através da prática de atividades agrícolas e não agrícolas, favorecendo, assim, a diversificação da renda.

De acordo com Schneider e Conterato (2006), em algumas situações a noção de pluriatividade pode servir para compreender as mudanças na própria função da agricultura, indo além da produção de alimentos, sendo capaz de gerar emprego e contribuir para a preservação ambiental e para a própria dinamização do meio rural. Desta maneira, algumas formas de agricultura até a pouco consideradas um atraso em termos de desenvolvimento – por exemplo, a agricultura em tempo parcial – hoje se tornam necessárias à dinamização e à sustentabilidade do setor (MATTEI, 2007). Em consequência, estas atividades podem dar um novo sentido ao meio rural, sendo capazes de contribuir para desacelerar o grande êxodo da população do campo (LAURENTI, 2000, p. 4).

Gidakou *et al.* (2004) pesquisaram a pluriatividade para a continuidade intergeracional da agricultura familiar na Grécia. Os autores procuraram identificar as tendências e diferenças entre agricultores pluriativos e os que praticam exclusivamente atividades agrícolas. Concluíram que, na maioria das UPFs rurais, a próxima geração estará envolvida em atividades pluriativas, e que parte delas ainda será realizada no meio rural, embora os agricultores residam em centros urbanos próximos e com emprego na cidade. Os autores constataram que na Europa a pluriatividade exerce um relevante papel na reprodução dos agricultores familiares, na preservação do seu espaço social e econômico, apresentando-se como uma estratégia que estimula a permanência dos filhos na propriedade rural. Além disto, segundo eles, a pluriatividade contribui para uma agricultura competitiva, sustentável e orientada para a qualidade.

Por sua vez, Carneiro (1998) e Schneider (2003) referem que a realização de atividades pluriativas pelas unidades produtivas familiares pode representar uma estratégia da família para gerar rendas que complementem a atividade agrícola e viabilizar a sua permanência no campo, mesmo quando a agricultura não é a atividade principal. A pluriatividade também pode decorrer da sobra de tempo da mão de obra familiar, resultante da adoção de novas tecnologias. Isto é, a pluriatividade pode tanto ser de importância estratégica para a sobrevivência e continuidade da unidade produtiva familiar, quanto sinalizar a diminuição gradual da população agrícola. Como exemplo, Carneiro (1996) cita casos em que, na Europa, as atividades não agrícolas representam a única forma de garantir a permanência de sucessores para dar continuidade à UPF.

Shucksmith e Smith (1991) salientam as dificuldades de consolidação da pluriatividade no continente europeu, uma delas é o medo que alguns agricultores têm de se tornarem proletários, resistindo em aceitar trabalhos manuais de baixo prestígio social. A outra seria a dificuldade que algumas unidades produtivas familiares têm de diversificar o uso da terra para outras atividades, também devido à escassez de recursos financeiros.

Weisheimer (2005) refere que os jovens rurais exercem, cada vez mais, atividades não apenas de plantar e criar, mas também: turismo, artesanato, prestação de serviços, entre outras. O autor constata que a juventude quer viver a vida de outra forma, explorando outras possibilidades que o meio rural apresenta. Por isso, já não se pode falar em uma única juventude rural, muito menos falar-se em uma única agricultura ou uma única perspectiva do rural.

Hoffmann e Ney (2008) constatarem que no Brasil existe uma participação expressiva das atividades não agrícolas na renda domiciliar, sendo 49,7% no meio rural como um todo, 33,2% no rural oficial, e de 63,9% nas cidades rurais<sup>4</sup>. Nos países da América Latina, conforme quadro 1, os principais empregos não agrícolas estão divididos em cinco grupos: produção agrícola, consumo da população, serviços públicos, consumo da população urbana e mercado de trabalho urbano.

---

<sup>4</sup> Os autores definiram como cidades rurais as compostas por áreas que, mesmo oficialmente consideradas urbanas, apresentam baixo contingente populacional e baixa densidade demográfica.

<b>Vínculos com:</b>	<b>Motores</b>	<b>Exemplos</b>
<b>I - Produção agrícola</b>	A produção agropecuária requer bens e serviços não-agrícolas e atrai investimentos na expansão da agroindústria local.	Comércio de insumos Serviços de transporte Reparos mecânicos Agroindústria
<b>II - Consumo da população rural</b>	A população rural demanda bens e serviços produzidos dentro ou fora da localidade.	Pequenos comércios Serviços de costura Transporte
<b>III - Serviços públicos</b>	Os serviços públicos no meio rural geram empregos.	Professores Profissionais de saúde
<b>IV - Consumo da população urbana</b>	A população urbana demanda bens e serviços que só podem ser produzidos no meio rural.	Turismo de praia e campo Artesanatos locais Serviços domésticos Construção civil
<b>V – Mercado de trabalho urbano</b>	Algumas pessoas moram no meio rural por causa da qualidade de vida ou menor custo de moradia, mas trabalham em áreas urbanas.	Construção civil Serviços domésticos Comércio Indústria

**Quadro 1 - Emprego rural não-agrícola mais comuns nos países latino-americanos**

Fonte: Berdegué *et al.* (2000) e Laurenti e Del Grossi (2000) *apud* Hoffmann; Ney (2008, p. 371).

Porém, segundo Lanjouw (1999 *apud* HOFFMANN; NEY, 2008), um fator decisivo para a expansão das atividades não agrícolas nos países em desenvolvimento é a escolaridade elevada, que possibilita aos agricultores realizar a implantação de atividades de processamento e de comercialização de alimentos dentro de suas unidades. Deste modo, a elevação da escolaridade, que poderia garantir a permanência dos jovens no campo, também pode concorrer para sua saída.

José Graziano da Silva (1997) postula que a transformação socioeconômica que ocorreu no campo foi protagonizada pela expansão de atividades rurais como a agroindústria, o artesanato, o turismo rural, etc. Porém, na visão de Del Grossi (1999), as atividades não agrícolas são as que mais se sobressaem no meio rural, fazendo com a agropecuária se torne uma atividade parcial e, concomitante a isto, as famílias procurem formas de aumentar os baixos salários, aproveitando o tempo e a mão de obra disponível na propriedade.

Schneider (2003) constata uma estabilização da população economicamente ativa (PEA) nas últimas décadas, relacionada com a ocupação em atividades não agrícolas, que aumentou de 3,06 em 1981 para 3,49 milhões de pessoas em 1992, e para 4,62 milhões em 1999. Isto representou um aumento de 1,5 milhões de novos postos de trabalhos nas duas últimas décadas.

Ao analisar a importância das ocupações não agrícolas nos países desenvolvidos, Schneider (2007, p. 6) constatou – através dos trabalhos de Klein (1992), Weller (1997) e Berdegué, Reardon e Escobar (2001) – que na América Latina as ocupações não agrícolas atingiram em torno de 22% das atividades no final da década de 1980. O autor constatou que

o aumento é mais expressivo entre as mulheres, pois em nove países latino-americanos a variação da participação feminina neste tipo de atividade cresceu de 65% para 93% (SCHNEIDER, 2007).

Já no Rio Grande do Sul, de acordo com Scott, Cordeiro e Menezes (2010), a pluriatividade é praticada, em média, por 44% das famílias, atingindo uma participação mínima em Três Palmeiras (28%) e máxima em Veranópolis de (59%). Como se pode observar, existe uma variação no uso da pluriatividade, dependendo das regiões ou municípios onde as famílias estão inseridas.

## CAPÍTULO III

### 3 A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Neste capítulo buscamos compreender o processo de sucessão, mais especificamente na agricultura familiar. Para isto analisaremos as formas de sucessão mais destacadas pela literatura: a sucessão como continuidade e preservação do modo de vida dos agricultores, como patrimônio cultural e financeiro, incluindo a questão das diferenças de gênero.

#### 3.1 As diversas formas de sucessão na agricultura familiar

Para Silva, Sousa e Silva (s/d) analisando o trabalho de Mishra *et al.* (2010), o processo sucessório e a aposentadoria estão intimamente ligados e interferem no negócio agrícola. Os autores analisaram as variáveis que mais influenciam nas decisões de sucessão em UPFs nos Estados Unidos. Os resultados indicam que a riqueza gerada em nível endógeno e o tamanho da propriedade, agregadas à idade do agricultor, ao nível de escolaridade, à presença de trabalho não agrícola, e à localização da propriedade rural são os principais fatores para a existência de um plano de sucessão geracional. Segundo Tondo (2008), sucessão é um processo natural que ocorre em todas as organizações que se perpetuam. Mais cedo ou mais tarde, com o processo de envelhecimento, doenças e/ou morte, antigas lideranças necessitam ser substituídas. É o rito de transferência de poder e capital entre a geração que atualmente dirige e a que virá a dirigir, conforme Leone (1991).

A sucessão é reconhecida como o repasse do poder e do patrimônio entre gerações no âmbito da agricultura familiar, em que os pais paulatinamente vão entregando a gestão do estabelecimento e a formação profissional a um (a) novo (a) agricultor (a). A continuidade do processo sucessório na agricultura familiar implica, além da reprodução entre as gerações de um patrimônio material (particularmente da propriedade da terra), a transmissão de todo o conhecimento histórico e sociocultural. Nesse sentido, a sucessão geracional é entendida como um processo pelo qual é constituída uma nova geração de indivíduos que permanecem no campo, assumindo o comando do estabelecimento e dando continuidade às atividades profissionais paternas, sendo os filhos dos agricultores os possíveis sucessores. Mais importante que o instante específico em que se faz a transferência jurídica de bens é a gradual passagem de responsabilidades de uma geração para a outra, nesta “*unidade indissolúvel de geração de renda*” que é a agricultura familiar (CHAYANOV, 1986 *apud* SILVESTRO *et al.*, 2001, grifos do autor).

Mello *et al.* (2003) e Juchem, Boscarin e Céspedes (2005) apresentam elementos característicos de sucessão na agricultura familiar, por exemplo: está articulada em torno da figura paterna, que detém o controle sobre o momento e a forma da passagem das responsabilidades sobre a gestão do estabelecimento para a próxima geração. Além disto, o processo sucessório torna-se importante porque envolve um componente-chave – o patrimônio da família, a continuidade da atividade profissional do pai e a saída da geração mais velha do comando da propriedade.

No seu estudo sobre as sociedades camponesas, Spanevello (2008), ao analisar pesquisa de Wolf (1970) relata a existência de, ao menos, dois tipos de herança: a) sem partilha, que envolve a passagem dos recursos a um único herdeiro (a propriedade pode passar para o primogênito, para o mais jovem ou para algum descendente solteiro designado pelo chefe de família); b) por partilha, abrangendo um sistema de herança que envolve mais de um herdeiro, sendo que a propriedade produtiva pode passar para um herdeiro. Aos demais herdeiros resta, assim, a posição subordinada junto à propriedade familiar, ou em última análise, abandoná-la, com ou sem compensações.

Também Carneiro (2001, p. 25) comenta que o sistema de herança atual passa por dois momentos: “[...] a escolha do sucessor – aquele que assegura a continuidade da exploração agrícola e a manutenção do grupo familiar – e a partilha dos bens, diretamente associada ao primeiro”. Como refere a autora, as questões relativas à sucessão podem ser resolvidas de duas formas: mantendo a integridade do patrimônio ou fracionando-o, o que pode inviabilizá-lo produtiva e economicamente.

Sobre a transmissão de patrimônio, Seyferth (1985) considera que, independente da forma (herança, doação ou inventário), irá prevalecer o arranjo costumeiro. Os procedimentos mais comuns incluem, segundo a autora: a exclusão das mulheres, a herança impartível e a compartilhada, embora nem sempre esta beneficie todos os herdeiros.

Em relação à forma de sucessão, Mello e outros (2003) constataram que, até o final dos anos de 1960, o padrão reprodutivo das unidades familiar do oeste catarinense fundamenta-se no *minorato* (MELLO *et al.*, 2003). Ou seja, enquanto o filho mais novo ficava com a propriedade paterna, a reprodução da profissão de agricultores dos demais filhos era viabilizada pela dotação dos meios necessários, pela valorização da profissão, pela grande mobilidade espacial e pela existência de um dinâmico mercado de terras. Para estes autores, no Brasil, tradicionalmente, o modelo sucessório da agricultura familiar dava-se pela permanência de pelo menos um dos filhos na propriedade, obedecendo a uma organização



interna familiar demarcada pela autoridade paterna e pela preferência dos filhos homens na continuidade da agricultura.

O processo sucessório, conforme Burton e Walford (2005), é baseado no ciclo de vida da família e varia conforme os distintos estágios: a) o estágio inicial, quando as crianças dedicam seu tempo aos estudos e iniciam os trabalhos na propriedade sob a supervisão dos pais; b) o segundo, quando se intensifica a participação das crianças no trabalho; c) o terceiro, quando são delegadas mais responsabilidades em termos de técnicas e métodos produtivos, aumentando a responsabilidade dos filhos dentro da família; d) o quarto, quando o pai se retira da administração da propriedade e transfere totalmente o patrimônio para a geração seguinte.

Por sua vez, Abramovay (2000) afirma que a sucessão das novas gerações de agricultores é um processo dependente dos seguintes fatores: a) a sucessão profissional mediada pela passagem da gerência do negócio, do poder e da capacidade de utilização do patrimônio na próxima geração; b) a transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes; e c) a aposentadoria, quando cessa o trabalho e, sobretudo, o poder da atual geração sobre os ativos que compõem a idade produtiva.

Após analisar as diferentes formas de sucessão destacadas pela literatura, salientamos que a sucessão abordada neste trabalho é representada pela “sucessão na agricultura familiar”, e não apenas a geracional. A seguir abordaremos aspectos relevantes deste processo, dentre eles: a sucessão do patrimônio e como um meio de vida dos agricultores, e as relações de gênero envolvidas nos processos sucessórios.

### **3.2 A sucessão do patrimônio (financeiro e cultural)**

Inicialmente iremos diferenciar sucessão de herança, ou sucessor de herdeiro. Conforme o dicionário Aurélio (FERREIRA, 1995, p. 1.624 e 889): “sucessor: aquele que substitui outrem num cargo ou função” e “herdeiro: aquele que sucede na totalidade da herança, ou de parte desta, sem determinação de valor ou individualização de objeto”. Ou seja, o sucessor fica centrado mais nas funções e nos cargos gerenciais da propriedade, enquanto o herdeiro está mais relacionado à transmissão do patrimônio em virtude de herança deixada pelo falecido. E embora as figuras de sucessor e herdeiro possam estar em uma mesma pessoa, cada um deles pode surgir em momentos diferentes e em pessoas distintas, não precisando ocorrer obrigatoriamente juntos (ADACHI, 2006). Diniz (2007) também argumenta que a sucessão não é o mesmo que herança. O sucessor assume outras funções dentro da unidade de produção. O herdeiro apenas recebe os valores patrimoniais (terra,

rebanho, equipamentos, casa). Muitas vezes o sucessor é também o herdeiro, mas nem sempre o herdeiro exerce ambos os papéis.

Uma importante característica da agricultura é que o pleno exercício profissional por parte das novas gerações, além do aprendizado de um ofício, compreende também a gestão do patrimônio imobilizado em terras e outros capitais. (GASSON; ERRINGTON, 1993).

Através de pesquisa realizada por Santos (2006), sobre partilha de herança entre descendentes de portugueses que moram em uma região rural do município do Rio de Janeiro, podemos identificar uma modalidade de sucessão em que a UPF tinha um valor afetivo para além do econômico. A autora cita uma divisão de bens entre 12 filhos (sendo quatro mulheres e os demais homens) que foi igualitária, pois todos receberam bens de igual valor econômico. Entretanto, observando em detalhes, foi possível perceber que as filhas e o filho que não moravam com a família receberam casas e lojas, mas não as terras, tratores, caminhões, enfim, os bens de produção da família. Analogamente ao que afirma Seyferth (1985), a divisão da herança foi referenciada não no Código Civil, mas no direito costumeiro. A terra foi encarada como um patrimônio e não apenas como uma mercadoria e se esperava durante o inventário que houvesse uma submissão dos interesses pessoais aos interesses coletivos. Por isto a reivindicação de uma das irmãs foi vista como intransigente e descabida, assinalando-se que quem reclamou foi justamente a caçula, aquela que frequentou escola por mais tempo (terminou o ensino médio), casou fora do grupo e teve menor contato com os irmãos. Como havia grande diferença de idade, os irmãos casaram-se cedo, a metade deles antes de ela nascer.

Este fato relatado na pesquisa citada demonstra que, para entender a transmissão do patrimônio, é importante contemplar o conjunto de relações e de variáveis atuantes no interior da família, sem se deter apenas nas regras e princípios verbalizados ou legais.

De forma similar à pesquisa supracitada, Paulilo (2004) também constatou que as mulheres recebem herança, bem como o irmão que “foi para a cidade”, mas mesmo que em termos monetários a quantia recebida seja igual, apenas os filhos homens que moravam no sítio ficavam com a terra, os tratores e os caminhões. Desta forma, a divisão funciona como uma forma de exclusão, porque, embora economicamente igualitária, a partilha simbolicamente dividiu e demarcou os “de dentro” e os “de fora”.

Como constata Carneiro (2006), nas questões relativas à herança patrimonial entre os agricultores familiares brasileiros predominam as regras culturais sobre o processo de sucessão, por vezes modificam-se as leis em favor dos interesses coletivos da família. De acordo, ainda, com a mesma autora, os códigos costumeiros ou usuais estabelecem o “símbolo

da unidade e da identidade familiar” sobre o patrimônio, que deverá ser “reproduzido no tempo através dos laços familiares e da partilha desigual”. (CARNEIRO, 2006, p. 24). Este sistema cultural não reconhece todos os filhos com direitos iguais, em geral selecionando um entre todos, normalmente do sexo masculino, para dar continuidade à manutenção do patrimônio familiar, cabendo aos irmãos excluídos da partilha buscar a sua sobrevivência fora do meio agrícola (CARNEIRO, 2001, RAMOS, 2004). A forma de compensação aos excluídos geralmente é reduzida ao enxoval e alguns bens para as moças que se casam com outro agricultor, ou, aos demais “revertida em sua manutenção na cidade enquanto estuda e se prepara para a inserção no mercado de trabalho urbano.” (SPANVELLO, 2008, p. 190).

Outro aspecto a destacar é que a sucessão é demarcada pela autoridade paterna, cujo papel é definir o sucessor e encaminhar profissionalmente os demais filhos (SANTOS, 1984, TEDESCO, 1999). Por trás da presença do sucessor reside a continuidade do projeto coletivo familiar, a reprodução do estabelecimento e o nome da família (WOORTMANN, 1995).

Para os pais ter um sucessor significa ter um filho para ampará-los na velhice. No entanto, a falta de sucessores, que surge em razão de os filhos não desejarem permanecer na agricultura, vem mudando a dinâmica da transmissão do patrimônio ou propriedade. A pesquisa de Lopes (2006) mostra que nos estabelecimentos onde há entraves para se concretizar a continuidade por uma nova geração, os proprietários pensam em transmitir o patrimônio para familiares mais próximos, como irmãos e sobrinhos, embora não vislumbrem perspectivas de reprodução da unidade produtiva, pois, neste caso, nenhum dos possíveis sucessores trabalha na agricultura.

Spanevello (2008) mostra que os agricultores sem sucessores acabam criando distintas estratégias em relação à transmissão do patrimônio, levando em consideração: as dificuldades em continuarem sozinhos no meio rural, a preocupação com a velhice, a certeza de que os filhos não voltam, a vontade de residir próximo dos filhos na cidade e o apego ao estabelecimento. O trabalho de Carneiro (1998) também mostra os variados destinos das UPFs sem perspectivas sucessórias: tanto podem vir a ser alugadas para vizinhos que permanecem na atividade agrícola, quanto podem ficar abandonadas, ou mesmo serem vendidas.

Em sua pesquisa, Spanevello (2008) verificou que as UPFs sem sucessor foram colocadas à venda, ou a família pensava em deixar o estabelecimento para parentes ou filhos. Entre os agricultores que pretendiam vender a UPF, os pais não alimentavam mais expectativas de retorno dos filhos, seja para morar ou produzir. Os agricultores que pretendiam deixá-la para os filhos levavam em conta o compromisso moral dos filhos de

cuidar dos pais. Conforme Carneiro (1998), a venda é a opção menos aceita, ocorre principalmente entre os agricultores mais velhos, que ainda mostram algum apego à UPF.

A partir dos encaminhamentos planejados pelos pais é possível verificar, como mostra Spanevello (2008), que o patrimônio a ser deixado para os filhos é distinto e variável. Nos casos em que acontece a venda, os pais usam o dinheiro para adquirir casa no meio urbano e os recursos restantes podem ser repassados aos filhos, ou, ainda, ser utilizados para ajudar economicamente o filho que ainda não está “bem instalado”, como, por exemplo, o que ainda estuda, o que não tem emprego fixo, dentre outras situações. Entre os agricultores que pretendem inserir pessoas externas à família, em geral os filhos não recebem qualquer valor, pois os pais usam a propriedade como garantia de pagamento para a pessoa que vier a residir com eles e ampará-los na velhice. No grupo de agricultores que pretende deixar para os filhos, os pais almejam dividir de forma igualitária o patrimônio entre eles. A justificativa para a divisão, segundo os entrevistados da pesquisa, é que tanto os filhos como as filhas, em razão da saída, não se dedicaram efetivamente às atividades nos estabelecimentos (SPANEVERELLO, 2008). Para Carneiro (2001 *apud* SPANEVERELLO, 2008, p.173) a divisão igualitária entre homens e mulheres prevalece nos casos em que a terra perde o valor econômico e simbólico de reprodução da família: “quando a terra é destituída do valor simbólico e econômico para a agricultura, o trabalho da mulher tende a ser reconhecido (embora o homem ainda continue sendo o chefe da UPF), inclusive com possibilidade de estar incluída na herança da terra”.

Por fim, destacamos que os pais que herdaram a UPF tendem a pressionar os filhos para continuarem a tradição familiar (GASSON; ERRINGTON, 1993).

### **3.3 Sucessão como um modo de vida dos (as) agricultores(as) familiares**

Os agricultores familiares não consideram a terra apenas como um meio de produção, mas também como parte da sua vida, uma vez que as unidades de produção familiar se organizam com base no trabalho familiar e nos processos particulares de sucessão hereditária (WANDERLEY, 2009). Assim, a terra, além de propiciar a produção da agricultura, é também um local de produção de agricultores: em seus vários espaços ocorre um processo de ensino-aprendizagem, é um local de treinamento para futuros agricultores (ABRAMOVAY, 1997). É por isso que a maior parte da agricultura contemporânea não se apoia na separação entre negócio e família, confundindo-se geralmente o local de residência com o de trabalho e, mesmo que seja forte a presença da agricultura patronal (que tem empregados e paga salários), hoje já é reconhecida a importância social, econômica e territorial das unidades de produção familiar (SILVESTRO *et al.*, 2001).

Apesar da similaridade entre a agricultura familiar e as demais empresas familiares, em vários aspectos há diferenças significativas, destacando-se, entre outras, a coesão da família rural que procura manter um caixa único para administrar tanto o negócio quanto as despesas gerais da família, bem como a decisão centralizada nos pais. Assim “a empresa familiar é um negócio com objetivo puramente econômico, enquanto família é o grupo de pessoas ligadas por vínculo sanguíneo ou afetivo.” (ADACHI, 2006, p. 49)

O modo de funcionamento das famílias na agricultura familiar pode ser mais bem compreendido pela perspectiva oferecida por Woortmann e Woortmann (1997, p. 10):

O processo de trabalho dá-se pela articulação de forças produtivas com relações sociais de produção. A noção de forças produtivas, tal como é utilizada pela sociologia, significa o conjunto de fatores de produção: recursos disponíveis, homens e instrumentos de trabalho. Os elementos desse conjunto se combinam de maneira específica em cada sociedade específica, ou em cada momento histórico de uma sociedade, para produzir o que ela necessita. Contudo, nem os recursos, nem os instrumentos e os homens existem socialmente sem a cultura. É o saber que permite usá-los e é a cultura que lhes dá significado, inclusive para mais além da materialidade ou da instrumentalidade prática do trabalho.

Neste contexto, não basta apenas nascer camponês para ser camponês, é necessário que a pessoa receba, durante a sua vida, todo o conhecimento inerente ao modo camponês, o fazer camponês, inserido no dia a dia da unidade produtiva familiar (RENK, 1997; MENDRAS, 1984 *apud* STROPASOLAS, 2011). Esse processo de trocas de saberes na família visa a transmissão, de pai para filho, do saber prático, agrário, agrônômico, telúrico, como prática pura sem teoria (BOURDIEU, 1989, p. 22). Neste mesmo sentido, Champagne (1986), afirma que para ser um agricultor e conseguir reproduzir-se como tal é necessário que ele próprio acredite na ocupação agrícola, e que o modo de vida agregado a ela mereça ser reproduzido. Além da sua própria crença, é necessário fazer os filhos acreditarem na agricultura.

Nesta perspectiva, a transmissão do saber da agricultura familiar não se dá através da escola formal, nem dos livros. O compartilhamento desse saber dá-se no próprio trabalho, no dia a dia, no saber fazer, no aprender observando, no fazer executando. É através deste saber do agricultor, ligado diretamente à produção, que ele faz a gestão da atividade produtiva e, principalmente, a partir dela, a sua própria reprodução enquanto grupo social.

A produção é central para a reprodução do grupo, visto como um todo, e para cada grupo doméstico específico que a realiza, que é também a unidade de reprodução da força de trabalho. Se a produção é central para a reprodução, e se é pelo trabalho que se constrói a família, é pelo saber “técnico” que ela se faz e é o controle sobre esse saber que faz a hierarquia do grupo doméstico. Exerce-se o poder porque se detém o saber. Na hierarquia da unidade produtiva, o pai de família (no plano público) governa a família porque governa a produção; governa o processo de trabalho porque “domina” o saber. O saber “técnico” é, portanto, fundamental para a reprodução da estrutura social. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 12)

No passado a preparação dos filhos (as) ocorria de forma espontânea, como um processo natural, pois a condição camponesa não passava por questionamentos, sendo similar ao destino. O deserdamento ou a impossibilidade de permanência na condição de agricultor eram considerados uma penalização. Quem precisava migrar, por qualquer necessidade, era avaliado negativamente, pela impossibilidade de permanecer no meio rural, na visão de Renk (2000). Segundo esta autora, o trabalho assalariado recebia um “olhar de piedade”, pela sujeição que representava, “ir ao mando dos outros”. Portanto, os valores que prevaleciam na unidade produtiva familiar eram as estratégias do grupo para dar continuidade à propriedade. Todos os esforços do grupo familiar concentravam-se na elaboração de estratégias que viabilizassem a formação de novos agricultores, garantindo a reprodução social das unidades produtivas e dos valores fundamentais do grupo (RENK, 2000).

Nesse contexto, geralmente competia aos rapazes a reprodução do papel do pai, o de agricultor, enquanto para as mulheres cabia dar continuidade ao papel da mãe, o de esposa de agricultor (MELLO *et al.*, 2003). Assim, a identidade social familiar - com seus valores simbólicos, sua visão de mundo, sua concepção do trabalho, sua moral, que, de certa forma, também representavam o interesse do grupo familiar -, era transmitida aos filhos. A família estruturava-se, então, sob os valores passados de geração para geração, sendo este um ambiente fechado, sem interferências urbanas, pois havia uma distância geográfica, econômica e cultural entre o campo e a cidade. Nesse ambiente, a família representava um importante papel na educação e na sucessão de atividades, educando os filhos para a valorização da agricultura familiar. Durante este processo, a sucessão e a constituição de uma nova geração de agricultores pareciam acontecer de forma automática, pois a agricultura familiar produzia e formava novos agricultores familiares, continuamente. As possibilidades de aquisição ou ocupação de novas terras ofereciam base objetiva para o fortalecimento dos laços comunitários em que se valorizavam a manutenção da casa paterna, mas, sobretudo, a reprodução do modo de vida ligado à atividade agrícola (MELLO *et al.*, 2003).

No entanto, as constantes mudanças impulsionadas pelas transformações estruturais na sociedade em geral afetam o meio rural como um todo, alterando o modo de vida das famílias, e, em consequência, transformando a sucessão nas unidades produtivas familiares. (CARNEIRO, 1998, SILVESTRO *et al.*, 2001, BOURDIEU, 2000).

Os impactos gerados pelas transformações intensificam-se após os anos 1970, dificultando a formação de novas unidades produtivas apenas através da sucessão na atividade dos pais. Para Abramovay (1998, p. 35 e 36), o processo de sucessão, até então visto como natural, começa a se modificar: “A formação de uma nova geração de agricultores perde a

naturalidade com que era vivida até então pelas famílias, pelos indivíduos envolvidos nos processos sucessórios e pela própria sociedade”.

Essas transformações – entre elas as alterações no processo de sucessão das unidades produtivas familiares – têm sido motivo de preocupação para os agricultores familiares, que passam a pensar nos encaminhamentos derivados do amparo na velhice, devido à rejeição dos filhos em permanecer e dar continuidade à unidade produtiva familiar. Este é um assunto que, embora não abertamente discutido com os filhos, permeia os pensamentos da atual geração de agricultores (SPANEVERELLO, 2008).

Entretanto, de acordo com Spanevello (2008), não se pode afirmar que os filhos, ou que todos os filhos, não desejem seguir a atividade paterna ou que as relações familiares e a família tenham perdido a validade. Siqueira (2004) refere que os jovens recusam o modo de vida dos pais e que a rejeição à sucessão se deve ao modo como percebem a atividade paterna. Por outro lado, é importante destacar que, conforme Paulilo (2004), a profissão de agricultor é a que, entre todas, apresenta o maior número de filhos que seguem as atividades dos pais.

Carneiro (1998, p.4) refere que “o compromisso moral com a família é ainda muito forte, proporcional ao reconhecimento pela ‘ajuda’ familiar, o que cria uma situação de dívida jamais quitada”. Desta forma a decisão sobre o futuro por parte dos jovens filhos de agricultores representa um momento difícil: de um lado, há o desejo em buscar oportunidades de realização pessoal e profissional; de outro, estão as questões afetivas ligadas à família. A autora estudando duas comunidades rurais situadas nos municípios de Nova Friburgo (RJ) e de Nova Pádua (RS), mostra que os jovens se encontram em fase de construção de identidade, cultivando laços que os prendem à cultura de origem, ao mesmo tempo em que percebem a sua imagem na cultura urbana, vista como moderna.

Saber se será ou não sucessor (a) pode significar, de um lado o intenso envolvimento com o trabalho familiar, e, de outro lado, o total afastamento e desinteresse do trabalho na UPF. De acordo com Paulilo (2004), entre as causas da migração dos jovens está a demora na definição dos sucessores (as), a ampliação do seu horizonte profissional, a falta de discussão de questões fundamentais para a unidade de produção familiar. Além disso, com o aumento na expectativa de vida profissional dos pais, os filhos que assumem a propriedade juntamente com o pai acabam mantendo-se em uma posição de dependência por mais tempo.

A sucessão tardia é o modelo sucessório tradicionalmente utilizado no Sul do Brasil (PAULILO, 2004). Neste modelo, ainda que o filho more com o pai, ele pouco participa do processo de tomada de decisões da UPF, mesmo convivendo e trabalhar com seu pai e sua família e ser considerado uma força de trabalho importante. O filho assume como sucessor em

caso de morte ou aposentadoria paterna (GASSON, ERRINGTON, 1993). Todavia, segundo Adachi (2006), o melhor momento para iniciar a sucessão é quando o sucedido estiver em plena capacidade, com energia e potência para colaborar com o sucesso do processo sucessório que, por vezes, demonstra-se complexo, demorado e delicado.

Em paralelo a estas questões, de acordo com Stropasolas (2011) vêm ocorrendo modificações significativas nos processos de socialização das crianças, nas comunidades rurais e na agricultura familiar especificamente. Em certas localidades, as precárias condições das famílias, a migração dos jovens, a debilidade de equipamentos sociais e de espaços de sociabilidade, com implicações no ambiente cultural onde estão inseridas as crianças (restringindo as oportunidades de interação social intrageracional), a diminuição no número de filhos e a ausência de instituições atuando com crianças rurais, acarretam dificuldades nos processos de socialização infantil. Esta situação estimula muitas das crianças (sobretudo na faixa etária de 13 a 14 anos) e, principalmente, as meninas, a fazerem planos visando a continuidade dos estudos e a busca de uma profissão alternativa à agricultura. De acordo com Woortmann e Woortmann (1997), a socialização constitui uma das especificidades do processo de trabalho familiar no meio rural, situada dentro das relações sociais de produção e marcada por dimensões ou relações subjetivas e simbólicas.

A difusão do automóvel, dos meios de comunicação e da política de escolarização, bem como a modernização da agricultura, são processos que ampliaram e diversificaram a socialização dos sujeitos do campo. Estes processos também foram responsáveis pelas mudanças socioeconômicas internas nas famílias e nas UPFs, devido ao grau de inserção na economia de mercado e às demais possibilidades produtivas, medidas pelo tamanho do estabelecimento, capacidade produtiva, a organização do trabalho familiar, as relações sociais com os filhos e o modo de vida no meio rural, atingindo os agricultores de forma distinta (MELO, 2006). Tudo isso traz implicações importantes na prática cultural de transmissão/construção de conhecimentos entre as gerações vinculados à agricultura e às culturas agrícolas, resultando no distanciamento das crianças dos saberes tradicionais relacionados com o manejo das espécies vegetais e os ciclos da natureza (STROPASOLAS, 2011).

Agregados a estas questões estão os problemas estruturais relativos à condição socioeconômica das famílias: persistem o empobrecimento, a descapitalização e o sucateamento dos equipamentos sociais comunitários. Em famílias integradas às agroindústrias, em que se ampliam as exigências de escala e produtividade nos processos produtivos, há uma sobrecarga de trabalho entre os membros do grupo doméstico (inclusive nos finais de semana),



que, muitas vezes, acaba afetando as crianças e a juventude, com implicações na sociabilidade, na autonomia, na liberdade, no tempo de lazer, etc. (STROPASOLAS, 2011).

Neste contexto de modificações, a ampliação da socialização dos jovens e das crianças aumenta as trocas e as interações com bens de consumo, as vivências, símbolos, valores culturais e expectativas entre as crianças nos diferentes espaços sociais. Por consequência, estes sujeitos passam a questionar padrões, hierarquias e costumes tradicionais, e a buscar autonomia, independência e, particularmente, profissões alternativas à agricultura, sobretudo por parte das filhas de agricultores familiares (SARMENTO; STROPASOLAS, 2010).

Assim, é possível constatar que são fatores externos e internos ao meio rural que produzem um estreitamento das relações com o urbano e uma visão negativa sobre o rural; este passa a ser visto, geralmente, sob a perspectiva do atraso, da fadiga do trabalho, da ausência de férias, dos escassos espaços de lazer e da renda incerta. Esses condicionantes desenvolvem nos filhos a disposição para buscarem outra ocupação, sendo que as possibilidades sucessórias tendem a se concretizar conforme determinadas condições dos estabelecimentos (SPANEVERELLO, 2009).

A rejeição do modo de vida da agricultura familiar agrava-se quando o espaço reservado aos jovens no trabalho está baseado em relações de desigualdade de gênero e de idade, situação que se acentua em relação às jovens e aos adolescentes (WEISHEIMER, 2009). Neste contexto, observa-se que o processo hierárquico estabelecido dentro da unidade produtiva familiar influencia, de maneira muitas vezes negativa, a reprodução geracional.

Desta forma, é na diferença com relação à aceitação das transformações sociais, dentro do grupo familiar, que residem as tensões entre as gerações. Segundo Georges Balandier (1976), este fenômeno ocorre porque a autoridade dos pais é tida como natural e necessária; assim, mesmo com a ampliação do horizonte da juventude, os pais persistem na forma tradicional de preparação dos filhos para assumir a propriedade. Ou seja, os pais desempenham o papel de produtor biológico e social da nova geração (BALANDIER, 1976). O homem adulto concentra em suas mãos o controle sobre a renda familiar e sobre a gestão da produção agrícola, devido ao fato de ser o pai a autoridade máxima dentro do grupo doméstico. “Ele é o detentor de um saber que o autoriza a governar o processo de trabalho, isto é, a dirigir o trabalho da família.” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 13). Em decorrência desta subordinação, surgem os conflitos entre os membros do grupo doméstico quanto aos interesses, projetos de vida e visões de mundo.

Para Stanek (1998 *apud* SPANEVERELLO, 2008), os projetos ou o futuro profissional almejado pelos agricultores para seus filhos relacionam-se com a avaliação feita pelos

primeiros quanto à situação global da sociedade em que vivem, às perspectivas do estabelecimento agrícola e ao futuro no meio rural. A visão dos pais sobre a atividade pode levar os filhos a desejarem ou não permanecer na atividade. Ou seja, as avaliações dos pais em relação à atividade, sejam elas favoráveis ou desfavoráveis, acabam sendo incorporadas e repetidas pelos filhos. Os pais que valorizam a atividade fazem um trabalho simbólico com os filhos, os quais vão, aos poucos, impregnando crenças e valores positivos em torno da ocupação de agricultor.

Champagne (1986), analisando a percepção dos filhos (potenciais sucessores), demonstra que eles nada mais fazem do que repetir o julgamento sobre a condição expressa em sua própria família, seja ele positivo ou negativo acerca da ocupação agrícola. O trabalho de Siqueira (2004), realizado nos municípios gaúchos de Candelária e Santo Cristo, mostra que tanto as moças quanto os rapazes rejeitam a atividade materna e paterna. Para a autora, esta rejeição deve-se a percepções construídas no interior dos próprios estabelecimentos, através da internalização de avaliações negativas expressas pelos pais, que é acompanhada pela falta de estímulo por parte dos pais na permanência dos filhos, segundo declararam os jovens entrevistados. Ademais, havia um expressivo percentual de pais que se mostrou indiferente à ocupação escolhida pelos filhos.

Por outro lado, a zona rural ainda é vista de forma positiva por muitos jovens, por se tratar de uma atividade de caráter autônomo e lhes garantir o alimento (WANDERLEY, 2004).

Sintetizando, é possível argumentar que os/as filhos (as) expressam os condicionantes sociais a que estão expostos, especialmente as falas/motivações/argumentos advindos dos próprios pais dentro dos estabelecimentos familiares.

Todavia, como analisamos anteriormente, mesmo que alguns filhos tenham interesse em dar continuidade à atividade, diante da insuficiência de terra e de capital financeiro para adquirirem mais terras, eles acabam migrando para as cidades a fim de não comprometerem a reprodução da unidade familiar, decisão esta que faz parte dos arranjos familiares necessários envolvendo o processo sucessório. Stropasolas (2014) cita um processo de desajustamento da identidade social dos filhos em relação à dos pais, que atinge, inclusive, os potenciais herdeiros e/ou os sucessores. Para ele, essa diferenciação de identidade entre os pais e os filhos não garante a reprodução das unidades produtivas familiares, configurando-se uma crise da reprodução geracional da agricultura familiar.

Os conflitos de sucessão dentro das unidades produtivas familiares decorrem também de outros fatores, por exemplo, a resistência dos fundadores em deixar o comando da propriedade para o filho ou para aquele que está mais preparado para comandar o empreendimento. Alguns

fundadores não conseguem perceber que o filho ou a nova geração está preparada para gerenciar a propriedade ou, até mesmo, para organizar a sua própria unidade produtiva familiar, já que o modo de criação das duas gerações sucessivas foi totalmente diferente. Há uma percepção de que o pai “deu o sangue” para conseguir erguer a empresa e dar continuidade a ela, enquanto que o filho receberá tudo pronto, não precisando iniciar “do nada” e não tendo que aprender tudo sozinho (JUCHEM *et al.*, 2005, p. 4).

Aliada aos fatores que contribuem para um bom gerenciamento da atividade e para a ampliação das possibilidades de sucessão, está a necessidade de que os possíveis sucessores tenham um bom conhecimento e uma boa escolaridade (SCHULTZ, 1965). No entanto, esta questão representa um paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que o acesso à educação favorece o desenvolvimento das aptidões, facilitando a identificação das oportunidades existentes no meio rural, os jovens com estudo tendem a sair do meio rural, entre outros motivos porque não encontram espaço para desenvolver os seus projetos de vida (CARNEIRO, 1998, SPANEVELLO, 2008, WEISHEIMER, 2009).

Além de ser imprescindível para o trabalho qualificado nas unidades produtivas familiares, a educação é um fator decisivo no horizonte profissional de qualquer jovem (DURSTON, 1996). Na agricultura familiar, entretanto, a regra constatada em vários estudos realizados na América Latina é que fica no campo o filho que menos estudou. Segundo Silvestro *et al.* (2001), a geração com maiores possibilidades de assumir, no futuro, a direção das unidades familiares de produção - os filhos que permanecem na propriedade paterna e que já saíram da escola - tem formação educacional tão precária que confirma a assertiva segundo a qual ou se estuda ou se fica no campo. Os autores constataram o contraste dos jovens que saíram da propriedade paterna para instalar novas unidades produtivas no meio rural: destes, 69% tinham somente até o 4<sup>a</sup> ano do ensino fundamental; já em relação aos que migram para a cidade, esta situação estava presente em apenas 36% dos jovens (SILVESTRO *et al.*, 2001).

Em paralelo, o acesso à educação, além de ser desejado pelos jovens, pode ser um objetivo comum buscado pelos pais que desejam evitar que os filhos enfrentem as mesmas dificuldades que eles. Foi o que Santim (1986) verificou ao estudar os agricultores da região da colônia italiana no RS. De acordo com o autor, em famílias com condições financeiras mais elevadas, as crianças, sobretudo as meninas, passam a questionar a profissão de agricultor (a) e realizam planos para continuar o estudo objetivando sair do meio rural.

Mesmo em famílias onde a atividade agrícola é vista como alternativa e os jovens permanecem com baixa escolaridade, os pais somam esforços para que o filho-sucessor conclua o segundo grau devido às necessidades da própria modernização da agricultura, que passa a

exigir familiaridade com cálculos eficientes, comercialização do produto, crédito, juros e investimentos (CARNEIRO, 2009).

Como ressalta Gaviria Mejia (2014, p. 154), a migração dos jovens nem sempre se dá em condições favoráveis para o crescimento individual e social. Nas palavras da autora:

Eles sofrem as consequências da falta de preparo técnico e educativo para suprir as demandas do mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, correm o risco de serem contaminados pela epidemia das drogas, mediadora das relações entre jovens, e passam a circular por territórios de violência onde o consumo e o tráfico de drogas são práxis. Nesse âmbito, os jovens se defrontam permanentemente com práticas de violência, seja como vítimas, seja como protagonistas.

Carneiro (2010) relata várias situações entre os que migraram. Quando os jovens oriundos do meio rural possuem qualificação profissional e nível educacional insuficiente para obterem salários mais elevados no meio urbano, se não existe uma rede de parentela de apoio e os jovens precisam pagar caro por moradia, transporte e alimentação, eles acabam descobrindo que no campo é possível ter um padrão de vida mais satisfatório. Existem também muitas famílias que mantêm os jovens nos centros urbanos com a renda proveniente da unidade produtiva familiar. Diante disto, a autora constatou que nos últimos 20 e 30 anos percebe-se um enfraquecimento do interesse da juventude rural pela cidade, que passa a valorizar os aspectos positivos da permanência no campo.

Entre as motivações que levam os jovens a querer abandonar a atividade e migrar para a cidade está o acesso restrito à renda. Weisheimer (2009) constatou que os jovens da agricultura familiar têm restrito acesso à renda monetária própria oriunda das atividades agrícolas. Já Wedig e Menasche (2009) identificaram que os jovens trabalham na cidade para obter renda que permita o consumo de bens disponíveis no espaço urbano, observando também que os jovens rurais desejam autonomia, poder e igualdade de consumo em relação aos jovens urbanos. Por sua vez, Brumer (2004) constata que existe uma dependência financeira dos jovens que residem no meio rural, uma vez que eles não têm renda própria e necessitam pedir dinheiro aos pais quando pretendem usufruir de atividades de lazer fora do lar ou comprar algum objeto de uso pessoal.

Para Silvestro *et al.* (2001), entre os fatores que atraem ou afastam a juventude rural da atividade estão as condições dos estabelecimentos. Os autores referem que, com frequência, os próprios pais encaminham os filhos para outras ocupações quando constatarem as precárias condições econômicas e infraestruturais dos seus estabelecimentos. O seu estudo realizado no oeste catarinense mostrou que 16% dos pais descapitalizados desestimulam seus filhos a serem agricultores, enquanto que esta proporção é de 7% para os em transição e de 10% para os

capitalizados. Com relação ao estímulo para os filhos seguirem como agricultores, os capitalizados (52%) e em transição (64%) incentivam mais os filhos a permanecer em comparação com os descapitalizados (31%). Quanto aos pais que não influenciam nem a favor e nem contra a permanência dos filhos na profissão, eles representam 47% dentre os descapitalizados, 29% entre os em transição e 33% entre os capitalizados (SILVESTRO *et al.*, 2001).

A situação de que os pais menos capitalizados encaminham os filhos a buscarem outras ocupações de trabalho fora do espaço rural, percebida por Silvestro e outros (2001), também foi encontrada na França. Champagne (1986) constatou que os pais das unidades produtivas familiares com pouca tecnologia, mínima especialização produtiva e baixa renda agrícola não desejam que algum filho dê continuidade à atividade, pois não gostariam de ver os seus filhos reproduzindo uma ocupação penosa e exaustiva como a agricultura.

Ainda, a migração dos jovens tem um duplo sentido, podendo representar desde uma saída definitiva do meio rural, vinculada ao desejo de ter uma renda própria e autonomia em relação aos pais; como também pode ter o objetivo de gerar meios para atender às necessidades de consumo de suas famílias para realizar pequenos investimentos, como compra de moto, terreno, casa, sítio, animais (CARNEIRO, 1998, BRUMER, 2006).

Desta forma, a mobilidade espacial da juventude rural pode ser uma estratégia de reprodução social do grupo familiar, ainda que seus significados sejam distintos, variando conforme o contexto social de cada unidade produtiva familiar (GARCIA JR., 1989, WOORTMANN, 1990, FELIX, 2009). Em alguns casos pode ser utilizada para diminuir a pressão sobre a herança da terra, principalmente entre os dela excluídos; em outros, representa a busca de renda adicional que possa garantir a sobrevivência da família (MAIA, 2004, BRUMER, 2006).

Os autores argumentam que, quaisquer que sejam os motivos que levam a população a migrar, por escolha ou compulsoriamente ou devido ao trabalho, a grande maioria dos migrantes são jovens em pleno potencial produtivo. Este fato, na visão de Abramovay (2005), pode ser justificado por ser a juventude um grupo etário que tem como características típicas a alta tendência de mobilidade e o desejo de viver novas aventuras.

Ainda, em relação aos motivos que impulsionam a decisão dos sujeitos por migrar, segundo Granovetter (2007), as suas decisões podem não ser isoladas, sendo influenciadas pelo contexto social, e muitas vezes, sem um roteiro rígido. Nesse sentido, a tomada de decisão do (a) jovem rural por migrar pode ser uma tentativa de se afastar da hierarquia e a autoridade presentes na família.

Por último destacamos trabalho de Brumer (2000), para quem as perspectivas da permanência de filhos (as) na atividade agrícola dependem principalmente das condições internas familiares, tanto econômicas como sociais, em especial: a) viabilidade econômica do empreendimento, através da geração de uma renda considerada adequada pelos futuros agricultores, em comparação com as alternativas que lhes são oferecidas; b) qualificação necessária para a integração do novo agricultor em um mercado competitivo; c) oportunidades e estratégias de obtenção de rendas complementares às atividades agrícolas (pluriatividade), por um ou mais membros da família; d) relações que se estabelecem entre pais e filhos, no interior das famílias; e) relações de gênero, através das quais existem maiores ou menores oportunidades para as mulheres e possibilidades de mudanças; f) escolha profissional e valorização da profissão de agricultor relativamente a outras profissões, assim como a apreciação da vida no campo, em contraposição à vida na cidade, pelos novos agricultores.

### **3.4 As relações de gênero na sucessão**

A história da participação das mulheres na sucessão das unidades produtivas familiares inicia através da socialização dentro da família, demarcada por concepções, valores e práticas construídas sobre os papéis que mulheres e homens devem desempenhar, sendo estes papéis diferenciados conforme o gênero. A família, primeira instituição socializadora, está incumbida do repasse dos papéis culturais e sociais a serem desempenhados pelos homens e mulheres no espaço doméstico, formando, assim, a identidade de gênero dos indivíduos. Além da família, as instituições públicas, o sistema político e as organizações econômicas expressam construções sociais de gênero e reproduzem relações sociais entre os sexos. Assim, os sujeitos sociais constroem-se através das relações sociais presentes em cada sociedade, as quais determinam as suas identidades de homens e mulheres (STROPASOLAS, 2011). Para Weisheimer (2007) as jovens, ao contrário dos jovens, são destinadas as atividades consideradas leves, principalmente auxiliando a mãe nos afazeres domésticos (preparar as refeições, transformar e conservar os alimentos, cuidar da casa e da família, comprar material e alimentos necessários à manutenção do grupo doméstico). Quando requisitadas para as atividades consideradas produtivas, atuam na colheita e no plantio, que exigem maior emprego da mão de obra familiar. Já os homens são encarregados da administração e de coordenação do trabalho dos filhos.

Na história do campesinato pode-se constatar o espaço reservado às mulheres, através da afirmação de Castro (2008): ser jovem rural carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão, ser jovem rural e mulher representa uma situação de 'inferioridade' ainda maior

na hierarquia social. A preferência do pai em relação à escolha do sucessor está centrada no filho homem e, em geral, as filhas também não têm interesse em ocupar este espaço.

O trabalho na agricultura familiar naturaliza o lugar que cada um irá ocupar. Em geral aos homens é destinado o espaço das decisões, da gestão, das atividades de produção, enquanto as mulheres são educadas para as atividades domésticas e dos arredores da casa ou para se dedicarem aos estudos.

Conforme Paulilo (2003), mesmo quando a partilha é realizada entre todos os filhos, é comum as filhas venderem a sua parte para o irmão interessado em continuar na propriedade. As filhas só se tornam herdeiras se o pai vier a falecer e elas forem filhas únicas. Normalmente as mulheres migram para a cidade e lá se casam. Caso não constituam suas próprias famílias, elas permanecerão com a família de origem, sob a autoridade do irmão que suceder o pai, desempenhando as mesmas funções domésticas e ajudando na lavoura sempre que necessário. Há, portanto, diferenças na relação que rapazes e moças estabelecem com a propriedade, com o patrimônio familiar e com a própria herança. As mulheres agem de forma desinteressada, permanecendo à margem do processo de sucessão, não lhes restando outra possibilidade: se ficarem no meio rural, permanecerão na condição de esposa ou irmã do sucessor (PAULILO, 2003).

De acordo com Carneiro (2001) as lógicas de transmissão da propriedade pelo sistema de herança articulam-se com os sistemas de reprodução social da sociedade abrangente. As crises e mudanças interferem nas relações intrafamiliares, sobretudo no que se refere à desigualdade dos direitos entre homens e mulheres. Em outra publicação, a mesma autora (CARNEIRO, 2006) argumenta que no processo de herança das famílias de agricultores não existe o reconhecimento de um direito igual a todos os filhos, pois, enquanto os homens são escolhidos para dar continuidade à unidade produtiva familiar, as mulheres recebem o auxílio financeiro para o estudo, enxoval, dentre outros.

As jovens não têm acesso ao carro do pai, não possuem moto, nem são incentivadas, como os rapazes, a obter carteira de motorista, o que dificulta a sua locomoção e as torna mais dependentes dos pais e outros familiares. Existem diferenças entre rapazes e moças no processo de socialização, na liberdade de circulação, de modo que são elas que mais se ressentem da falta de oportunidades e de alternativas de sociabilidade e de lazer no meio rural. Assim, a escola acaba por se constituir em espaço de lazer e de interação social para as moças, uma vez que elas ali se encontram, conversam e praticam esportes. A falta de liberdade das jovens para sair estimula nelas o desejo de morar na cidade, onde as mulheres têm maior liberdade (AGUIAR; STROPASOLAS, 2010).

Chamamos a atenção para o fato, como já fez Champagne (1986) em sua pesquisa na França, de que os homens geralmente seguem o modelo do pai e as mulheres o das mães. E, como ressalta este autor, os argumentos utilizados pelas jovens para mostrar os aspectos negativos da atividade agrícola refletem a realidade vivida por suas mães e a maneira como elas lhes transmitiram as suas próprias experiências e percepções. Assim, a decisão em ir para a cidade e buscar uma atividade não agrícola decorre da comparação entre as percepções, das e dos jovens, de suas condições em relação às condições de vida dos moradores da cidade, considerando principalmente o lazer, o tempo livre e as preocupações.

Segundo dados coletados no meio rural em pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em 2011, em 82% das casas os homens são os responsáveis, sendo a mulher a responsável em apenas 18% delas. Enquanto isto, na área urbana há 36,3% de mulheres responsáveis pela casa, um número duplamente maior do que no campo (LIMA, 2013, p. 38).

Comparando-se a população urbana e rural no Brasil, constata-se que a população feminina prevalece no espaço urbano: enquanto os homens correspondem a 48% da população vivendo nas cidades, na área rural são as mulheres que apresentam esta proporção. Esta situação também é constatada por Camarano e Abramovay (1999), e indica um fator que possivelmente favorece a saída do jovem para a cidade: a busca de uma companheira.

De fato, o processo de masculinização da população rural vem preocupando pesquisadores na Europa desde a década de 1960, por exemplo, os estudos de Bourdieu (1962, 2002) daquela época já trabalhavam a problemática a partir do celibato no espaço rural francês.

Também na Espanha há estudos que apontam um desequilíbrio do tecido social e, por conseguinte, o comprometimento da sustentabilidade social, levando o Estado a desenvolver políticas públicas específicas (RIOJA, 2009). O problema, entretanto, ultrapassou as fronteiras europeias e atualmente mostra os seus efeitos em vários outros países, como o Brasil. A dinâmica populacional do rural brasileiro tem sido marcada pela drástica diminuição da população, principalmente nos últimos 50 anos.

De acordo com Bourdieu (1995, p. 137), a visão dominante da divisão sexual pode se expressar nos discursos ou manifestações orais, nas representações gráficas, nos instrumentos técnicos ou nas práticas. Em determinados grupos sociais, a produção agrícola é organizada segundo as noções de tempo e estação, que se fundamentam na oposição entre masculino e feminino. A divisão das atividades no interior das casas, a oposição entre casa e lavoura, as técnicas e posturas do corpo também reforçam relações de dominação entre os sexos. Assim a



divisão social está baseada nas diferenças biológicas que se tornam naturalizadas e incorporadas pelos indivíduos (BOURDIEU, 1995). No entanto, o surgimento de um conjunto de fenômenos sociais vem alterando esta situação. Os aspectos econômicos, expressos nas formas do patrimônio fundiário, perderam importância no sistema das trocas matrimoniais em face do estatuto social e, mais precisamente, do estilo de vida correlato ao casamento. A perda da importância da base econômica está relacionada às transformações de valores influenciadas pela educação e novas ideias. No passado, as jovens viviam restritas à casa e, portanto, constrangidas a aceitar e obedecer às ordens paternas. Entretanto, com a globalização do mercado dos bens econômicos e simbólicos e com o desenvolvimento da educação, a maior parte das jovens busca empregos nas cidades e não deseja se casar com os jovens agricultores, e nem levar uma vida social ligada à agricultura (BOURDIEU, 1962,1989).

No Brasil, os papéis sociais de esposa, mãe, dona de casa, historicamente construídos como “naturais” para as mulheres rurais, tornam-se cada vez mais indesejáveis para as moças. O emprego urbano, notadamente o emprego doméstico, sempre foi uma saída para as jovens rurais para obtenção de ganhos fora da agricultura. Associada a isto, a dificuldade da maioria das famílias de agricultores de fazer poupança e acumular capital acaba por inviabilizar a formação de novas unidades produtivas. A precarização das condições de vida no campo deixa poucas margens para vislumbrar uma realização profissional dentro da agricultura familiar. Há também a influência dos pais, por entenderem que a vida no campo é mais atraente ou possível para os filhos, mas não para as filhas. Portanto, a migração das moças para as cidades é o espelho das relações de poder instituídas no interior da família, revelando desigualdades na distribuição das responsabilidades, das decisões e do patrimônio entre os diferentes membros do grupo (ABRAMOVAY *et al.*, 1997, 2001, CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Em grande medida, as próprias jovens, por decorrência da sua pouca participação nas decisões nas unidades produtivas familiares, passam a considerar que não lhes cabe a sucessão, exceto as filhas únicas (BATTESTIN, 2009). Já as que possuem irmãos manifestaram dúvidas, não sabem. Mas, independentemente da certeza se herdarão ou não a terra, já apresentam vários indícios de não querê-la. Essa rejeição ou pouco gosto pela terra enquanto patrimônio econômico pode ser fruto das relações de gênero estabelecidas no cotidiano rural, acima mencionadas. Isto é, a vivência em uma cultura onde à mulher cabem papéis secundários, acaba por fazer com que as jovens incorporem a ideia de que é natural que a terra seja reservada aos homens, porque são eles que trabalham e têm capacidade de manuseá-la.

## CAPÍTULO IV

### 4 OS SUJEITOS DA PESQUISA: JOVENS RURAIS

Conhecer a juventude é imprescindível para entender as questões relativas à sucessão na agricultura familiar, uma vez que é a juventude rural que irá realizá-la. Assim, neste capítulo analisamos a categoria juventude através de diferentes abordagens, examinadas em três sessões: a primeira aborda as dificuldades em se definir juventude; na segunda seção, apresentamos as tentativas de definição (biológica, psicológica, etária); a terceira seção analisa a juventude rural: sua invisibilidade social e características diferenciadas; a quarta sessão disserta sobre juventude rural e políticas públicas; e a quinta trata dos espaços de socialização da juventude rural.

#### 4.1 A dificuldade em definir juventude

De acordo com Novaes (2007) e Mellucci (1991), tomar a juventude como categoria analítica requer entender a complexidade da sua construção, sendo esta variada e reveladora de contextos históricos e sociais nos quais é construída. Implica, ainda, ter em conta que cada sociedade constitui o jovem à sua imagem e que a categoria juventude é peça fundamental em um jogo de espelhos em relação aos problemas da própria organização social (FORACCINI, 1965, 1972).

Nesse sentido, entende-se de fundamental importância para a análise do termo juventude localizar o leitor relativamente ao período e ao contexto em que essa categoria emerge na análise social. De acordo com Novaes (2009), o interesse pela categoria, na América Latina, deu-se a partir da década de 1980, com o período de recessão e pobreza. Durante este período a sociedade propõe iniciativas para “sair da crise”, e entre elas, reservou um papel à população juvenil como “agente para o desenvolvimento” (NOVAES, 2009, p. 16.). O objetivo, conforme a autora, era estimular o crescimento econômico, e naquele momento prevaleceu o enfoque dos jovens como “capital humano”. A mesma autora refere, que o BID (Banco Internacional de Desenvolvimento), orientado por esse enfoque, passou a investir na juventude através de projetos de capacitação na América Latina. No entanto, salienta a autora, de um lado a categoria juventude aparecia como salvadora da pátria; de outro, iniciava-se a prevenção dos delitos da juventude que transgredia as regras sociais.

Novaes (2009) refere que, ao final do século XX, teve início a defesa da juventude como uma categoria em transitoriedade. Neste período muitos estudos sociológicos voltaram-

se para os problemas comuns da juventude, como abuso de álcool e drogas, delinquência, gravidez, e na vida escolar. Ou seja, associa-se a juventude a um período de crise, irresponsabilidade e problema social, a serem enfrentados através de políticas públicas. Ao mesmo tempo, buscava-se enfrentar a violência por meio da ideia de “prevenção de delitos”. Para os jovens considerados em “situação de risco”, foram reservados projetos específicos para “conter a violência” e para garantir sua “ressocialização”, “assim, as atividades culturais foram vistas como uma importante via de contenção da violência juvenil” (NOVAES, 2009, p. 16). Por outro lado, para enfrentar a pobreza da sociedade, o remédio parecia estar nas chamadas políticas focalizadas. Para alívio imediato da pobreza, as políticas passaram a focalizar especificamente as crianças e suas famílias.

Para autora, em uma época de globalização mundial, com uma aproximação entre a juventude de diversos países, passou-se a generalizar a categoria da juventude, perdendo de vista suas desigualdades e diferenças. Assim, ocorrem períodos de inclusão e exclusão desta categoria; porém, a juventude continua invisível. Como consequência, as políticas públicas em grande medida são elaboradas como antídoto a um problema e não como um direito deste segmento social.

Conforme Peralva (1997), a juventude como fenômeno social e histórico teria se tornado relevante na constituição e na representação social da modernidade. A noção moderna de juventude, entretanto, parece ter se tornado um marco de separação entre os indivíduos adultos e os em formação. Esta perspectiva é a que tem predominado na forma como a juventude tem sido abordada socialmente no Brasil. Embora a categoria tenha conquistado maior visibilidade, ainda não se conseguiu avançar além da adjetivação de problema social (ABRAMO, 1997), no sentido de se perceber os jovens em sua condição de sujeitos. Por isso, Pais (2001, p. 8) argumenta que “os jovens se desdobram em personagens possíveis de vários guilhões de futuro, mas o futuro imaginado por eles assemelha-se a jardins labirínticos de sendas que se bifurcam”.

Abramo (2007) destaca que várias das definições da juventude já foram criticadas, dentre outras razões, pelo fato de não contemplarem nas análises a juventude das classes populares, ou por a considerarem como um período de desvio ou marginalidade. Para a autora, a noção moderna de juventude tem sido construída pela perspectiva das experiências dos jovens burgueses, o que, por consequência, leva ao estabelecimento de um padrão ideal que exclui os jovens das classes populares. A autora adverte que:

Impossível afirmar a existência de um padrão único de juventude, o que reitera a constatação de que não dá mais para considerar que apenas uma dimensão da vida

do jovem possa nos dizer o essencial sobre o que ele está vivendo e quais são as suas questões, suas necessidades e demandas, suas tensões, contradições ou aspirações, suas práticas, seus valores (ABRAMO, 2007, p. 69).

O perigo das delimitações do termo juventude reside no fato de que, ao mesmo tempo em que algumas características são comuns entre jovens, cada sujeito vai se constituindo de forma única e vivencia experiências através de sua forma de ver o mundo. Bourdieu (1983) referiu que as divisões entre as idades são consideradas arbitrárias e que os cortes (em classes de idade ou em gerações) teriam uma variação interna e seriam objeto de manipulação. Para este autor, juventude e velhice não são coisas dadas, mas construções sociais oriundas da luta entre os jovens e os velhos, uma vez que as classificações por idade (e também por sexo ou por classe) tendem a impor limites e produzir uma ordem na qual cada um deve se manter “em seu lugar”. Considerar os jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, pode ocultar os muitos conflitos de gerações entre sistemas de aspirações constituídos em épocas diferentes. Como o autor afirmou, “somos sempre o jovem ou o velho de alguém” (BOURDIEU, 1983, p. 113), ou seja, tudo dependerá da seleção etária em que se encontra a outra pessoa da relação de referência. Assim, “juventude e velhice não são dados, mas construídos socialmente.” (BOURDIEU, 1983, p. 113).

Bourdieu (1983, p. 112) argumenta que delimitar o movimento de juventude para uma condição ou uma preparação ao mundo do trabalho já significa reproduzir hierarquias em que “cada um deve se manter em seu lugar”. Para ele, essa forma de caracterizar a juventude – através da conformação de comportamentos, atitudes, estilos, modos históricos e socialmente em composição – por si só impõe uma padronização.

A partir das décadas de 80 e 90, o debate sobre juventude no Brasil trouxe o olhar da diversidade. Para além dos cortes etários, ou apesar deles, não se fala mais em juventude, mas em juventudes (NOVAES, 1998).

Além de Novaes (1998), outros autores também destacam a necessidade de se romper com a ideia de um grupo homogêneo com características comuns a uma determinada idade: Melucci (1992), Pais (1993), Dayrell (2007), Sposito (1997), Carrano (2003), Abramo (2005) Peralva (1997). Estes autores defendem o uso da expressão “juventudes”, buscando construir uma categoria definida pela diversidade, que vá além da referência ao espaço do trabalho, tida como insuficiente.

A juventude tem sido considerada como ciclo de vida, geração, faixa etária, representação social, cultura ou modo de vida. (WEISHEIMER, 2005, FREIRE; CASTRO,

2007). Alguns autores, ainda, consideram o matrimônio um limite diferenciador que marca o ingresso na idade adulta. Dentre eles, Wanderley (2007, p. 22) ressalta que “a distinção entre casado e não casado está na base das representações sociais da juventude”. Essa condição de matrimônio está envolta, ainda, no processo que compreende a entrada dos jovens no mundo adulto, no campo da sexualidade e do reconhecimento recíproco diante do grupo de pertencimento.

Pais (1993) refere que a juventude é uma categoria socialmente construída e, portanto, sujeita a se modificar dependendo de cada trajetória individual. A divisão em fases sucessivas do curso da vida é produto de um complexo processo de construção social. Para a autora não existiria um único conceito de jovem com características universais, ainda que esteja fundamentado em critérios biológicos ou jurídicos. Mesmo que existam elementos comuns entre os jovens, as vivências são individuais e variam de acordo com os valores da sociedade na qual os indivíduos estão inseridos, estes elementos constituiriam o que caracteriza cada jovem. Assim, para cada uma das sociedades teríamos possivelmente uma definição do que é ser jovem (PAIS, 1993).

Desta forma existe um perigo em definir a categoria juventude desvinculada das condições materiais e históricas, ou da posição na estrutura socioeconômica, destituindo-a de significação social. Neste sentido, alguns autores, dentre eles Spósito e Carrano (2003) e Abad (2003a), sugerem a distinção entre condição juvenil e situação juvenil: como condição, o modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, que alcança uma abrangência social maior e uma dimensão histórico-geracional; como situação, que revela o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais, tais como classe, gênero, etnia (ABRAMO, 2005, p. 42).

O lugar social que os jovens ocupam determina, em parte, os limites e as possibilidades de uma dada condição juvenil. Para os jovens de classes populares, o grande desafio é a garantia da própria sobrevivência, entre a tensão da busca pela gratificação imediata e um possível projeto para o futuro. Dayrell (2007, p. 1.109) destaca que, para eles, a condição juvenil só é vivenciada porque trabalham. Assim, as relações entre o trabalho e o estudo são variadas e complexas e não se esgotam na oposição entre os termos. Para os jovens, a escola e o trabalho são projetos que se superpõem ou poderão sofrer ênfases diversas, de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais que lhes permitam viver a condição juvenil.

Por fim, o término da juventude pode ser definido por critérios eminentemente sociológicos, segundo Durston (1997) e Galand (1997). Este momento aparece relacionado à

progressiva autonomia nos planos cívico (maioridade civil) e ligado à conjugação de responsabilidades produtivas (um *status* profissional estável); conjugais (um parceiro sexual estável assumido como cônjuge); domésticas (sustento de um domicílio autônomo); e paternal (designação de uma prole dependente). Estas são fronteiras que demarcam o término do período do ciclo de vida caracterizado como “juventude” e que envolvem um conjunto de fenômenos objetivos e subjetivos, sociais e individuais, que tendem a variar de sociedade para sociedade (SANCHIS, 1997).

#### **4.2 As tentativas de definição (biológica, psicológica, etária)**

Embora homogeneizante e simplificadora, a classificação etária, a partir dos limites mínimo e máximo de idade, acaba sendo utilizada para fins comparativos e práticos. Os organismos internacionais, como OMS e UNESCO, estabelecem os limites mínimos de entrada no mundo do trabalho e de término da escolarização formal (básico, médio e superior).

No Brasil, conforme a Constituição Federal de 1988, alterada pelo Estatuto da juventude de 2013 (BRASIL, 2013), jovens são as pessoas situadas entre 15 e 29 anos. Para Abramo, Freitas e Sposito (2000), a juventude caracteriza-se por dois períodos: adolescência e juventude propriamente dita. O ponto de partida da adolescência inicia aos 15 e se estende até os 19 anos de idade; aos 20 anos inicia-se uma nova fase, que vai até os 24 anos de idade.

Com relação à juventude rural, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) considera que a juventude rural pode se prolongar até os 30 anos. Há, de fato, grande diversidade nas delimitações etárias da juventude rural, por exemplo, no Quênia, ela inicia aos oito anos de idade; em Botswana, é considerado o período de 10 a 22 anos; e na Colômbia, de 16 a 28 anos (ORGANIZAÇÃO IBERO-AMERICANA DA JUVENTUDE, OIJ, 2010).

Dentro do intervalo temporal da juventude podem ser considerados três subconjuntos, de acordo com a Conferência de Grenoble de 1964 (WEISHEIMER, 2004): jovens-adolescentes, de 15 a 17 anos; jovens-jovens, de 18 a 24 anos; e jovens adultos, de 25 a 29 anos. O recorte de juventude a partir da segmentação por faixa etária é pautado na definição da juventude como um período de transição entre a adolescência e o mundo adulto.

No Rio Grande do Sul, a Lei nº 11.361, de 27 de julho de 1999, define como juventude rural a faixa etária que vai até os 35 anos de idade, conforme segue: “É considerado como juventude rural, para efeito desta Lei, filho de agricultor, proprietário, meeiro, arrendatário ocupante, assalariado ou assentado rural, com até 35 (trinta e cinco) anos de idade, cujas

atividades estejam ligadas predominantemente à agropecuária”. Salienta-se que esta Lei não delimita a idade inicial da juventude e nem faz referência às jovens agricultoras.

Muito embora a sua operacionalidade, a delimitação de idade apresenta-se deficiente e bastante variável. Abramovay *et al.* (1998, p. 37) explanam: “não existe uma definição universalmente aceita para os limites de idade em que se encontra a juventude”. Estes autores acreditam que a principal característica desta fase corresponde à naturalização da continuidade do modo de vida dos pais.

Vale ressaltar, ainda, que a juventude rural caracteriza-se por ser um momento de diversas fases e características semelhantes às vivenciadas pelos jovens urbanos (ABRAMOVAY, 2000), embora nem sempre o critério de anos de vida encontre correspondência entre os dois grupos.

A categoria juventude, assim determinada, pode também ser uma situação de duplo sentido: por um lado ser jovem pode estar atrelado ao significado de estar em busca da emancipação; por outro lado a separação entre as gerações atribui-lhe uma posição de subordinação (NOVAES; VIANNUCHI, 2004).

Segundo a concepção da juventude como uma fase de vida, um período no qual se processam transformações importantes na vida dos indivíduos, ela corresponderia ao intervalo etário em que os indivíduos estariam mais propensos a mudanças e a desafios e, portanto, mais próximos de comportamentos rebeldes e perigosos. Esta visão encontra-se difundida no senso comum, que considera a juventude "como um momento de transição no ciclo de vida. Da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade [...]." (ABRAMO, 1997, p. 29).

É neste momento que os (as) jovens incorporam valores e normas sociais. Assim, não é por acaso que vários estudos dedicados ao tema, desenvolvidos especialmente na segunda metade do século XX, interessaram-se em analisar os comportamentos considerados desviantes de parte dos jovens.

Pensada dessa forma, a juventude evoca a necessidade de integração social dos jovens, sendo necessário prepará-los para que ocupem os papéis dos adultos (EISENSTADT, 1976). Abramo (1997, p. 29) complementa os argumentos de Eisenstadt (1976), ao examinar como tem se dado a tematização da juventude.

Como a juventude é pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajustes aos papéis adultos, são as falhas nesse desenvolvimento e os ajustes que se constituem em temas de preocupação social. É nesse sentido que a juventude só está presente para o pensamento e para a ação social como ‘problema’,

como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social.

Como diz Melucci (1997), o modo de ver a juventude como mera transição decorre de uma compreensão da vida adulta como estável em oposição à instabilidade juvenil. Este fator não se sustenta mais, pois a sociedade contemporânea é marcada pela incerteza, mobilidade, transitoriedade e abertura para a mudança. Os atributos tradicionais da juventude parecem ter se deslocado para além dos limites biológicos, como se percebe nesta citação mais recente do autor:

A juventude não é uma condição totalmente biológica, mas também cultural. Os indivíduos não são jovens porque (ou apenas porque) têm uma certa idade, mas porque seguem determinados estilos de consumo ou de certos códigos de comportamento e vestimenta. Agora, a adolescência é prolongada para além dos limites biológicos, bem como as obrigações com a idade adulta são adiadas até depois de 20 ou mesmo 30 anos. (MELUCCI, 2001, p. 138, tradução nossa)

A categoria juventude implica na passagem da heteronomia da criança para a autonomia do adulto, sendo que a sua duração e características atribuídas variam nas abordagens sobre a temática (SPOSITO, 1997). A estruturação das idades difere enormemente de uma sociedade para outra e, ainda, historicamente. No período pré-industrial não existia a adolescência como é entendida hoje, e a infância não estava separada do mundo adulto. Aos sete/oito anos de idade os filhos eram enviados para a casa de outros, como aprendizes. O sistema escolar não era de grande abrangência e não havia uma homogeneização institucional por classes de idade, a categoria jovem podendo abranger indivíduos dos seis aos 40 anos de idade (ARIÈS, 1981).

Para Ariès (1981), são os humanistas e religiosos que fazem proliferar, a partir do século XV, teorias e práticas que distinguem a infância da juventude e da vida adulta. Concomitantemente a isso, há a ampliação do ensino que separa as crianças e jovens dos adultos. “Emílio”, de Rousseau, seria o marco teórico da concepção moderna de infância e adolescência, como matriz do que será depois a juventude. Para Rousseau (*apud* ARIÈS, 1981), a adolescência representa um “segundo nascimento”, uma época especialmente turbulenta que deve ser constantemente vigiada. Essa concepção permanece até o século XIX, juntamente com um interesse novo pela juventude, percebida como período de turbulência, de excesso de paixão que deve ser vigiado e enclausurado.

Para Dayrell (*apud* GOMES; COSTA, 2011), a categoria adolescência foi criada pela Psicologia no final do século XIX. Já a Sociologia da Juventude pensa a adolescência como a etapa inicial da juventude, que é claramente demarcada pelas transformações biológicas que



sinalizam a entrada do indivíduo nesta fase. Para Dayrell (*apud* GOMES; COSTA, 2011), as características de um adolescente de 14 ou 15 são biológica e fisicamente diferentes das de um jovem de 19 ou 20 anos. Assim, ao analisarmos a juventude devemos também considerar as diferentes fases dessa vivência, que têm implicações tanto biológicas quanto culturais.

#### **4.3 A juventude rural: sua invisibilidade social e características diferenciadas**

Em relação à juventude rural percebe-se uma carência de publicações e de espaços que abriguem essa temática (CARNEIRO; CASTRO, 2007). Conforme pesquisa de Sposito (2009, p. 23), de um total de 1.427 trabalhos acadêmicos sobre juventude analisados, somente 52 (menos de 4%) tratavam de jovens rurais. É incontestável, conforme Veiga (2003), a predominância urbana nos estudos sobre juventude no Brasil. Todos os eixos temáticos que articulam a produção acadêmica têm como elemento comum a condição juvenil urbana, sobretudo das grandes regiões metropolitanas. Segundo Sposito (2009) as investigações têm caracterizado os jovens partindo das grandes cidades, o que pode levar a generalizações equivocadas sobre que sujeitos o conceito abarca.

Todavia percebe-se que essa temática atravessa um “momento favorável, não só emergente, mas em fase de consolidação” (SPOSITO, 2007, p. 123). Wanderley (2007, p. 31) constata que os trabalhos “tentam, com abordagens distintas, responder a questões fundamentais, tais como quem são, onde vivem, como vivem, o que pensam e como projetam o futuro”.

Para Weisheimer (2005, p. 7), são dois os aspectos que chamam a atenção dos pesquisadores: a participação dos jovens nas dinâmicas migratórias e a persistência da invisibilidade social da juventude. Este autor identifica, ainda, quatro linhas gerais que agrupam os estudos sobre juventude rural no Brasil: 1) Juventude e Educação Rural; 2) Juventude Rural, Identidades e Ação Coletiva; 3) Juventude Rural e Inserção no Trabalho; e 4) Juventude e Reprodução Social na Agricultura Familiar. Para ele, na região Sul a maior parte das pesquisas trata dos aspectos circunscritos à “Juventude e Reprodução Social na Agricultura Familiar”. Ainda segundo o autor (WEISHEIMER, 2005, p. 25), a juventude rural tem sido identificada nos estudos através de distintas maneiras: alunos rurais, jovens, jovens agricultores, jovens do campo, jovens do interior, jovens do sertão, jovens empreendedores rurais, jovens empresários rurais, jovens filhos de agricultores, jovens rurais ribeirinhos, jovens sem-terra, juventude em assentamento rural, juventude escolar rural.

Brumer (2004) destaca outros dois temas recorrentes nas pesquisas sobre juventude rural: a tendência emigratória dos jovens, em grande parte justificada por uma visão

relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela poderia propiciar; e os problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração. Em outro texto a autora (BRUMER, 2006) salienta que, para dirimir a demanda dos jovens de falta de autonomia em relação aos pais, uma alternativa seria a busca de um trabalho assalariado, encontrado principalmente no meio urbano, que marcaria uma ruptura temporária ou definitiva com a atividade agrícola. Outro aspecto seria a mudança nas relações familiares, através da maior participação de todos os trabalhadores familiares no processo de tomada de decisões e de um maior espaço para a atuação dos jovens.

É necessário ressaltar que diante dos diversos elementos trazidos sobre a categoria juventude, não é nossa intenção isolarmos a categoria da juventude rural, mas apresentarmos elementos e características específicas destes sujeitos sociais.

O cenário atual onde está inserida a juventude rural é um contexto de crise da agricultura familiar em meio a processos econômicos recentes que transformaram o rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, contemplando várias ruralidades. Neste contexto, a categoria parece ser a mais afetada pela diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, combinada com o agravamento da falta de perspectivas para os que vivem da agricultura (CARNEIRO, 1998).

Para Carneiro (1998), a juventude tem sido analisada através da imagem de um jovem atraído pelos atrativos dos centros urbanos. A autora refere que essa ideia associada à urbanidade é antiga e não se restringe ao Brasil, abarcando também os países em desenvolvimento. Desta forma, a análise da juventude consolida uma imagem de oposição entre jovens rurais e urbanos, sendo que o maior desejo dos jovens rurais é tornar-se um jovem urbano. Em consequência, as políticas públicas tendem a ter como público-alvo os jovens urbanos (CARNEIRO, 1998, p. 125).

Na presente dissertação, consideramos importante conhecer como a juventude rural se percebe através do que os jovens dizem ou reivindicam. Neste aspecto, Brumer (2006) ressalta algumas questões que são fonte de reinvenção da juventude rural. Nas entrevistas realizadas com jovens filhos de agricultores familiares do Sul do Brasil, a autora encontrou dois temas principais: o acesso a uma renda própria, cujos recursos eles possam decidir como utilizar; e a autonomia em relação aos pais.

Entre os jovens agricultores, o processo de socialização é muito diferenciado em relação aos do meio urbano. Como já afirmamos anteriormente, para os jovens da agricultura familiar, a sua inserção no trabalho dá-se dentro do grupo familiar, sem a separação entre o trabalho e a família, como geralmente ocorre para os jovens urbanos. Neste contexto, as

relações sociais estão baseadas na posição que os sujeitos ocupam na divisão social do trabalho como agricultores familiares, e é isto que os caracteriza em sentido específico.

Embora inserida no processo de trabalho da agricultura familiar, a juventude rural conserva sua condição juvenil, embora dentro de uma condição subalterna nas hierarquias do grupo doméstico. Desta forma, é necessário conhecer as práticas cotidianas do trabalho familiar onde se realizam a formação e a capacitação dos jovens para se tornarem agricultores, uma vez que o processo de trabalho se constitui no principal espaço de socialização das novas gerações, de produção agrícola e de reprodução das unidades produtivas familiares. É este espaço de socialização que fundamenta a sua representação social enquanto jovem agricultor familiar (WEISHEIMER, 2009).

“Esse saber é transmitido à ‘força de trabalho’, aos filhos que ao trabalhar, estão se constituindo também como ‘conhecedor pleno’” (WORTMANN; WORTMANN, 1997, p.13). Assim, os jovens só se tornam reconhecidos pela sua capacidade em assumir papéis, tanto dentro da unidade produtiva familiar, quanto para construir a sua própria, mais pelo conhecimento da atividade e menos por sua idade cronológica (WEISHEIMER, 2005).

Para Castro (2008), este tem sido o grande dilema da juventude rural: por um lado o apego à família, aos laços comunitários; por outro, a busca de maior liberdade e autonomia financeira. Nas palavras da autora:

Entrecruzadas pelo dilema “ficar e sair” do meio rural, mas principalmente pelo “peso” da autoridade paterna, as percepções sobre juventude/jovens, que observamos em diferentes análises, estão marcadas pela construção de que esse jovem deve ser controlado. O peso da autoridade paterna no espaço doméstico é reproduzido nas relações de trabalho familiar e na organização do lote. Essa autoridade cria mecanismos de vigilância e controle sobre os jovens por meio das relações familiares e demais redes sociais, principalmente entre as mulheres (CASTRO, 2008, p. 120).

Na caracterização da juventude rural deve ser inserido, também, o ambiente escolar. A juventude rural sai de um ambiente de socialização isolado, restrito à família e à comunidade rural e passa a participar de um espaço ampliado, as escolas que, de forma geral, estão situadas nos centros urbanos (STROPASOLAS, 2011). Por isso, Ferreira e Alves (2009) argumentam que não basta apenas estar no meio rural para que seja caracterizado como jovem rural.

Outro aspecto importante são os lugares de diversão e entretenimento que os sujeitos frequentam.

Como salienta Stropasolas (2011, p. 59), tais espaços existentes no meio rural, como centros comunitários, canchas de bochas, igrejas, campos de futebol, encontram-se totalmente abandonados na atualidade, com raríssimos investimentos de recursos públicos.

[...] ao estudar os processos de socialização das crianças, dos adolescentes e dos jovens percebe-se que são espelhos retrovisores (ampliados) da sociedade (rural): as crianças espelham, refletem e ilustram as suas mais profundas contradições, hierarquias e desigualdades de ordem social, econômica, política, cultural, histórica.

Desta forma, os (as) jovens rurais, quando distanciados da vivência das atividades familiares e comunitárias e inseridos em uma posição de inferioridade nos meios e modos de vida urbanos, podem ser duplamente excluídos: tanto dos vínculos sociais dos centros urbanos como também dos vínculos com o meio rural. Castro (2007, p. 131) refere-se ao lugar que estes sujeitos ocupam na sociedade como um “tema problema”: seja pela migração para o meio urbano, seja pela sua permanência no meio rural.

Ao estudar jovens vinculados aos movimentos sociais do campo, Castro *et al.* (2009) destacam que a juventude pode ser entendida como uma categoria social e política, pois os próprios jovens afirmam que poderiam ocupar um papel estratégico na promoção de mudanças no campo. Muitos dos entrevistados reforçaram o rural como meio de vida, de trabalho e de relação com a natureza, embora tenham salientado que seria melhor se houvesse acesso a bens e serviços. Os autores destacam, ainda, as dificuldades enfrentadas pela juventude rural no dia a dia: a precariedade de acesso a bens e serviços socialmente necessários, o desemprego e a tendência de migração campo-cidade.

#### **4.4 Juventude Rural e Políticas Públicas**

Nesta sessão trataremos das políticas públicas voltadas para a juventude rural com base nos estudos existentes sobre o assunto, bem como no conhecimento acumulado pela autora em seu ambiente profissional.

Ao analisar a evolução histórica das políticas de juventude na América Latina, Abad (2002) constata que, em linhas gerais, elas foram elaboradas para resolver os problemas de exclusão dos jovens da sociedade, bem como lhes facilitar processos de transição e integração ao mundo adulto. Examinando estudos específicos, esse autor divide-os em quatro distintos modelos de políticas de juventude, procurando contemplar a pluralidade de enfoques, as características institucionais e a diversidade regional dos países latino-americanos: a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de

setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000).

Rua (1998) realizou um balanço das políticas públicas de juventude na década de 1990, no Brasil, identificando como os jovens passaram a ser incluídos como prioridade nas políticas sociais. A autora constatou que a maior parte das políticas públicas voltadas para a juventude (de forma transversal ou focada) privilegiou o meio urbano.

As políticas públicas para a juventude brasileira têm sido constituídas a partir do enfoque da juventude como fase de vida, marcada por certa instabilidade associada a determinados “problemas sociais” (SPOSITO, 1997). Na visão de Novaes (2007), um dos desafios dessas políticas públicas é conseguir realizar uma articulação e combinação entre políticas, projetos e ações que assegurem igualdade de direitos da cidadania e a valorização da diversidade juvenil, por meio de ações afirmativas e respostas à diferentes demandas.

Nas políticas públicas a juventude rural aparece como uma imagem espelhada do jovem urbano e na condição de objeto (BOURDIEU, 1983). No entanto, segundo Castro (2009), ainda que o jovem rural esteja em estreita relação com um mundo globalizado, ele reafirma a sua identidade como camponês ou agricultor familiar, buscando diversas estratégias de acesso à terra e direitos enquanto trabalhador e cidadão. Essa reorganização da categoria vai de encontro à imagem de desinteresse dos (as) jovens pelo meio rural.

Em geral as políticas públicas específicas privilegiam a questão da migração do meio rural para as cidades, fato que pode ser considerado comum ou um “destino certo” no Brasil (CASTRO, 2005). No entanto, com o reverso dessa tendência, os estudos acadêmicos e a própria organização social dos que se identificam como juventude rural passaram a ganhar visibilidade. É necessário, segundo Castro (2005, p.2), compreender que: “[...] ‘ficar’ ou ‘sair’ do meio rural mobiliza múltiplas questões, para além da migração para o meio urbano, processo social esse que passou a ser analisado a partir de diferentes interpretações”. Assim, antes de serem elaboradas políticas públicas para os jovens rurais, é preciso considerar as demandas deles próprios, contemplando a diversidade e as especificidades vivenciadas (CASTRO, 2009).

Existe atualmente um importante conjunto de políticas públicas para o meio rural brasileiro, com destaque para a inclusão de jovens no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Na avaliação de Carrano, Brenner e Lânes (2005, p. 195) avança-se na superação de antigos estigmas sobre o que se denominou “problema da juventude”. No entanto, os autores consideram que “ainda há muitas incertezas sobre

desenhos institucionais, orientações teórico-metodológicas e princípios do setor especial das políticas de juventude”.

Outra iniciativa, organizada pela Coordenação Geral de Educação do Campo da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECAD/MEC), a partir de 2005, é o Programa Saberes da Terra, uma ação do governo federal em parceria com entes federados que objetiva desenvolver políticas educacionais do campo e de juventude que viabilizem a inclusão social de jovens agricultores familiares por meio do acesso e conclusão do ensino fundamental, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), dentro de um processo de escolarização integrado com a qualificação social e profissional (BRASIL, 2005, p. 10).

Também foram criadas instituições, políticas e programas com referência específica aos jovens do meio urbano e rural, que se constituem em um marco institucional diferenciado na história brasileira. Conforme Macedo e Castro (2012), a criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), ligada à Secretaria Geral da Presidência da República, em 2005, foi uma referência importante para a elaboração e legitimação das políticas públicas de juventude. Complementarmente, no mesmo ano, foi instituído o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), composto por 2/3 de representantes da sociedade civil (diversas entidades, organizações e movimentos sociais rurais e urbanos) e 1/3 de representação de representantes governamentais (SNJ, 2012).

Em 2005, também foi elaborada, no âmbito do governo federal, a Política Nacional de Juventude (PNJ), que estabelece as diretrizes que regem a elaboração de políticas públicas de juventude no Brasil, e se constitui em um marco importante de legitimação das políticas para este estrato. Na elaboração do PNJ foram aprovados dois instrumentos importantes: o Estatuto Nacional da Juventude e o Plano Nacional de Juventude (SNJ, 2012). Houve, ainda, a criação de espaços de aglutinação e participação da juventude através da instituição da Conferência Nacional de Juventude (CNPPJ), com o envolvimento de reunir vários atores da sociedade civil, do governo, e, em específico, os movimentos de juventude, a fim de elaborarem políticas públicas e ações para a juventude no Brasil.

Por termos como foco a juventude rural, examinaremos, a partir de agora, as políticas públicas a ela concernentes. Na dimensão educacional, foi instituído em 1998 o Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA), pelo Ministério Extraordinário de Política Fundiária, através da Portaria N° 10/98. Incorporado ao INCRA em 2000, o PRONERA é uma política pública de educação direcionada aos assentados das áreas de Reforma Agrária que também abrangem os (as) jovens rurais, sendo considerado um avanço

em termos de melhorias para a população do campo. Os (as) jovens e adultos de assentamentos participam de cursos de educação básica (alfabetização, ensinos fundamental e médio), técnico-profissionalizantes de nível médio e diferentes cursos superiores e de especialização. Essa política é articulada entre vários ministérios e, no atual governo, por distintas esferas governamentais, instituições, movimentos sociais do campo e sindicatos de trabalhadores rurais (BARCELLOS, 2014).

Junto a isso, no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), ocorreu em 2006 a formação do Grupo de Trabalho de Juventude Rural; e, em 2008, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) criou o Grupo Temático de Juventude Rural (GTJR-CONDRAF), através da Resolução Nº 66, de 20 de novembro de 2008. Atualmente o CONDRAF é composto por vários órgãos governamentais, organizações e movimentos sociais, e se constitui em uma instância de encontro de vários segmentos da sociedade imbuídos da elaboração e construção de políticas públicas para a categoria juventude.

Outro espaço de encaminhamento das demandas da juventude rural foi a organização do I Seminário Nacional “Juventude Rural e Políticas Públicas”, realizado em 2012, em uma parceria entre a Secretaria Nacional de Juventude, a Secretaria-Geral da Presidência da República (SNJ/SG) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O encontro reuniu diversos ministérios envolvidos com o tema “jovens do campo e de comunidades tradicionais”, possibilitando um amplo debate sobre as iniciativas já existentes e novas ações que pudessem responder às demandas mais urgentes desse público. O seminário também contribuiu para fortalecer as metodologias de participação social, viabilizando a contribuição desses jovens na construção das políticas que lhes digam respeito e que abranjam tanto a juventude da agricultura familiar, camponesa e assalariada rural, quanto a juventude dos povos e comunidades tradicionais, como a juventude quilombola, extrativista, ribeirinha e indígena (SNJ, 2014).

Outra política pública dirigida à juventude rural é a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que é um “serviço de educação no meio rural, para orientar a administração, a produção, o beneficiamento e a comercialização na agricultura e em trabalhos não agropecuários, nas atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.” (MDA, 2014). Entre os objetivos do trabalho de ATER para os jovens rurais, consta oferecê-la para “a capacitação e orientação da juventude rural, para apoiar a sua permanência na sua comunidade, de modo a garantir que a produção do meio rural continue no futuro.” (MDA, 2014)

A primeira ação de ATER para o jovem rural ocorreu em 2012, com a Chamada Pública de ATER específica. Em 2015 esta ação ampliou-se através da segunda chamada de ATER para as juventudes rurais, centralizando-se em itens considerados fundamentais pelos movimentos da juventude, tais como, a agroecologia e as relações de gênero.

Como linha de financiamento, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (NPT) prevê o atendimento à juventude rural na compra do seu primeiro lote de terra. O limite financeiro é de 30 mil reais, os juros de financiamento são de 1% ao ano, com três anos para começar a pagar as parcelas (prazo de carência). Em 2013, a fim de incentivar o jovem rural, na idade entre 18 e 29 anos, a se candidatar ao crédito fundiário, o NPT criou um diferencial adicional para o jovem rural, o selo “Nossa Primeira Terra”. Este selo é um valor a mais de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) por participante do financiamento de grupo organizado em associação, com pelo menos 70 % de financiados com idade entre 18 e 28 anos, sendo os 30% restantes com idade até 32 anos, para executar projetos de produção comunitários que atendam às demandas da juventude rural (CASTRO *et al.*, 2013).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) possui, também, uma linha de crédito voltada aos jovens rurais, chamada de PRONAF Jovem, que atende os filhos e filhas de famílias já financiadas pelo PRONAF. Os critérios gerais do PRONAF Jovem são os mesmos do Programa mais abrangente, sendo que os jovens contemplados irão explorar parcela da terra dos pais. Existem ainda critérios específicos: comprovar ter concluído ou estar cursando o último ano do ensino médio nos centros familiares rurais ou nas escolas técnicas agrícolas; comprovar ter participado de curso ou estágio de formação profissional com um mínimo de 100 horas; acessar a Assistência Técnica. Para o ano de 2015, o valor limite do crédito é de 15 mil reais a juro de 1% a.a., com até três operações por mutuário (MDA, 2015).

Uma questão importante quando são analisadas as políticas públicas para a juventude rural refere-se ao fato que, de forma geral, elas direcionam-se apenas ao atendimento das necessidades de inserção dos jovens no trabalho. Além disso, é importante destacar que, para acessá-las, há uma exigência básica: ser possuidor de um pedaço de terra, o que por si só é contraditório quando se sabe sua condição de dependentes do pai, pois residem e trabalham na terra do progenitor. Portanto, se os pais não cederem o espaço para a implantação/experimentação do seu projeto produtivo, não será possível o acesso ao crédito pelo jovem.

Rodríguez (1993) ressalta a necessidade de políticas integrais, no sentido de encarar de fato a problemática da juventude em todos os seus componentes, dentro de um conjunto de



ações e políticas públicas articuladas e permanentes, através de estratégias globais de desenvolvimento. Assim para o autor, essas políticas devem seguir os seguintes eixos:

- a) Específicas, para responder com precisão às múltiplas problemáticas, sem esquemas preconcebidos;
- b) Concentradas, no sentido de integrar todos os atores importantes;
- c) Descentralizadas, para atingir os esforços de um plano local;
- d) Participativas, para a integração dos jovens;
- e) Seletivas, focalizando os jovens urbanos e rurais, e, em particular, as mulheres jovens.

Castro (2009, p. 18) também enfatiza que as políticas públicas para juventude rural são, ainda, ineficientes, seja em função de esta categoria ser invisível ou pelas difíceis condições de permanência dos jovens no meio rural, que envolvem questões objetivas e subjetivas, novas e velhas. Corroborando com essa reflexão, Rua (1998) afirma que, até existir uma inclusão mais efetiva da juventude rural, o que se tem é um sentimento de injustiça, insatisfação ou perigo, frente a situações momentâneas ou permanentes, que não serão resolvidas enquanto não houver mobilização das autoridades políticas, no sentido de comporem uma agenda governamental.

Costa (2010, p. 89) argumenta que as políticas para a juventude rural, embora se proponham a apresentar medidas para reverter a tendência migratória dos (as) jovens e garantir a reprodução no espaço rural, concentram-se na via tradicional, nas ações direcionadas exclusivamente às atividades econômicas, em detrimento das demais necessidades envolvidas nas demandas da juventude rural.

Além disso, o acesso às políticas para a juventude rural ainda é restrito, devido a muitos fatores, especialmente: as dificuldades burocráticas e o desconhecimento dessas políticas, tanto pelos jovens quanto pelas instituições responsáveis por sua operacionalização. No caso do PRONAF, por exemplo, o acesso muitas vezes é dificultado pelo próprio comportamento do agente financeiro, que centra a sua atenção, preferencialmente, aos agricultores já consolidados (BARCELLOS, 2014).

Outro problema envolve a compra de terra através do Plano Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Conforme dados do MDA (através da Delegacia Regional do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Rio Grande do Sul), mais de 40% das propostas são para a população de até 29 anos. Entretanto, as organizações de juventude criticam o fato de que, muitas vezes, essas aquisições têm sido feitas em nome dos jovens apenas para ampliar

recursos financeiros para a compra de terras pelo grupo familiar e não para estimular o desenvolvimento de atividades próprias da juventude.

#### **4.5 A Socialização dos Jovens Rurais**

Os espaços de socialização da juventude rural, tais como família, comunidade e escola, são determinantes para a compreensão desta categoria social e serão analisados a seguir.

Conforme Berger e Berger (1977, p. 200), o processo de socialização desenvolve-se inicialmente através da interação da criança não apenas com o próprio corpo e o ambiente físico, mas também com outros seres humanos, o que influencia, igualmente, os componentes não sociais da experiência infantil.

Segundo Durkheim (1995), na socialização são, paulatinamente, incorporando saberes, valores e normas sociais vigentes na convivência com indivíduos já socializados. Nesta abordagem, quando o indivíduo nasce ele já encontra uma série de regras, modelos de comportamento e de conduta, que lhe são anteriores e exteriores.

A concepção da socialização enquanto um processo também pode ser analisado na obra de Norbert Elias (1993 *apud* GRIGOROWITSCHS, 2007), na qual o autor incorporou de Simmel o conceito de “processos de socialização”. Para ele, a socialização seria um processo flexível e mutável, entendimento que nos facilitará compreender as dinâmicas e as mudanças que vêm ocorrendo no meio rural, as quais interferem na socialização das crianças e, por consequência, dos jovens rurais. É justamente nesse processo dinâmico de socialização que as crianças se apropriam e interagem no mundo social, construindo objetiva e subjetivamente a sua própria identidade na relação com o outro (BERGER; LUCKMANN, 1973).

Portanto, a compreensão da construção identitária desses sujeitos dá-se através das suas vivências cotidianas, das trocas nas comunidades, dos conhecimentos construídos na família, etc. Aliadas a estes fatores estão as condições sociais e culturais em que vivem as crianças e suas famílias (relações e interações na família, na escola, na comunidade, com seus pares, etc.), além de questões internalizadas pelas relações étnicas, de gênero e de classe.

A configuração do sujeito jovem rural ocorre de forma gradativa, dentro de processos de interação perpassados por relações de hierarquia e poder que geram desigualdades de oportunidades entre as infâncias, inseridas em diferentes contextos sociais.

Hall (2006, p. 38) acrescenta:

[...], a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre a sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”.

Bourdin (2001, p. 28) acrescenta três dimensões que caracterizam o vínculo social:

Primeiro, a complementaridade e a troca: a divisão do trabalho social cria diferenças com base na complementaridade, o que permite aumentar as trocas. Em segundo lugar, o sentimento de pertença à humanidade que nos leva a reforçar nossos vínculos com os outros seres humanos: força da linhagem, do vínculo sexual e familiar; afirmação de um destino comum da humanidade por grandes sistemas religiosos e metafísicos. Por fim, o fato de viver junto, de partilhar uma mesma cotidianidade; a proximidade surge então como produtora do vínculo social e o camponês sedentário como o ser social por excelência.

No espaço rural a comunidade é um espaço privilegiado de trocas entre as pessoas. Este é um contexto de convívio mais próximo que nem sempre representa uma unidade homogênea ou sem enfrentamentos e conflitos. Neste sentido, a própria definição e os limites do conceito de comunidade vêm sendo discutidos. Nas palavras de Comerford (2005, p. 117), no Dicionário da Terra:

[...] o termo comunidade é geralmente associado à ideia de harmonia, solidariedade e ausência de conflito, tal como sugere a importância dessa palavra na formulação de utopias alternativas e de diferentes formas de busca do bem comum e do consenso. No entanto, vários estudos feitos em comunidades rurais mostram [que] a solidariedade e a igualdade que caracterizam tais comunidades são indissociáveis de uma dimensão conflitiva, como dois lados de uma mesma moeda.

Ademais, os espaços comunitários não se mantêm inalterados frente às mudanças sociais. Os conflitos e a mudança sócio-histórica vão transformando sistematicamente as relações entre os sujeitos de um determinado espaço geográfico, mas isso não faz com que as mesmas percam a sua importância ou desapareçam. Em contrapartida, certas relações permanecem inalteradas, como as tradicionais, até mesmo em um meio rural modernizado.

Voltemos nosso olhar, agora, para a família. Schneider (2003) comenta que alguns estudos recentes separam família e grupo doméstico, destacando-se os trabalhos de Woortmann (1995) e Carneiro (1998). Para Carneiro (1998), o conceito de família é imprescindível para se entender a agricultura familiar, pela sua importância como agente integrador das relações sociais no interior das unidades de produção agrícola. Neste âmbito, a família é um espaço de produção e de reprodução de valores cujos significados ultrapassam a lógica do parentesco e da racionalidade econômica. Percebe-se uma relação íntima da família com a escola, não apenas no que se refere à apropriação dos saberes escolares, mas também aos serviços e práticas que a mesma pode oferecer à família, sobretudo à mãe trabalhadora rural, no cuidado dos seus filhos (o cuidado com as crianças e o fornecimento de alimentação). Além disso, a escola frequentemente se confunde com os espaços familiares, uma vez que, não raras vezes, as aulas são ministradas nas casas das professoras, nas igrejas, em salas comunitárias, entre outros locais. (DE VARGAS, 2003, p. 95).

Entre os aspectos a considerar acerca da socialização no meio rural, estão os valores culturais pelos quais se mantêm os espaços tradicionais e hierarquizados, levando em conta, por exemplo, os marcadores gênero e geração, bem como o papel da igreja na transmissão de valores. Segundo Louro (2007), a reprodução ou a difusão das relações de gênero e das sexualidades ocorrem através das aprendizagens e práticas cotidianas, estabelecidas de modo explícito ou dissimulado por todo o conjunto social.

Quanto à questão de gênero, um dos fatores que contribui com o distanciamento e isolamento geográfico da população rural é a redução do número de jovens e principalmente das jovens.

No meio rural, os espaços específicos de socialização e de aproximação entre os pares estão diminuindo, fazendo com que a juventude passe a se reunir em locais juntamente com a família. Muitos jovens, ao falarem de lazer, citam as suas rotinas de trabalho, o que mostra a fragilização dos espaços de entretenimento e de diversão. Por outro lado, o sucateamento dos equipamentos sociais comunitários nas comunidades rurais resulta dos problemas estruturais vinculados à condição social e econômica das famílias (STROPASOLAS, 2011).

No Rio Grande do Sul, principalmente na região de campo dos municípios fronteiriços, a maioria das crianças e jovens passam o dia nas escolas nucleadas, sem contar o tempo de deslocamento de transporte. Assim, a sua socialização ocorre predominantemente no universo escolar, de viés urbano, restando pouco tempo para o convívio com a família e as trocas no ambiente familiar e comunitário. A socialização dos jovens rurais no espaço urbano tem duplo aspecto: ao mesmo tempo em que apresenta outras alternativas e possibilidades, está permeada das relações hierárquicas entre o rural e urbano.

Conforme Bourdieu (1996, p. 41) o espaço escolar e a cultura não oportunizam acesso igual a todos os indivíduos; tais espaços são constituídos política e ideologicamente, provocando hierarquias entre os grupos, barreiras sociais entre aqueles que detêm o poder e os demais. Para o autor (BOURDIEU, 1979), em uma sociedade hierarquizada e desigual (como a nossa) não são todos que dispõem de uma bagagem culta, estética e letrada para se apropriar dos ensinamentos que habilitam à competência legítima. Alguns, os mais privilegiados, os de origem social superior, terão certamente mais facilidade do que outros, pois já adquiriram parte destes ensinamentos em casa ou em outros espaços de circulação social. Esta situação se aplica à juventude rural, pois ela tem dificuldade de acessar os códigos da cultura dominante (e urbanos), transmitidos nos espaços escolares por ela frequentados.

Assim, os jovens rurais passam a desejar fazer parte do universo da cultura dominante, e vão em busca de um espaço para construir a sua vida nos centros urbanos. No entanto, este desejo é muitas vezes contrariado pelo apego à família, aos laços comunitários, como afirma Wanderley (2007, p. 23):

O estudo da juventude rural supõe a compreensão de uma dupla dinâmica social. Por um lado, uma dinâmica espacial que relaciona a casa (a família), a vizinhança (a comunidade local) e a cidade (o mundo urbano-industrial). Mais do que espaços distintos e superpostos, trata-se essencialmente dos espaços de vida que se entrelaçam e que dão conteúdo à experiência dos jovens e à sua inserção na sociedade. Por outro lado, nestes espaços a vida cotidiana e as perspectivas para o futuro são imbuídas de uma dupla dinâmica temporal: o passado das tradições familiares – que inspira as práticas e as estratégias do presente e do encaminhamento do futuro; o presente da vida cotidiana – centrado na educação, no trabalho e na sociabilidade local; e o futuro que se expressa, especialmente, através das escolhas profissionais, das estratégias matrimoniais e de constituição patrimonial, das práticas de herança e sucessão e das estratégias de migração temporária ou definitiva. As relações sociais se constroem no presente, inspiradas nas tradições familiares e locais – o passado – e orientam as alternativas possíveis ao futuro das gerações jovens e à reprodução do estabelecimento familiar.

Outra instância importante de socialização dos jovens e das famílias rurais é a igreja. Esta entidade oportunizava espaços amplos de socialização coletiva para os jovens, através, por exemplo da Pastoral da Juventude Rural, com atuação destacada no Brasil entre as décadas de 50 e 70 (TEDESCO, 2011). Entretanto, nos últimos anos, a influência desta instituição diminuiu nas comunidades rurais.

De acordo com Bourdieu (1989, p. 59), o trabalho da igreja no período de 1920-1950 na França servia com um trabalho de formação de certo tipo de *habitus*, tendo como resultado a produção e a reprodução dos valores, comportamentos e atitudes por ela preconizados. Conforme Tedesco (2011, p.158):

[...] a Igreja tinha um papel importante no meio rural desde as últimas décadas do século XIX, por ocasião da imensa força de ação para romanização do catolicismo, a consolidação de comunidades e seus rituais coletivos, a presença maciça e disseminada de oriundos de imigrantes de várias etnias europeias devotos de suas fileiras religiosas, quase em sua maioria ainda residindo no meio rural. A Igreja Católica considerava-se legítima pelo seu papel evangelizador, pela sua ação no acompanhamento ao processo colonizador de muitas regiões do estado, pela sua ação ideológica.

Autores como Stropasolas (2011) ressaltam que vem ocorrendo um progressivo desmantelamento das formas de socialização do meio rural. Em contrapartida, os agricultores ainda tentam conservar as raízes e alguns espaços de socialização para as suas famílias.

Outro elemento importante de socialização é o lazer da juventude rural, que contribui com a perpetuação do patrimônio cultural da sua comunidade. No entanto, este parece ser um

elemento negligenciado pelas políticas públicas endereçadas ao meio rural (FERREIRA; ALVES, 2009).

A falta de investimentos em espaços de lazer e socialização no meio rural é também referida por Wanderley (s/d), segundo o qual parece ter havido um esquecimento do meio rural como espaço de vida, que abrange outras necessidades, para além da atividade de geração de renda/agricultura.

Os pesquisadores brasileiros têm hoje dificuldades para participar deste debate internacional. É surpreendente que, desde o início dos anos 70, os cientistas sociais brasileiros tenham abandonado o estudo do mundo (ou meio) rural, enquanto espaço de vida e de sociabilidade destes mesmos agricultores. Teria o impressionante êxodo para as cidades, ocorrido no Brasil, esvaziado o meio rural, a ponto de desqualificá-lo como objeto de estudo? Neste caso, alguém estudou este processo? Ou teria havido uma homogeneização tal dos espaços sociais e das experiências de vida social, a ponto de anular qualquer diferença entre o homem que mora no campo ou na cidade? Novamente, alguém estudou este processo? (WANDERLEY, s/d, p. 1).

Em contrapartida, a população rural vem criando suas formas próprias de lazer através de iniciativas locais, tais como: as olimpíadas rurais, o encontro das famílias rurais, os jogos sol a sol, o festival da juventude rural, jogos de bocha e bingo, os bailes, as cavalgadas ecológicas e as festas comunitárias. Em relação à educação dos filhos, cita-se a criação das Casas Familiares Agrícolas e Escolas Família Agrícola.

As Olimpíadas Rurais são eventos tradicionais entre os jovens, envolvendo lazer e integração, que, a partir da prática de esportes e atividades recreativas, busca o resgate da autoestima, da cidadania e da inclusão social no meio rural. Esta modalidade prevê um envolvimento de várias organizações de jovens dentro de um município. A cada evento é selecionada uma comunidade que queira sediar a olimpíada, a qual se compromete em organizar toda a estrutura para receber as demais equipes e grupos de jovens. Para a realização das atividades, a juventude conta com a comunidade, por meio de grupos de mulheres, associações comunitárias, igrejas, EMATER-RS/ASCAR, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Cooperativas e a Prefeitura Municipal, que organizam conjuntamente a infraestrutura necessária, o que favorece uma aproximação entre todas essas entidades. São selecionados os grupos de jovens municipais que venceram o maior número de atividades durante o evento, e estes passam a concorrer na olimpíada microrregional, depois no evento regional e, por último, na olimpíada rural de âmbito estadual. Estas atividades contam com um elemento importante para garantir a manutenção da história e das características da população rural: nos três diferentes âmbitos da realização do evento, o município anfitrião é responsável não só pela infraestrutura, mas também pela hospedagem dos jovens em famílias rurais do município, favorecendo, assim, a integração e trocas em todos os âmbitos e,

portanto, a socialização entre jovens, dos jovens com as suas famílias, com outras famílias do município, bem como com as entidades citadas anteriormente. Ademais, por ser uma atividade de iniciativa da própria juventude, o evento acaba sendo o espaço para os jovens expressarem livremente suas manifestações identitárias, e como membros de grupos sociais, assumem papéis que alimentam a transmissão de elementos culturais, por exemplo: hábitos alimentares, vestimentas, músicas, entre outras. Desta forma os jovens, ao se relacionarem com seus pares do meio rural, preservam formas de ser e agir que passam a ser incorporadas no conjunto da juventude rural.

Outro evento de iniciativa dos agricultores são os jogos sol a sol. É uma modalidade semelhante às olimpíadas rurais, no entanto, envolve toda a família. Estes jogos englobam modalidades de esportes característicos dos agricultores, favorecendo assim a troca entre os costumes e hábitos da população rural.

Cita-se, ainda, o Festival da Juventude Rural, evento promovido pela organização sindical, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG). Nesta atividade os jovens cantam músicas de autoria própria e outras reproduzidas, com o objetivo de valorizar criações e iniciativas da juventude rural.

Aqui também se colocam os eventos familiares e intergeracionais, dentre eles, os encontros de família que visam a aproximação entre os grupos familiares, no sentido de resgate e de valorização dos hábitos e costumes das comunidades rurais. Geralmente as atividades são realizadas em âmbito municipal, onde se destacam a gastronomia, o artesanato e os jogos de entretenimento. Quanto aos bailes e festas comunitárias, eles são realizados pelas organizações comunitárias, com o objetivo de angariar recursos para a manutenção dos equipamentos sociais existentes no meio rural, mas têm ocorrido cada vez menos devido ao distanciamento geográfico.

Nestes dois últimos eventos, se por um lado a juventude sente-se bastante à vontade nesses espaços de agregação comunitária, por outro, neles são constantemente vigiados, uma vez que neles “todos se conhecem”. Além disso, eles estão impregnados pelas relações hierarquizadas de gênero e geração, que atribuem papéis e atitudes diferenciados para homens e mulheres nas atividades familiares e na sociedade. Os papéis masculinos são mais valorizados do que os femininos, fazendo com que as mulheres ocupem posição subordinada relativamente aos homens (SCOTT; CORDEIRO; MENEZES, 2010). Sendo assim, nesses espaços os jovens desde cedo irão construir suas identidades de gênero, de acordo com as relações estabelecidas pelas gerações anteriores. E, conseqüentemente, as relações de gênero e

geração irão se refletir no que cada sujeito incorpora de acordo com a posição ocupada na divisão social (e sexual) do trabalho junto aos seus pares (WEISHEIMER, 2006).

As redes sociais também se apresentam como um espaço virtual importante de socialização na contemporaneidade. Embora muitos jovens ainda não tenham acesso às novas tecnologias, os que conseguem acessá-las ampliam, sobremaneira, o seu horizonte social. De acordo com Redin *et al.* (2013), o uso do computador e o acesso à *internet* ampliaram os espaços de socialização da juventude rural, favorecendo as trocas para marcar atividades ou trocar informações cotidianas. Segundo os autores, a inserção tecnológica desses sujeitos os inserem amplamente no mundo.

Dessa forma, passam de sujeitos ocultos (*off-line*) a sujeitos visíveis (*online*) no mundo virtual. *A priori* não produzem informação, mas compartilham conteúdos que teoricamente concordam ou que, em certa medida, estejam coerentes com sua percepção de mundo. As redes sociais convocam os jovens a organizarem-se em forma de grupos para compartilharem informações sobre a Juventude Rural. As informações coletivas geralmente estão ligadas aos encontros esportivos e eventos sociais que participam em âmbito de município ou fora deste. Além disso, a rede social serve como forma de convocação para participação em espaços deliberativos entre os grupos de jovens, seja a nível local, municipal ou regional. O avanço das TICs no meio rural potencializa a ativação de recursos humanos, gerando uma transmissão de valores e significados ligados ao *ethos* camponês. (REDIN *et al.*, 2013, p. 161-162)

Assim como a população rural vem criando suas formas próprias de socialização e lazer, como mostramos acima, ocorrem também iniciativas comunitárias em relação à educação dos filhos. Dentre elas citamos a criação das casas familiares rurais e da escola família agrícola, espaços específicos para a formação dos jovens filhos de agricultores. Constatamos que existem, hoje, várias organizações desta natureza, onde a socialização dos jovens é realizada através de características específicas da agricultura familiar e em espaços que mantêm os valores e hábitos rurais, o que, por conseguinte, fortalece o vínculo e a preparação dos jovens para desenvolver as atividades nas unidades produtivas familiares.



## CAPÍTULO V

### 5 OS MOTIVOS DA PERMANÊNCIA DOS JOVENS NAS UNIDADES PRODUTIVAS FAMILIARES

Neste capítulo apresentamos o percurso metodológico e os principais resultados de nossa pesquisa, estes últimos organizados nos seguintes itens: a) caracterização dos municípios, das UPFs e dos sujeitos; b) análise das narrativas dos entrevistados(as).

#### 5.1 Percurso Metodológico

A pesquisa desenvolvida aqui se caracteriza como qualitativa. Segundo Minayo (1995 p. 21-22), a pesquisa qualitativa trabalha “com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.”

O universo que nos propusemos analisar é de difícil investigação pelo viés da pesquisa quantitativa, pois se pretendeu imergir na esfera da subjetividade onde se imagina que seja possível a análise das relações – ainda que simbólicas – existentes no contexto da agricultura familiar. Assim, procuramos analisar as intenções e motivos a partir do ambiente em que os entrevistados se relacionam e dão sentido as suas escolhas. Tal escolha metodológica foi, portanto, indispensável, quando os temas pesquisados demandam um estudo fundamentalmente interpretativo.

A técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista narrativa. As informações foram obtidas com a utilização de questões geradoras que buscaram explorar os motivos que despertam o interesse dos jovens do meio rural, a partir de suas narrativas pessoais, além de capturar tipos e peculiaridades de trajetórias individuais e coletivas, bem como o sentido que os jovens e seus pais atribuem às suas histórias e a outras histórias semelhantes nas circunstâncias em que vivem.

Este tipo de entrevista é menos estruturado e só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados. De acordo com Gil (1999, p. 119):

A entrevista informal é recomendada nos estudos exploratórios, que visam abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador, ou então oferecer visão aproximativa do problema pesquisado. Nos estudos desse tipo, com frequência recorre-se a entrevistas informais com informantes-chaves, que podem ser especialistas no tema em estudo, líderes formais ou informais, personalidades destacadas, etc.

A bibliografia consultada indica que o modelo existente - o “minorato” - sofreu rupturas a partir dos anos 60, sem haver um novo modelo que o substitua. Assim, para

contarmos os jovens com intenção de realizar a sucessão, fomos buscar junto às organizações representativas dos agricultores familiares a sua percepção sobre novos padrões sucessórios utilizados em suas reivindicações.

Por representatividade entendemos aqui instituições/entidades em torno das quais há um consenso reconhecido e legitimado socialmente sobre o fato de refletirem em algum grau os interesses coletivos dos agricultores familiares, de seus familiares e/ou de suas respectivas organizações sociais constituídas. Neste sentido, as duas entidades com maior articulação entre os agricultores do estado do Rio Grande do Sul são a FETAG-RS e a FETRAF-SUL. Cabe ressaltar que estávamos cientes de que lideranças podem conter tendências e idealizações, mas foi através das suas indicações, baseadas na experiência associativa com os agricultores (as), que foi possível mapear a diversidade das formas de sucessão existentes. Ressaltamos que a construção desta tipologia objetivou abarcar as várias formas de sucessão existentes na agricultura familiar, no entanto, os tipos não serão utilizados como categorias na análise das entrevistas.

Para capturar a percepção destes atores, a pesquisadora utilizou a seguinte questão orientadora: *De acordo com a orientação da sua instituição, o que significa o processo de sucessão na agricultura familiar?* A definição de sucessão elaborada a partir das percepções dos integrantes das instituições que congregam/representam agricultores norteou a pesquisa de campo, sendo que se buscou representar três tipos de sucessão, a seguir detalhadas.

#### **a) Tipo 1**

A sucessão na agricultura familiar inicia quando os filhos se sentem parte das decisões da UPF. Este pertencimento faz com que o filho sinta vontade de conhecer mais sobre as questões relacionadas à agricultura familiar. E este conhecimento adquirido pode ser usado, inclusive, para dar continuidade em outra unidade produtiva familiar. Este é o caso dos jovens que se casam, quando um dos filhos sairá da casa paterna, porém, dará continuidade ao patrimônio cultural em outra unidade produtiva familiar. Aqui a passagem do patrimônio financeiro não será a questão central, podendo ser consequência da aproximação entre pai e filho, por ambos gostarem da atividade.

Esta forma de sucessão não é estritamente geracional, pois pode acontecer em outra unidade produtiva familiar. A sucessão centra-se no repasse do patrimônio cultural e através dele o filho(a) utilizará o conhecimento para realizar o seu projeto de forma independente e individual.

**b) Tipo 2**

O gosto dos pais pela atividade rural faz com que eduquem os seus filhos para o respeito e valorização de todo o patrimônio cultural do modo de vida rural. O filho, como consequência deste estímulo, desenvolve o gosto e o carinho pela atividade; e o pai vai, gradativamente, preparando-o para a mesma. A família trabalha em conjunto, dividindo a renda mas não o patrimônio financeiro. Neste sistema não há uma ruptura brusca no momento da passagem da propriedade da terra ao filho, este a assume com a morte do pai. A sucessão, via de regra, é realizada pelos filhos do sexo masculino, enquanto as jovens são estimuladas a estudar e se estabelecer profissionalmente fora do meio rural.

Neste tipo de sucessão os filhos vão sendo preparados paulatinamente, o gosto e o desejo de permanecer são despertados ao longo do cotidiano. O patrimônio cultural é repassado aos filhos (as), todos os membros da família têm uma parte da renda de forma independente e o repasse do patrimônio somente ocorre com a morte do pai. Neste tipo de sucessão a diferença principal em relação às outras formas é a divisão de renda de forma igualitária entre todos os membros da família.

**c) Tipo 3**

Esta é a sucessão com divisão das atividades e da renda, repasse da terra e do patrimônio financeiro e cultural, tendo havido a participação dos filhos na gestão na unidade produtiva familiar. Na visão dos movimentos contatados, esse tipo é o mais completo e desejado, pois envolve o repasse do patrimônio cultural e financeiro aos filhos (as).

Desta forma, na composição do grupo de entrevistados buscamos contemplar os três tipos de sucessão acima mencionados.

Conforme Martins (2000, p. 41), a seleção dos entrevistados dá-se “de acordo com determinado critério, [e] é escolhido intencionalmente um grupo de elementos que irão compor a amostra. O investigador se dirige intencionalmente a grupos de elementos dos quais deseja saber a opinião”.

Para a seleção dos jovens, teve-se por referência critérios que considerassem a diversidade da juventude rural nos municípios estudados, bem como o contexto de inserção na agricultura familiar. Assim, foram contemplados os seguintes aspectos: jovens entre 15 e 29

anos<sup>5</sup> de idade, com interesse em dar continuidade ao estabelecimento rural; existência de planejamento familiar da sucessão; entre os entrevistados, que houvesse a presença de jovens mulheres em pelo menos duas famílias, e que os jovens pesquisados refletissem as características das três formas de sucessão. Além disto, propusemo-nos a ouvir um pai e uma mãe, com média de idade em torno de 50 anos, cujos depoimentos foram incorporados de acordo com os elementos trazidos pelos jovens durante as entrevistas.

Para definirmos o conjunto de entrevistados, foi solicitada indicação aos líderes/integrantes de sindicatos municipais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – FETRAF-SUL, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Rio Grande do Sul - FETAG/RS e dos escritórios municipais da EMATER-RS/ASCAR de dois municípios gaúchos: Agudo e São Miguel das Missões. Durante o trabalho de campo, foram visitadas nove UPFs rurais de agricultura familiar dos municípios citados, nas quais foram entrevistados onze jovens.

A entrada no campo não foi difícil, uma vez que esse contexto já era familiar para a pesquisadora, pois, além de ter vivido neste ambiente, foi extensionista de campo por muitos anos. Durante as entrevistas procurou-se promover um ambiente favorável à livre expressão da juventude, sem perdermos de vista o foco orientado para a compreensão das questões que eram objeto desta pesquisa. Inicialmente, parecia haver um roteiro/ensaio nas respostas dadas às perguntas, no entanto, na medida em que a conversa se descontraía e os jovens se sentiam encorajados, falavam livremente, possibilitando assim a compreensão das motivações que os levaram a permanecer no meio rural.

As falas foram gravadas com a prévia autorização dos entrevistados, e ainda que tenha sido autorizada a gravação, a pesquisadora procurou sentar-se em um lugar próximo dos entrevistados, de forma que o gravador não ficasse evidente, pois este parecia comprometer a naturalidade e a conversa livre pelos entrevistados.

Para análise do seu conteúdo, as entrevistas foram transcritas de forma cuidadosa e com cuidado para se manter as expressões e detalhes mencionados pelos (as) jovens.

O exame do material empírico considerou um agrupamento temático elaborado a partir das questões presentes no roteiro de entrevistas<sup>6</sup>, com destaque para os seguintes eixos de análise:

---

<sup>5</sup> Conforme analisado anteriormente, não há uma única definição etária relativa à juventude rural; entretanto o recorte etário foi utilizado pela necessidade de selecionar entrevistados a partir de elementos reconhecidos dentro do contexto da pesquisa, facilitando a indicação dos mesmos pelos líderes dos movimentos e pela própria EMATER-RS/ASCAR.

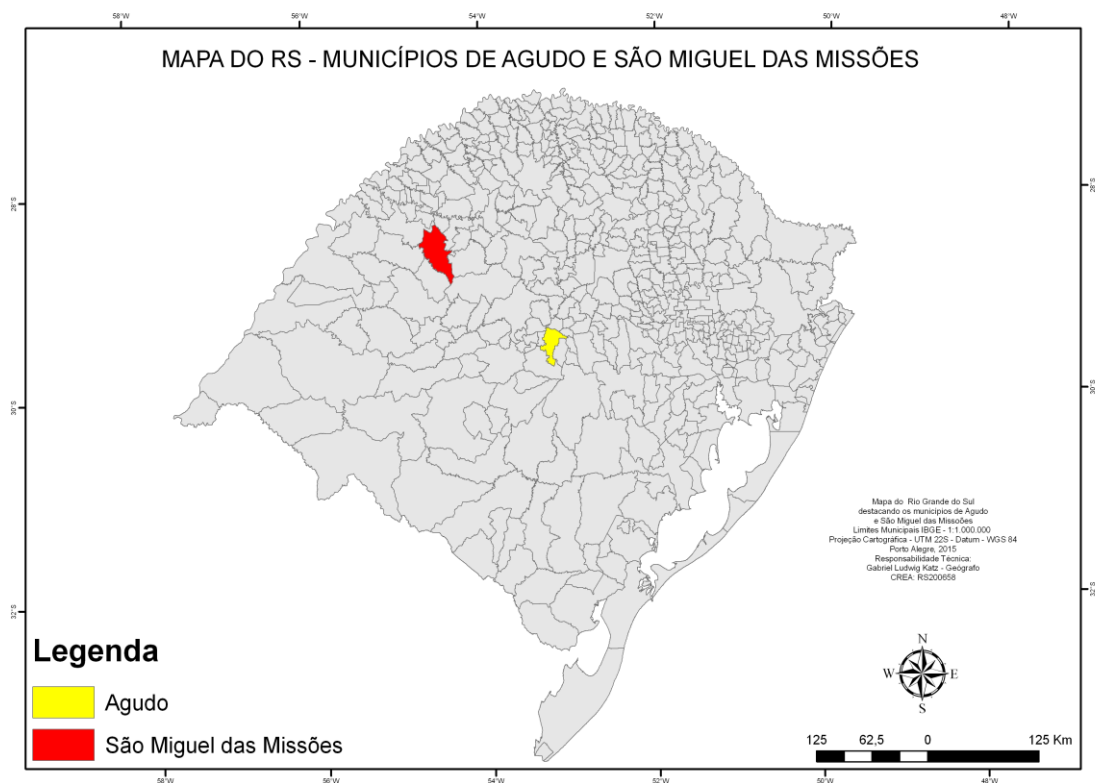
<sup>6</sup> Ver Apêndice.

- a) As representações sociais dos jovens acerca do rural e do urbano;
- b) As formas de divisão do trabalho por geração e gênero e a participação dos (das) jovens na gestão e nas decisões das UPFs;
- c) A socialização dos (das) jovens e o desenvolvimento de vínculos comunitários e de pertencimento no meio de vivência.

## 5.2 Caracterização dos dois municípios onde as entrevistas foram realizadas

Os municípios de Agudo e São Miguel das Missões foram selecionados para a pesquisa por conta da presença expressiva de pequenas unidades produtivas familiares e de atividades produtivas que são predominantemente de agricultura familiar. Além disso, ambos os municípios apresentam os tipos de sucessão considerados neste trabalho.

A seguir, apresentaremos características gerais dos dois municípios.



**Figura 1 – Mapa do RS com os dois municípios em destaque**

Fonte: EMATER-RS/ASCAR.

### A) Agudo

Área territorial: 536,12 km<sup>2</sup>.

Nº de comunidades rurais: 31.

Principais sistemas de produção do município: fumo+milho; arroz irrigado; produção de leite a pasto; fruticultura; olericultura.

**Tabela 1 - Demografia do município de Agudo, 1970/2010**

População do município	Ano	Total	Urbana	%	Rural	%
Nº de habitantes	1991	16.718	3.411	20,4	13.307	80
Nº de habitantes	2000	17.455	5.655	32,4	11.800	68
Nº de habitantes	2010	16.722	6.889	41,2	9.833	59

Fonte: SISPLAN- EMATER-RS/ASCAR – 2015.

**Tabela 2 - Estratificação da população de Agudo, 2010**

CATEGORIA	Total		Homem		Mulher	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
<b>Crianças</b>	1892	1309	933	661	959	648
<b>Jovens</b>	2217	1689	1.114	869	1.103	820
<b>Adultos</b>	4106	2858	2.186	1.396	1.920	1.462
<b>Idosos</b>	1618	1033	751	439	867	594
<b>Total</b>	<b>9833</b>	<b>6889</b>	<b>4984</b>	<b>3365</b>	<b>4.849</b>	<b>3.524</b>

Fonte: SISPLAN – EMATER-RS/ASCAR – 2015.

**Tabela 3 - Estrutura fundiária de Agudo, 2006**

Tamanho das propriedades (ha)	Propriedades (nº)	%
Menos de 5	600	23,1
De 5 a menos de 10	519	19,98
De 10 a menos de 20	672	25,87
De 20 a menos de 50	<b>689</b>	<b>26,52</b>
De 50 a menos de 100	97	3,73
De 100 a menos de 200	20	0,77
De 200 a menos de 500	1	0,04
De 500 a menos de 1.000	0	0,00
Mais de 1.000	0	0,00
<b>Total</b>	<b>2.598</b>	<b>0</b>

Fonte: SISPLAN – EMATER-RS/ASCAR – 2015.

**Tabela 4 - Categorização das famílias rurais de Agudo, 2006**

Categoria	Nº de famílias	% do total do município
Assentados	0	0
Quilombolas	0	0
Indígenas	0	0
Pecuarista familiar	0	0
Pescadores	1	0,0
Agricultores familiares	<b>2.494</b>	<b>91,86</b>
Pecuarista não familiar	10	0,0
Agricultor não familiar	210	7,73
Outros	0	0
<b>Total</b>	<b>2.715</b>	<b>-</b>

Fonte: SISPLAN – EMATER-RS/ASCAR – 2015.

**B) São Miguel das Missões**

Área territorial: 1.229,85 km<sup>2</sup>.

Nº de comunidades rurais: 33.

Principais sistemas de produção: soja - trigo - milho; bovinocultura de leite - grãos; bovinocultura de leite - produção de subsistência; bovinocultura de corte – grãos.

**Tabela 5 - Demografia do município de São Miguel das Missões, 1970/2010**

<b>População do município</b>	<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Urbana</b>	<b>%</b>	<b>Rural</b>	<b>%</b>
Nº de habitantes	1970	7413	1720	23,20	5693	76,80
Nº de habitantes	2000	7682	3088	40,20	4594	59,80
Nº de habitantes	2010	7421	3562	48,00	3859	52,00

Fonte: SISPLAN – EMATER-RS/ASCAR - 2015.

**Tabela 6 - Estratificação da população de São Miguel das Missões, 2010**

<b>CATEGORIA</b>	<b>Total</b>		<b>Homem</b>		<b>Mulher</b>	
	<b>Rural</b>	<b>Urbano</b>	<b>Rural</b>	<b>Urbano</b>	<b>Rural</b>	<b>Urbano</b>
Crianças	851	786	454	420	397	366
Jovens	588	541	307	283	281	258
Adultos	1848	1705	960	885	888	820
Idoso	573	274	297	274	276	325
<b>Total</b>	<b>3860</b>	<b>3306</b>	<b>2018</b>	<b>1862</b>	<b>1842</b>	<b>1444</b>

Fonte: SISPLAN – EMATER-RS/ASCAR - 2015.

**Tabela 7 - Escolas e escolares em São Miguel das Missões, 2010**

<b>Escolas</b>	<b>Escolas (nº)</b>			<b>Escolares (nº)</b>		
	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>
<b>Municipais</b>	3	5	8	761	1000	1761
<b>Estaduais</b>	2	1	3	1162	196	1358
<b>Federal</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Particulares</b>	2	0	2	151	0	151
<b>Outras iniciativas agricultura familiar</b>	0	0	0	0	0	0

Fonte: SISPLAN – EMATER-RS/ASCAR – 2015.

**Tabela 8 - Estrutura fundiária de São Miguel das Missões, 2006**

<b>Tamanho das propriedades (ha)</b>	<b>Prop. (nº)</b>	<b>%</b>
Menos de 5	290	25,64
<b>De 5 a menos de 20</b>	353	31,21
De 20 a menos de 50	222	19,63
De 50 a menos de 100	88	7,78
De 100 a menos de 200	69	6,10
De 200 a menos de 500	66	5,84
De 500 a menos de 1.000	25	2,21
Mais de 1.000	18	1,59
<b>Total</b>	1.131	

Fonte: SISPLAN – EMATER-RS/ ASCAR – 2015.

**Tabela 9 - Categorização das famílias rurais de São Miguel das Missões, 2006**

<b>Categoria</b>	<b>Nº família</b>	<b>% do total do município</b>
Assentados	194	14,43
Quilombolas	0	0,00
Indígenas	34	2,53
Pecuarista familiar	100	7,44
Pescadores	4	0,30
<b>Agricultores familiares</b>	<b>736</b>	<b>54,76</b>
Pecuarista não familiar	3	0,22
Agricultor não familiar	273	20,31
Outros	0	0,00
<b>Total</b>	<b>1.344</b>	

Fonte: SISPLAN – EMATER-RS/ASCAR – 2015.

A partir dos dados apresentados acima é possível verificar as semelhanças e as diferenças entre os dois municípios onde as entrevistas foram realizadas.

Em ambos os municípios, a população rural é maior do que a urbana, embora a diferença entre ambas as populações tenha diminuído ao longo dos anos, denotando uma ampliação da urbanização. Por consequência, nos dois municípios também existe um maior número de jovens vivendo no meio rural em relação aos urbanos.

Verifica-se, ainda, em ambos os municípios, certa preservação de equipamentos sociais, como as escolas no meio rural. Todavia, Agudo reúne escolas municipais e estaduais, enquanto em São Miguel das Missões as escolas no meio rural são predominantemente municipais.

Outro aspecto em que os dois municípios se assemelham é quanto à estrutura fundiária, cujas propriedades possuem, em sua maioria, até 20 hectares. Todavia, em São Miguel das Missões, as propriedades menores, de 5 a 20 hectares, são as mais frequentes (31%), ao passo que em Agudo, a faixa mais frequente em termos de tamanho é a de entre 20 e 50 hectares (27%).

A maioria das famílias rurais em ambos os municípios é de agricultores familiares, representando 92% em Agudo e 55% em São Miguel das Missões, onde se percebe uma maior diversificação do tipo de famílias (20% agricultor não familiar, 14% assentados, entre outros).

Por fim, outra característica comum entre os municípios é o sistema produtivo principal, predominando o fumo, o leite e a soja, além de produtos de subsistência. São Miguel das Missões também apresenta bovinocultura de corte.



### 5.3 Caracterização das UPFs e dos jovens

As informações obtidas nas entrevistas permitiram mapear as principais características das propriedades e dos jovens, conforme seguem.

Entrevistado	Tipo sucessão	Própria ou arrendada?	Tamanho propriedade (ha.)	Atividades principais	Condições da moradia	Distância da cidade em km
A	3	Própria	7	Fumo, produtos para subsistência. Venda de mão de obra do pai como pedreiro	Acesso ao telefone e internet com bom sinal, casa nova de alvenaria, ampla.	7
B	1	Arrendada do pai	60	Leite e soja. A renda da propriedade é complementada pela renda do trabalho da esposa que trabalha na cidade como nutricionista (mora na propriedade e trabalha na cidade)	Acesso ao telefone e internet com um bom sinal, residência em boas condições.	5
C	1	Própria	69	Leite e soja.	Acesso ao telefone e internet com bom sinal, casa nova, pequena construída recentemente.	17
D						
E	2	Própria	30	Fumo e soja.	Acesso ao telefone e internet com bom sinal. Casa pequena em condições regulares, porém, ao lado estão construindo uma casa nova com recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida e mais recursos próprios.	22
F	3	Própria e arrendada	190	Soja. A renda da propriedade é complementada pela renda do pai e da mãe que são aposentados rurais.	Acesso precário ao telefone e internet, a casa de moradia possui condições regulares, requerendo reparos. Há projetos de construir uma residência nova. Um carro da família.	100
G						
H	2	Própria e arrendada	58	Leite e soja.	Acesso ao telefone e internet com bom sinal, a casa de moradia está em boas condições. A família tem um carro e o jovem o seu carro próprio.	12
I	2	Própria e arrendada	37	Fumo e leite. A aposentadoria do pai e da avó complementa a renda.	Acesso ao telefone e internet com bom sinal, a casa de moradia é construção nova e ampla. A família tem um carro e o jovem o seu carro próprio.	7
J	2	Própria e arrendada	140	Soja, leite e turismo rural.	Acesso ao telefone e internet com bom sinal, a casa de moradia é construção nova e ampla e toda a infraestrutura para receber turistas. A família tem um carro e o jovem o seu carro próprio.	17
L	2	Própria	31,3	Fumo.	Acesso ao telefone e internet com sinal ruim, residência antiga exigindo reparos. A família tem um carro da família e o jovem possui sua moto própria.	22

**Quadro 2 - Distribuição dos jovens entrevistados conforme as características da propriedade**

Fonte: Pesquisa.

Os jovens entrevistados residem em propriedades familiares com tamanho variando de 7 até 190 hectares, onde produzem leite e fumo ou fumo e soja. O leite garante à família uma renda mensal, e o fumo ou a soja uma renda anual, que lhes possibilita investir nas UPFs.

Duas famílias agregam, ainda, a renda de atividades não agrícolas à UPF, como: atividade assalariada (em uma família o pai atua sazonalmente como pedreiro, e em outra, a esposa do jovem entrevistado trabalha em um hospital da cidade) e o turismo rural. E três famílias complementam a renda com a aposentadoria dos pais ou dos avós.

A distância das UPFs em relação ao centro urbano varia entre 5 e 100 km. As UPFs mais distantes estão situadas próximas dos limites municipais.

A grande maioria dos entrevistados tem renda e carro próprios, bem como acesso ao telefone e *internet*.

Identificamos durante o trabalho de campo que essas famílias encaminharam a sucessão de alguma forma e que a manutenção da UPF está relacionada com a garantia de rendas complementares: aposentadoria, trabalho assalariado urbano e, em um caso, turismo rural.

Em uma das famílias identificamos um tipo de sucessão na atividade e não geracional. Neste caso, o jovem B utiliza a UPF como arrendatário do pai, que comprou a terra e não a herdou. O filho, por sua vez, desejou dar continuidade à atividade agrícola e ao aprendizado recebido, e, por isso, arrendou a terra do pai. Aqui não encontramos o valor afetivo em relação à UPF, conforme destacado por Seyferth (1985), e sim, o uso da terra como valor de troca pelo pai. Ressaltamos que este foi o único caso, entre todas as propriedades pesquisadas, em que o pai deseja vender a propriedade.

Apenas de forma ilustrativa, destacamos que em quatro dessas UPFs a sucessão é do tipo 3, e em três delas é do tipo 2 e em duas UPFs é do tipo 1. A sucessão para as jovens entrevistadas repete a forma de sucessão do irmão, através da divisão da UPF.

Entrevista do	Tipo sucessão	PRONAF ou Outros créditos destinados ao meio rural		ATER
		Tipo	Finalidade	
A	3	Mais Alimento	Compra de uma caminhonete.	Sim, regular
B	1	Investimento e custeio	Insumos e equipamentos para a propriedade.	Sim, regular
C	1	Crédito Fundiário, Pronaf investimento e custeio	Compra da terra, infraestrutura da propriedade, insumos e equipamentos.	Sim, regular
D				
E	2	Minha Casa, Minha Vida e Pronaf Investimento	Construção da moradia e trator.	Sim, esporádica
F	3	Pronaf investimento	Compra de trator e insumos.	Sim, esporádica
G				
H	2	Pronaf investimento e custeio	Equipamentos e insumos.	Sim, regular
I	3	Pronaf Investimento	Trator, resfriador e ordenhadeira.	Sim, regular.
J	3	Mais alimento e Pronaf investimento e custeio	Infraestrutura da propriedade, caminhonete, insumos	Sim, regular
L	2	Pronaf custeio e investimento	Equipamentos e insumos	Sim, esporádica

**Quadro 2 - Distribuição dos jovens entrevistados conforme o acesso às políticas públicas e ATER**

Fonte: Pesquisa.

Nas propriedades dos (as) jovens pesquisados (as) são acessadas políticas específicas para o meio rural, entre elas: ATER, Crédito Fundiário, Pronaf, Mais Alimento e Programa Minha Casa Minha Vida no Campo<sup>7</sup>.

Nas propriedades do tipo 3 de sucessão foram realizados investimentos, como compra de resfriador, ordenhadeira, caminhonete ou trator.

<sup>7</sup> Não perguntamos sobre o recebimento de benefícios através do Programa Bolsa Família e outros.

Entre- vistado	Idade	Escolaridade	PAI – Escolaridade	MAE – Escolaridade	Divisão da renda da UPF
A	27	Ensino médio incompleto – estudando	Ensino fundamental incompleto- 3ª série	Ensino fundamental Incompleto- 5ª série	Planta e administra 1 hectare de fumo, ficando com a renda.
B	27	Ensino médio completo	Ensino fundamental incompleto- 5ª série	Ensino fundamental incompleto- 4ª série	A renda da UPF é dele.
C	21	Ensino médio completo	Ensino fundamental incompleto – 3ª série	Ensino fundamental incompleto – 4ª série	Recentemente compraram a terra. Diz que os recursos provenientes da UPF, no momento, somente dão para cumprir com as prestações do crédito fundiário e investir na UPF, pois recém estão estruturando-a. Mas sempre sobra um pouco que é dividido.
D	25	Ensino médio completo			“Quando precisa de dinheiro pede”.
E	21	Ensino fundamental completo	Ensino fundamental incompleto – 4ª série	Ensino fundamental incompleto – 5ª série	Planta 1 hectare de fumo, ficando com a renda desta atividade.
F	29	Ensino médio completo- técnico agrícola	Ensino fundamental incompleto – 3º ano	Ensino médio incompleto- 4ª série	Recebe um percentual da renda da UPF.
G	27	Ensino médio completo			Quando precisa de dinheiro pede aos pais.
H	20	Ensino médio completo e curso técnico de formação de agricultores	Ensino fundamental incompleto – 6ª série	Ensino fundamental Incompleto – 5ª série	Tem vacas de leite e a renda proveniente da venda do leite é dele.
I	27	Ensino médio completo	Ensino fundamental incompleto – 2º ano	Falecida	Recebe metade da renda proveniente da UPF. É casado, reside e trabalha com o seu pai em terra própria, sendo a renda dividida entre eles.
J	17	Ensino médio incompleto – estudando e com intenção de fazer graduação	Ensino fundamental completo	Ensino fundamental completo	Tem vacas de leite e a renda proveniente da venda do leite é dele.
L	21	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio incompleto	Recebe um percentual da renda, que coloca em sua conta e administra.

**Quadro 4 - Distribuição dos jovens entrevistados conforme idade, escolaridade e divisão da renda da UPF.**

Fonte: Pesquisa.

Os entrevistados têm, em média, 21 anos, com idades variando entre 17 e 29 anos. Quase todos têm ensino médio completo, com exceção de um jovem que possui o ensino fundamental completo. Os pais estudaram, em média, até a 5ª série do ensino fundamental, notando-se um avanço significativo da escolaridade dos(as) filhos(as) em relação aos primeiros. A média da idade dos pais é de 50 anos.

Em relação à divisão da renda, quase todos jovens possuem uma renda própria, pois lhes é destinado um percentual da renda total da UPF, ou o rendimento de uma atividade específica que fica a seu encargo, por exemplo: a produção de leite de um determinado

número de vacas, ou plantam fumo em um pedaço da terra. E as mulheres, mesmo que realizem as atividades produtivas, não recebem um valor pré-estipulado por isso.

Seis entrevistados participam de organizações locais da juventude, especialmente, grupos e associações municipais de jovens.

## 5.4 Os depoimentos dos entrevistados

### a) A comparação rural *versus* urbano: valorização do trabalho e da vida no campo

Um dos aspectos a considerar na opção por permanecer ou não no campo são as vantagens e desvantagens em morar na área rural ou na cidade, conforme identificadas por cada indivíduo.

Assim, a escolha pela permanência na unidade produtiva familiar pode estar baseada em aspectos positivos do meio rural, tais como: o apego subjetivo ao meio rural, a flexibilidade de horários, a possibilidade de ser o patrão, o prazer em desfrutar do trabalho agrícola ao ar livre, o convívio em família, certa liberdade sobre as decisões tomadas na propriedade (frente à heteronomia do emprego urbano). É possível encontrar tais elementos nas seguintes falas dos jovens:

*Na cidade a gente tem patrão, eu já tive, sei que tem que estar lá na hora, aqui a gente faz o que quer. Aqui se a gente atrasar meia hora não tem problema, podemos fazer nosso horário.* (Entrevistado F)

*Eu quero ficar aqui, não gosto da cidade. Eu vou para a cidade, mas sinto falta daqui, porque aqui tem o que fazer, lá não tem nada. Quando vou para a cidade sinto falta da propriedade.* (Entrevistado L)

*Estava no quartel aí eu tinha aquele intuito de conseguir um engajamento, mas aí, sabe, eu tinha tudo para ficar lá, mas aí lá dentro tinha coisas que deveriam ser diferentes. Lá é muita ordem de todo mundo, todo mundo vem e dá uma ordem, aqui se a gente cometer um erro vai ficar entre nós.* (Entrevistado M)

Outro caso que merece ser destacado é o retorno do filho para suceder o pai, após ter experimentado a vida na cidade. Os jovens rurais estão acostumados à vida no campo, à liberdade e à flexibilidade das regras e ao trabalho em família, e, por vezes, após a tentativa de viver na cidade, não se adaptam e acabam voltando definitivamente para organizarem a sua vida no meio rural. Nessa trajetória, o jovem abandona o seu lugar de origem em busca de elementos externos ausentes de seu universo. O retorno ao rural pode ter a ver com aspectos não percebidos por ele no momento da migração para o espaço urbano, como se constata nos depoimentos abaixo:

*No meio rural se pode ter liberdade para criar bichos, e na cidade não se tem esta oportunidade.* (Entrevistado A)

*Se no interior a vida está sofrida, mas na cidade é bem pior. As pessoas dizem que é sofrido, era sofrido, **agora não é mais, tem mais facilidade para tudo**. Hoje o pobre tem mais acesso às coisas, o pobre consegue comprar as coisas. Demoramos um tempo para pagar, mas se consegue comprar. A cidade, o cara pensa que é melhor por causa do horário, porque chega às seis horas você termina, **mas no meio rural se chove e você quer ficar dormindo até meio dia**, você pode ficar, **você é dono do teu horário**. (Entrevistado D)*

*Já sai e voltei para cá, trabalhei em cooperativas na cidade dois anos, fui para a Bahia, fiquei mais dois anos, depois resolvi voltar para São Miguel. Trabalhei um ano em uma empresa na cidade, aí o salário estava complicado né, daí vim embora para cá. Faz seis anos que voltei. Trabalhando aqui para fora tudo dá. Eu era vendedor de produto agrícola, aqui se trabalha mais, **mas se incomoda menos. Trabalhando aqui fora, tudo dá, é só trabalhar. Lá é complicado, lidar com pessoas, metas e tudo isso**. (Entrevistado F)*

*Meu irmão mais velho trabalhava em uma loja na entrega de móveis, mas aí **não tinha horário**, fazia entrega a qualquer hora. **Não tinha sossego**, quando vinha móveis para descarregar não tinha horário. Aí, ele quis voltar aqui para fora, colocou umas vacas de leite para ele e vem todos os dias, ordenha as vacas, faz a entrega, trabalha conosco e à noite vai embora para cidade. (Entrevistado I)*

Os aspectos considerados na comparação entre o campo e a cidade, como se percebe nos depoimentos acima são: maior flexibilidade de horário no campo, uma vida sossegada, a opção de poder descansar nos dias de chuva, poder conviver com os animais, uma maior facilidade de agir em conformidade com as regras do meio rural por dominá-las e o acesso mais facilitado ao crédito e tecnologias, que dinamizam a vida nas UPFS. As narrativas corroboraram a referência aos aspectos positivos salientados pelos jovens em relação ao meio rural, constatada por autores como Wanderley (2004); Abramovay (2005); Brumer (2006); Spanevello (2008). Todavia, diferentemente dos três últimos autores, não encontramos entre nossos entrevistados uma rejeição explícita da atividade agrícola.

Destacamos, ainda, que os dois últimos depoimentos acima expostos lembram a “migração de duplo significado” apontada por Carneiro (1998, p. 7). Ou seja, em certos momentos de crise, os agricultores ou os seus filhos migram para os centros urbanos em busca de alternativas que, tanto podem ser complementares às atividades realizadas nas unidades produtivas, quanto uma saída definitiva.

Em um dos casos analisado acima (entrevistado F), o jovem voltou e comprou terras para complementar a propriedade da família.

Carneiro (1998) comenta que, por um lado, os (as) jovens espelham-se na cultura urbana que surge como referência para a construção de seu projeto de vida, geralmente orientados pelo desejo de inserção no mundo moderno; por outro, cultuam laços que os prendem à cultura de origem. Dentre as dificuldades da vida urbana estariam a rigidez das regras e do horário para entrar e sair do trabalho. A impossibilidade de convivência com os animais como um dos motivos para retornar ao campo foi mencionada por Castro (2005).

Outro aspecto que emergiu das entrevistas foi a aproximação da percepção dos jovens entrevistados sobre as atividades desenvolvidas no meio rural com a visão positiva de seus pais, o que pode ter influenciado os filhos a continuarem na propriedade. Ou seja, os jovens valorizam o rural porque incorporaram de seus pais o gosto pelas atividades e pelo local de moradia e de trabalho.

Como se percebe no trecho a seguir, os pais do entrevistado, além de dar autonomia ao filho quanto aos gastos obtidos com o trabalho, respeitam as suas escolhas quanto à profissionalização.

*Nós explicamos para ele que se ele for para a cidade ele irá ganhar um salário, aqui ele já tem as suas vacas de leite, desde que ele começou a ajudar ele começou a ganhar, com os 1.500,00 que ele ganha 1.000 vai para a poupança e 500 ele gasta. Somente pagamos a farmácia para ele, o restante tudo ele paga. Ele faz prestação, ele tem talão, ele tem cartão, isso a gente faz para que ele aprenda a fazer administração do seu dinheiro. Por exemplo, ele diz que vai fazer veterinária, nós não dizemos o que ele deve fazer, nós orientamos ele. - **Tu vais fazer o que tu queres, não o que a mãe e o pai querem.** Se você terminar a faculdade e quiser ficar na cidade, tudo bem, não podemos fazer nada. Mas dizemos que lá você vai ter que trabalhar, ficar dentro de um lugar trancado e isso acho que tu não vai te adaptar. **Queremos que tu faças faculdade para tu ver o que tu queres.** (Mãe do entrevistado L).*

Desta forma, os achados empíricos corroboram as referências de Champagne (1986) e de Siqueira (2004), quanto à apreciação positiva ou negativa dos pais sobre o trabalho agrícola, uma vez que tanto a motivação quanto a desmotivação paterna em relação ao trabalho agrícola influenciam a decisão dos jovens.

## **b) A organização do sistema produtivo e o lugar dos (as) jovens**

### *- Acesso à renda própria*

A divisão e participação na renda das UPFs pelos (as) jovens é um dos aspectos centrais nas reivindicações da juventude rural para diminuir as desigualdades de geração e gênero dentro da hierarquia familiar, e, por consequência, ampliar as possibilidades de sucessão nas UPFs.

A alternativa encontrada pelo grupo familiar, através da alocação de uma parte da renda ou de uma atividade da UPF aos jovens, pode ser uma tentativa de evitar os conflitos relacionados com a partilha da renda, como se verifica na fala do entrevistado J:

*Quando eu comecei tinha 2 novilhas, agora deram cria, ao todo são 4 quatro vacas de leite. O leite, destas vacas vendo para mim. No, entanto, tenho que pagar, com esse dinheiro, o que precisa para elas: ração, medicamentos, etc. **A renda que sobra é minha.** Eu deixo um pouco para eu gastar e o resto vai para uma poupança em meu nome.*

Outro aspecto relacionado com a divisão e participação dos jovens na renda da UPF é o trabalho com atividades que possibilitem a entrada frequente de renda, como a comercialização do leite, que permite o ingresso mensal de recursos financeiros.

Destinar renda aos jovens mas administrá-la em conjunto parece ser a alternativa encontrada pelos pais para solucionar o impasse entre não deixar os jovens administrarem a UPF (por não acreditarem na capacidade da juventude em tomar conta da propriedade) e atender ao desejo deles de possuir uma renda própria e um espaço próprio de aprendizado.

*Eu planto para mim um hectare de fumo, o que sobra depois de pagar a firma, o restante é meu. Dá para eu gastos. Eu compro as coisas que preciso e ainda saio todos os finais de semana. (Entrevistado E)*

*Apesar de eu ter a minha parte da terra, eu e o pai plantamos tudo junto. Mas, aí pagamos as despesas depois dividimos o que sobrou na metade para mim e a outra para ele. (Entrevistado I)*

Durante entrevista com os jovens F e G, sobre se cada um administrava a terra que estava no seu nome, o entrevistado F respondeu:

*Eu e ela temos 9,5 hectares cada um. Compramos de terras vizinhas. Primeiro encaminhamos para a compra pelo Banco da Terra, mais aí não saía nunca o financiamento era muita burocracia, estava demorado muito, saímos do Banco e pagamos com recursos próprios.*

A pesquisadora intervém, reformulando a pergunta para esclarecer a questão: “Cada um de vocês dois tem 9,5 hectares, então cada um gerencia a sua parte, como é?”

E o jovem responde: “Mas, não. É só para financiar que separamos, agora é tudo junto, a renda é uma só, de toda a família”.

Conforme podemos constatar na entrevista acima, o fato de os jovens entrevistados possuírem terra em seu nome pode representar uma estratégia familiar de acesso ao crédito, ou por força de herança. No entanto, isto não representa uma divisão paritária da administração e da renda desta propriedade.

Para Brumer (2006), os jovens ressentem-se da falta de autonomia em relação aos pais, o que pode fazer com que busquem um trabalho assalariado urbano. Para reverter esta situação, a autora cita a necessidade de uma mudança nas relações familiares, através da maior participação de todos os trabalhadores no processo de tomada de decisões, e de um maior espaço para a atuação juvenil.

#### *- Divisão do trabalho e autoridade paterna na gestão da propriedade*

Os pais dos entrevistados desejam que os filhos permaneçam e até fazem um movimento na tentativa de possibilitar “certa” independência financeira aos (as) jovens. No



entanto, eles se limitam a repassar parte da renda ou uma das atividades da propriedade, enquanto continuam no controle da UPF. De fato, este seja, talvez, um dos fatores que facilitou a permanência dos jovens nestas propriedades, pois a quase totalidade deles recebe um percentual monetário de alguma atividade. Além disto, as UPFs pesquisadas têm em comum a produção de leite como uma atividade de renda sistemática.

Embora muitos jovens detenham certa participação na renda das UPFs, eles têm consciência que existe uma tensão entre o limite do comando do pai e o seu espaço de participação. Esta clareza aparece na entrevista do jovem H, que pretende permanecer no meio rural, porém, possuindo a sua própria UPF.

*Sabe, eu quero ficar para fora, mas quero ter a minha casa. Não dá para morar junto, sabe, aqui o pai tem as coisas dele, eu quero ter as minhas, mandar nas minhas coisas.*

Weisheimer (2009) já mencionara que, mesmo inserida no processo de trabalho da agricultura familiar, a juventude rural conserva a sua condição juvenil de forma subalterna na hierarquia do grupo doméstico. Também Bourdieu (1989) referiu que nos períodos de tensão e conflito entre os mais velhos e os mais jovens a juventude busca a inovação. A autoridade paterna foi estudada por Santos (1984) e Tedesco (1999), os quais constataram que a sucessão ocorria por ela demarcada. E atrás desta autoridade vislumbra-se o objetivo de garantir a continuidade do projeto coletivo, o nome da família e a reprodução da UPF (WOORTMANN, 1995).

Quando questionamos o entrevistado E sobre a existência de dificuldades em realizar as iniciativas que gostaria dentro da propriedade, ele respondeu:

*Essa é uma questão bem importante, ainda bem que você perguntou isso. Sabe, a gente tem que se entender. Mas para que seja possível o pai aceitar a tua ideia, tem que provar que aquilo que você está propondo funciona. Sabe o pai, às vezes tem dificuldade de acreditar que pode dar certo o que estou falando (Entrevistado E).*

Desta forma, é na diferença quanto à aceitação das transformações sociais, dentro do grupo familiar, que residem as tensões entre as gerações. Balandier (1976) salientou que a autoridade dos pais é tida como natural e necessária; assim, mesmo com a ampliação do horizonte da juventude, os pais persistem na forma tradicional de preparação dos filhos para assumir a propriedade, percebendo-se como produtores biológicos e sociais da nova geração.

Eisenstadt (1976) já havia ressaltado a existência de uma expectativa em relação à juventude, no sentido de que ela tenha a mesma capacidade de um adulto. Todavia, os jovens, na visão dos adultos, nunca estão totalmente prontos para assumirem papéis. Isto é, ao mesmo

tempo em que a sociedade e os pais reivindicam que os jovens assumam papéis, os progenitores não conseguem vê-los aptos a ocupar o lugar de sucessor na UPF. Para Balandier (1976), a autoridade dos pais no tocante à tomada de decisão dentro das propriedades é tida como natural. De acordo com Woortmann e Wortmann (1997, p. 13) “o pai é o que sabe”, portanto, é ele que está autorizado a governar em função deste saber. Nesta mesma linha, Singly (2000) ressalta a suposta imaturidade da juventude, pois os pais não consideram os jovens maduros para tomarem decisões de gestão, apenas estariam capacitados para a divisão do trabalho.

Quando o entrevistado L foi questionado pela pesquisadora sobre as linhas de crédito que utilizam na propriedade (“*Você tem 16 hectares de terras no nome, você utiliza alguma linha de crédito, por exemplo, Pronaf Jovem, outro Pronaf ou Mais Alimento ou, ainda, um outro crédito?*”), ele responde:

*Essa parte é com o meu pai. Ele não podia acessar os financiamentos pela renda da propriedade, daí colocou 16 hectares em meu nome para poder financiar. Mas a linha de financiamento eu não sei. Essa parte é o pai que sabe.*

Portanto, verifica-se que a participação da juventude nas UPFs é relativa, vai até determinado limite. Questões que envolvem investimentos e recursos financeiros são de competência do pai.

Por outro lado, embora seja uma questão crucial para a manutenção de uma UPF, a grande maioria dos jovens pesquisados não costuma participar do planejamento da continuidade da propriedade, e, em consequência, também não discute a sucessão geracional da unidade. A permanência dos jovens na propriedade não ocorre de forma planejada, mas ao acaso. Os jovens podem buscar outras oportunidades fora da UPF, e, quando não as encontram, permanecer com a família representa um lugar seguro. Não existe um planejamento da sucessão, não obstante isso, alguns pais comentaram que não gostariam que a propriedade ficasse abandonada, sem ter alguém para tocá-la.

*Sabe, nunca foi sentado e dividido, isso para mim, isso para ti. A gente trabalha junto e temos tudo junto. (Entrevistado M)*

Entretanto, as mudanças ocorridas em âmbito regional e global exigem readequações por parte dos agricultores, a fim de viabilizarem a sobrevivência das suas UPFs. A necessidade de melhorarem a gestão das unidades produtivas familiares a fim de se adequarem às exigências do mercado atual foi enfatizada por Schneider (2003), quando identificou que os novos mercados exigem dos agricultores uma visão administrativa e uma

capacidade para perceberem as mudanças que estão ocorrendo ao seu redor e se adaptarem a elas.

*- As alternativas para a obtenção de renda extra através da diversificação produtiva, da atividade assalariada urbana e da aposentadoria*

A organização da dinâmica interna das famílias, na agricultura familiar, sempre esteve estruturada visando garantir a reprodução e a continuidade da UPF. Neste contexto, o coletivismo interno era um meio de garantir a continuidade do projeto coletivo. Somava-se a isto a importância dada à agricultura como forma viável de reprodução social das novas gerações até o final dos anos 1960 e, ainda, a ligação ao mundo comunitário e a incorporação dos valores próprios à continuidade da profissão paterna. Havia uma fusão entre os objetivos da unidade econômica e as aspirações dos seus membros. Porém, hoje em dia ocorrem conflitos devido à insatisfação, principalmente dos (as) jovens que não desejam mais permanecer dentro de um espaço de subordinação e de falta de autonomia.

Em nossa pesquisa percebemos que as famílias têm lançado mão de algumas estratégias para minimizar os impasses e possibilitar a garantia de pelo menos um sucessor na UPF. Uma delas é a combinação entre atividades com renda anual e com renda mensal, que possibilita a divisão da renda entre os membros do grupo familiar e serve de estímulo à continuidade dos jovens na UPF. A maioria das UPFs têm em comum a combinação de leite e fumo ou leite e soja, juntamente com a produção da quase totalidade dos alimentos necessários à subsistência familiar. Algumas unidades utilizam-se, também, da multifuncionalidade, agregando outras rendas para garantir a sua sustentabilidade e continuidade.

Verificamos que a multifuncionalidade pode ser uma alternativa para revezar e dividir os papéis dentro do grupo familiar, podendo alterar também o lugar das mulheres dentro das atividades, como se percebe no depoimento abaixo, proferido por um jovem de UPF que desenvolve o turismo rural:

*Enquanto a minha mãe realiza a caminhada com os turistas até a pedra, contando a história da fazenda, eu lavo a louça, organizo a cozinha para recepcionar os turistas para as refeições. [...] Vou com o pai para a lavoura, tiro leite. (Entrevistado J).*

Detendo o conhecimento da história da propriedade, a mãe vai acompanhar os turistas, necessitando que os demais membros da família realizem as outras atividades, enquanto ela atende os visitantes.

Já no caso do jovem B, a multifuncionalidade da UPF foi a forma encontrada para garantir a manutenção e a sobrevivência da propriedade:

*Mas, a gente consegue manter a UPF porque temos atividades variadas. Por exemplo, o leite é a renda principal aqui, com entrada certa e frequente, depois o **salário da minha esposa como nutricionista no hospital da cidade** e a soja vem por último, somente cobre o arrendamento da terra que pago para o pai.* (Entrevistado B).

Em outro caso há a orientação materna para que o filho procure desenvolver atividades externas à UPF:

*Minha mãe sempre diz: mesmo que você queira permanecer aqui no meio rural, você tem que estudar. Se tu te formares, pode chegar aqui, **dar assistência na nossa propriedade e nos vizinhos, então pode trabalhar na nossa propriedade e para os vizinhos.*** (Entrevistado J).

Na entrevista acima se verifica a sugestão materna para a busca de um complemento de renda, através do emprego rural do jovem que poderia ser realizado se ele se formasse como veterinário, e viesse a trabalhar nas famílias vizinhas. Referência semelhante aparece em Schneider e Conterato (2006), quando comentaram que os (as) agricultores (as) elaboram estratégias para garantir a continuidade das unidades produtivas familiares.

Outros autores também analisaram a diversificação de atividades. Mattei (2007) comentou que algumas formas de agricultura, que até pouco tempo eram consideradas um atraso para o desenvolvimento rural – por exemplo, a agricultura em tempo parcial –, hoje se tornam necessárias à dinamização e à sustentabilidade do setor. Laurenti (2000) argumentou que estas atividades poderiam dar um novo sentido ao meio rural, sendo capazes de contribuir para desacelerar o êxodo da população do campo. Marsden (1995 *apud* MATTEI, 2007) ressaltou que com a emergência da pluriatividade inicia-se um processo de revitalização das formas de produção e de reprodução da força de trabalho no meio rural. Ploeg e Marsden (2008) referem que a pluriatividade pode reduzir a exclusão vivenciada por muitas famílias, por intermédio do reposicionamento das regiões rurais na sociedade e da reconstrução das relações entre o rural e o urbano. Para Ventura e Milone (2004), em relação ao aspecto econômico, tais inovações podem reposicionar as unidades produtivas do meio rural em termos de competitividade.

#### *- Assistência técnica e políticas públicas*

Para os jovens entrevistados a função da extensão rural parece não estar muito clara. Talvez pelo fato deles associarem-na com a assistência técnica das fumageiras e dos vendedores de produtos de cooperativas, que têm visitas frequentes e objetivos claros. Como a

pesquisadora conhecia os trabalhos realizados pela EMATER-RS/ASCAR junto às famílias e aos jovens, foi-lhe possível constatar que os entrevistados não entendiam muito bem a atuação da entidade enquanto apoio técnico, bem como a de outros órgãos técnicos de extensão rural.

Ainda assim, a assistência técnica é questão importante, uma vez que a qualificação profissional dos jovens na atividade permanece deficitária. O fato de os jovens não identificarem a atuação dos órgãos de ATER nas propriedades pode estar relacionado com dois fatores: a) a interlocução técnica dos extensionistas é prioritariamente direcionada aos pais, os responsáveis pela gestão da propriedade; b) os órgãos que prestam algum tipo de assistência não destinam um espaço aos jovens. Portanto, aos jovens é atribuído um não lugar, ou o lugar da invisibilidade.

Muitas vezes, durante as entrevistas, o pai foi chamado para a conversa, quando o assunto era a gestão e as decisões dentro das UPFs.

Estas constatações podem ser ilustradas pelos depoimentos a seguir.

*Mas olha, eu me defendo porque sei um pouco, não recebemos assistência de ninguém, ninguém vem aqui. (Entrevistado F)*

*A assistência técnica recebemos das cooperativas e a EMATER que visita bastante, principalmente com o veterinário e na produção de leite. (Entrevistado L)*

*A assistência técnica tem, mas é aquela em terceiro e quarto lugar, quando dá alguém nos atende, mas é quando sobra tempo. Ficamos esquecidos aqui. Ela sempre tem, ela está disponível, mas só vem, sabe, aqueles na hora de vender. A assistência técnica é das fumageiras, sempre, e da Emater é de vez em quando. (Entrevistado E)*

*Recebemos assistência técnica da Cooperativa do Leite, às vezes da EMATER. Mas a EMATER é difícil, não conseguem atender todo mundo. Sabe acho que eles têm que fazer esses financiamentos, acho que teria que ter pessoas só para fazer esses financiamentos para eles poderem dar assistência aqui para nós. Eles acabam sendo mais burocráticos dentro do escritório. (Entrevistado D)*

À indagação da pesquisadora (“*Você acha que faz falta a assistência técnica?*”), o entrevistado D responde: “*Acho que sim, surgem coisas novas que não conhecemos e precisamos de ajuda*”. Gomes (2003) discutiu esta questão, mostrando a angústia de técnicos da instituição por se perderem em meio à burocracia e deixarem em segundo plano a atividade extensionista.

Quando os municípios têm um programa para a canalização de recursos, a assistência técnica casada parece ter maior eficácia, como é possível observar na narrativa do entrevistado I:

*A assistência técnica, a EMATER dá assistência no Pró-Leite – Programa Municipal de Desenvolvimento do Leite. É um programa muito bom, tem financiamento sem juro, inseminação e assistência técnica pela EMATER.*

*Compramos um resfriador. E também a renda do leite é boa porque entra com frequência.*

Questionamos: “*Você considera a assistência técnica importante para a permanência no meio rural?*”, ao que o entrevistado L respondeu: “*Sim a assistência técnica para os agricultores é muito importante*”.

Em relação ao crédito rural e outras políticas públicas de que a família se beneficia o entrevistado E responde: “*Mas para o interior tá muito bom, nós temos o trator financiado, o que tu quiseres tendo o nome limpo pode fazer.*” E o entrevistado A comenta:

*Usamos o Mais Alimento, comprei a minha caminhonete com 11% de juro ao ano. Se considerarmos o juro do Pronaf é muito bom. Nem vale a pena tirar um dinheiro da poupança, assim fica disponível para uma eventualidade.*

Porém, é necessário mencionar que, quando perguntamos se conheciam as políticas públicas para os jovens rurais, especialmente o Programa Nossa Primeira Terra e o PRONAF Jovem, os jovens demonstraram desconhecimento. Isto pode ser explicado pelo fato de que as políticas públicas voltadas para esse segmento social pouco diferem das tradicionais do meio rural, não apresentando, portanto, atrativo adicional para os jovens.

Acreditamos que na maioria das políticas públicas a juventude rural ainda apareça de forma espelhada em relação à imagem do jovem urbano e na condição de objeto (BOURDIEU, 1983). No entanto, o jovem rural vem buscando alternativas de acesso à terra e de garantia dos seus direitos enquanto trabalhador e cidadão, o que contraria a imagem de desinteresse a ele vinculado (CASTRO, 2009).

### **c) A constituição do (a) jovem agricultor (a) familiar e os diferentes espaços de socialização**

A formação dos sujeitos na agricultura familiar foi historicamente construída como um espelho retrovisor dos seus pais: os jovens ligados às ações do pai (as de maior relevância e geradoras de renda) e as jovens no papel desempenhado pela mãe na UPF.

Para Renk (1997) o indivíduo do campo nasce camponês, mas necessita ser construído enquanto tal, de forma paulatina, através dos ensinamentos do pai e da mãe. A família como primeira instância socializadora tem um papel decisivo no caminho que os jovens percorrem ou irão percorrer. Como ilustra este depoimento:

*Desde pequeno o pai me dava uma atividade para fazer e eu ganhava R\$ 100,00 por isso. Eu levava comida para as vacas ou ajudava ele a dar comida para os porcos ou outra coisa. (Entrevistado J)*

Em geral, as crianças acompanham os pais nas atividades cotidianas, seja na lavoura, seja nas atividades domésticas e arredores. Este acompanhamento é uma espécie de laboratório pedagógico da formação do filho ou da filha de agricultor e, especialmente no caso do jovem, desperta o gosto pelo trabalho no campo. Os depoimentos a seguir ilustram este processo.

*Desde pequeno sempre ia junto com o pai, em tudo, que ele ia fazer. Eu era curioso, então ele para poder trabalhar sempre me dava alguma coisa junto para ir fazendo. Ele dizia: “Você abre as covas para plantar feijão ou milho e deixa eu colocar as sementes nas covinhas”. Eu nunca pensei em fazer outra coisa que não fosse isso, eu sempre gostei de fazer isso. (Entrevistado I)*

*Eu preferia ir para a lavoura com o pai do que ir à escola. Ai!! Desde os 14 anos eu comecei a trabalhar em serviço pesado, pois o pai tinha um sério problema de artrite e fui assumindo as coisas aqui em casa. (Entrevistado L)*

*Desde pequeno na escola quando me perguntavam o que queria ser, não me vinha outra coisa na mente a não ser trabalhar aqui. **Daí também a gente sempre ia, sempre na lavoura com o pai e gostava de estar lá.** (Entrevistado B).*

*Eu ajudava a mãe lavar a louça, limpar a casa depois dava comida para os bichos, plantava flores ao redor da casa. Final de semana, arrumávamos a casa e fazíamos bolos e bolachas para esperar os parentes que vinham nos visitar durante os finais de semana. (Entrevistada G)*

*Tem a minha irmã de 17 anos, chega da aula, dá leite aos terneirinhos, comida para os outros bichos. **Mas ela também não vai ficar, quer ir estudar na cidade.** (Entrevistado D)*

As narrativas acima remetem ao argumento de Abramovay (1997), quando fala que a terra, além de propiciar a produção da agricultura, é também um local de produção de agricultores: em seus vários espaços ocorre um processo de ensino-aprendizagem e de treinamento para futuros agricultores. Woortmann e Woortmann (1997) disseram que o saber “técnico” é fundamental para a reprodução da estrutura social.

“Esse saber é transmitido à ‘força de trabalho’, aos filhos que, ao trabalhar, estão se constituindo também como ‘conhecedor pleno.’” (WORTMANN; WORTMANN, 1997, p.13). Assim, os jovens só se tornam reconhecidos pela sua capacidade em assumir papéis, tanto dentro da unidade produtiva, quanto ao constituírem a sua própria, por meio do conhecimento da atividade e menos por sua idade cronológica. (WEISHEIMER, 2005)

A escola também representa um espaço importante de estreitamento das relações e de socialização da população rural. Nos municípios pesquisados pode-se observar que as escolas são equipamentos sociais preservados, diferentemente de outros equipamentos comunitários, que se encontram sucateados ou inexistem em certas localidades (STROPASOLAS, 2011).

Este fator pode ter influenciado as escolhas dos jovens, pois a grande maioria deles estudou em sua comunidade, conforme se pode constatar nas entrevistas a seguir:

*Eu estudei aqui na comunidade, tinha transporte da minha casa até lá. Eu tinha muitas amigas lá na escola, a gente vivia junto. Sabe, agora a maioria foram embora, outras casaram. Depois que eu teria que ir até a cidade para estudar... Daí não quis mais, desisti. (Entrevistada G).*

*Nosso grupo de jovens se reúne na escola, daqui, da comunidade. Então, auxiliamos na manutenção do jardim e dos arredores da escola. Vamos lá cortamos a grama, cuidamos da escola, porque ela é nossa também. [...] Eu, ainda, estudo aqui, tem até o segundo grau. [...] dá um km aqui de casa até a escola. (Entrevistado A).*

Outro meio de socialização dos jovens é proporcionado pelo acesso à *internet*, como se percebe nas entrevistas abaixo:

*[...] o telefone e a internet nos ajudam muito hoje a fazer o contato com os outros, pois nesta semana que temos que organizar a nossa delegação para ir jogar fora, fizemos tudo com mensagens no facebook, no WhatsApp, facilita bastante. (Entrevistado I)*

*Mas a gente combina pelo facebook quando tem baile, ou festa. Às vezes o sinal do telefone é ruim, mas deixamos recado no face e vamos combinando, aí nos encontramos lá. (Entrevistado L)*

*Conversamos com os amigos da escola pelos watts e pelo face. Aqui o pessoal não se reúne, tem alguns jovens, ainda, mas ficam cada um na sua casa. Às vezes pelo telefone. Eu sou caseira, não gosto muito de sair. (Entrevistada C)*

As redes sociais naquelas comunidades onde o sinal de *internet* e telefone é bom permitem a interlocução entre os jovens. Estas tecnologias de comunicação mostram-se eficientes na socialização dos que não conseguem ter um convívio presencial mais constante, devido à distância entre as propriedades rurais ou por idiosincrasias pessoais (timidez, não gostar de sair, conforme aparece no último depoimento acima). Através destes meios os jovens realizam a articulação para marcar festas, organizar os seus eventos na comunidade, entre outras atividades.

Nos locais mais distantes em relação à cidade, as redes virtuais (além do acesso a veículo familiar ou próprio para realizar o deslocamento campo-cidade) podem reduzir o isolamento, favorecendo, ainda que parcialmente, a permanência da juventude no meio rural.

Redin *et al.* (2013) pesquisaram a importância das tecnologias da informação para o meio rural, constatando que este recurso amplia e facilita a socialização dos jovens que conseguem acessá-lo. Para os autores, no meio rural o avanço das tecnologias de informação e de comunicação potencializa a ativação de recursos humanos, gerando uma transmissão de valores e significados ligados ao *ethos* camponês.



No entanto, esta forma de socialização ainda é acessível a poucos no espaço rural. Para estes e para os jovens que não têm um bom sinal de *internet* e telefone, especialmente quando as propriedades são mais distantes dos centros urbanos, a socialização é realizada mais na família e no trabalho.

Alguns jovens participam, ainda, de associações municipais de jovens, de grupos comunitários e das olimpíadas rurais, estando integrados às comunidades diariamente ou aos finais de semana, o que aumenta a troca de informações, de valores e de símbolos – rurais e urbanos – entre os filhos e filhas de agricultores familiares. Nas falas dos jovens é possível perceber a importância da socialização e da aproximação dos jovens rurais entre si.

*Por exemplo, ontem tinha olimpíada, fomos para o evento, mas durante uma semana anterior estivemos em contato entre todos organizando a caravana para ir. Por isso gostamos muito de participar destes grupos.* (Entrevistado I)

A relação com a comunidade também permanece ativa através da organização de eventos, criando-se um canal de trocas e de apoio à manutenção dos equipamentos sociais existentes no meio rural.

*Sou presidente de um grupo de jovens da minha comunidade. Saímos muito por conta das atividades desta organização [pensa um pouquinho ... risos] mais do que deveríamos. Ajudamos a organizar a escola, cortamos a grama. Através do grupo já fomos para a praia, fizemos torneio aos finais de semana. Participamos da associação municipal de juventude, fizemos encontros de jovens municipal e intermunicipal. Os times que ganham se selecionam para ir aos jogos intermunicipais.* (Entrevistado A).

Na fala dos entrevistados F e G, que residem na UPF mais distante do centro urbano, longe cerca de 100 km, constatamos uma realidade diferenciada dos demais, pois convivem pouco com seus pares, limitando-se ao âmbito familiar.

*É trabalhar para fora, tem que trabalhar, tem hora para fazer as coisas, não tem baile, não tem nada? Mas faz muito tempo que não vou a nada. Mas aqui nas comunidades do interior morreu tudo, né? Não tem mais time, festa, mais nada. A gente vai às vezes para São Miguel, Santo Ângelo. Até a tarde tenho que ir a Santo Ângelo para pagar umas contas.* (Entrevistado F)

A entrevistadora pergunta: “*Como é o final de semana? O que fazem?*”

*“Ahaa!! Assistimos tevê, recebemos visitas dos nossos parentes. Este final de semana minha madrinha vem.”* (Entrevistada G).

Questiona a pesquisadora: “*Mas então vai para trabalhar e não para se divertir?*”

*Mas, aqui não perdemos muito tempo, tem hora para fazer as coisas, não dá tempo para diversão.* [pensa] *Mas tá pouca a diversão, não dá tempo.* (Entrevistado F)

Outro entrevistado, de outra UFP, mencionou:

*Os nossos passeios são na casa dos tios, nos vizinhos. Nós queremos comprar um carro maior, na nossa caminhonete cabe só três, dois ficam em casa.* (Entrevistado D)

A forma de socialização restrita ao espaço doméstico foi mencionada por vários autores, dentre eles, Castro (2008), que argumentou que ela favorece a vigilância e o controle da família. Já para Stropasolas (2011), a desestruturação e o abandono dos equipamentos sociais reduzem a socialização da juventude no meio rural ao ambiente familiar.

O meio de transporte próprio dos jovens possibilita a convivência e a socialização, facilitando o deslocamento rur-urbano (ir para a cidade e voltar ao campo, em curtos intervalos de tempo).

*Durante o mês saímos aos sábados, vamos para Arroio do Tigre. O carro, uso o da família, quando quero pego ele. O sinal da internet é muito ruim.* (Entrevistado L)

*Eu tenho meu carro, **isso me facilita bastante**, porque final de semana lavo o carro e vou para as festas e durante a semana uso ele para ir para a aula.* (Entrevistado A)

*Tenho uma moto para fazer trilha, quase todos os finais de semana saímos com a turma para fazer trilha, **Eu não paro aqui**, todo final de semana vou a algum lugar, quando não dá para ir com a moto pego o carro do pai.* (Entrevistado E)

Percebemos que, ao passo que alguns entrevistados mencionaram participar de organizações e eventos locais, outros citaram as festas na cidade, pela proximidade dos centros urbanos e/ou disponibilidade de meios de transporte, conforme é possível verificar no depoimento abaixo:

***Meus amigos todos são da cidade.** Eu, chega final de semana, lavo meu carro, termino o trabalho aqui na propriedade, vou para a festa na cidade e volto de madrugada. Aí acordo cedo porque tenho que tirar o leite.* (Entrevistado H)

Melo (2006) já havia constatado que a difusão do automóvel e dos meios de comunicação, bem como o crescimento da escolarização e a modernização da agricultura, são processos que ampliaram e diversificaram a socialização dos sujeitos no campo. Não obstante, a socialização dos jovens rurais dentro do espaço urbano pode ter duplo sentido: ao mesmo tempo em que apresenta outras alternativas e possibilidades, está permeada das relações hierárquicas entre o rural e urbano. Por exemplo, na entrevista a seguir nota-se o desconforto do jovem em ir para a cidade:

*Ah! Eu vou à cidade somente quando preciso mesmo, pois, **não aguento demorar muito tempo lá.** Chego a sentir dor de cabeça quando vou prá lá. O bom mesmo é estar aqui, livre, fazendo o que eu gosto.* (Entrevistado D)

#### d) Relações de gênero e reprodução da UPF

A forma de organização e de distribuição das atividades dentro da propriedade - especialmente das mais relevantes, rentáveis, reconhecidas e que exigem força física - centra-se na figura paterna. No entanto, algumas famílias vêm fazendo alguns esforços para garantir a participação e o revezamento dos papéis de todos os membros do grupo familiar nas UPFs. Porém, para que as transformações em relação à participação dos (as) jovens ocorram é necessária uma mudança de comportamento, muitas vezes não percebida na fala dos membros do grupo familiar. As narrativas seguintes revelam as contradições entre a pretensão de participar e partilhar as atividades entre todos e o que ocorre na prática, especialmente quanto às relações de gênero.

A pesquisadora pergunta quais as tarefas de cada um dentro da propriedade, e o entrevistado F responde: *“Mas aqui a gente faz meio de tudo, lido com os bichos, vou na lavoura, faço meio de tudo”*.

E a entrevistadora prossegue: *“Então todos fazem de tudo aqui, vão juntos para a lavoura, voltam e cuidam da casa, todos juntos?”*

*Não, eu fico mais com a lavoura. Ah, não, serviço de casa não, eu vou para a lavoura. A horta é mais com a minha irmã e minha mãe; um pouquinho da horta eu “ajudo”.* (Entrevistado F).

Abramovay (2005) constatou que as mulheres não se sentem qualificadas para as atividades mais valorizadas nas unidades produtivas familiares, preferindo o trabalho nos centros urbanos.

Nas entrevistas, quando a pesquisadora pergunta à irmã do entrevistado F sobre sua rotina, ela responde: *“Eu levanto, lido na cozinha, lido com os bichos e depois que a mãe faz a comida eu limpo a cozinha”*.

O mesmo posicionamento é repetido quando a entrevistada C foi questionada sobre quais as tarefas lhe tocavam na propriedade: *“Fico na parte interna da casa, não gosto muito de tirar leite. Na época que tem mais serviço, aí ajudo a tirar leite e alguma coisa na lavoura”*.

Um elemento que nos chamou a atenção é o lugar que esta jovem C ocupa na família. Em um primeiro momento, de forma “intencional”, com resposta elaborada, todos os três integrantes da família - o jovem, a jovem e a mãe -, quando indagados sobre as atividades que cada um realizava na propriedade, mencionaram que faziam tudo, todos juntos. Mas nos

momentos seguintes, quando a conversa ficou mais descontraída, cada um dos integrantes passou a falar do seu dia a dia e ficou evidente que a jovem realizava as atividades da casa e arredores, ao passo que o seu irmão trabalhava na lavoura. Isto demonstra que não existe um reconhecimento do trabalho doméstico, considerado como secundário e restrito às mulheres.

Assim como Paulilo (2004), que constatou a desconsideração e a invisibilidade do trabalho feminino, também verificamos no grupo familiar acima referido que os lugares estavam bem demarcados por geração e gênero. Durante a entrevista esteve presente o jovem, a jovem e a mãe, que permaneceu durante toda a conversa. O rapaz dominou a conversa, a moça pouco falava, respondia sim ou não e quando alongava a resposta, a mãe interferia, concluindo a resposta para ela. Percebendo que a moça não conseguia sentir-se à vontade para falar, a pesquisadora agradeceu ao rapaz e solicitou conversar com a moça; no entanto, a mãe permaneceu. As poucas respostas que ela tentou elaborar eram rapidamente completadas pela mãe. Assim, ficaram demarcados os lugares de cada um dentro da família: o jovem, pelo conhecimento e responsabilidade pela lavoura; a mãe vinha após na hierarquia; e a jovem mulher era a última a emitir opinião.

Esta nossa constatação remete à Woortmann e Woortmann (1997), ao referirem que o espaço familiar é um espaço pedagógico, não só de produção e distribuição de riquezas, mas de produção de desigualdades e de conflitos de gênero e geração. Também Weisheimer (2007) ressalta que os pais transmitem os saberes inerentes às atividades agrícolas e a sucessão aos filhos homens, enquanto que para as mulheres são reservadas as atividades leves e os trabalhos domésticos, além de serem estimuladas a estudar.

De acordo com Castro (2008), ser jovem rural carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão, ser jovem rural e mulher representa uma situação de ‘inferioridade’ ainda maior na hierarquia social. A preferência do pai em relação à gestão da propriedade e à sucessão centra-se no filho homem, salvo quando não existirem filhos homens e, ainda, se a jovem estiver disposta a assumir o estabelecimento familiar (ABRAMOVAY *et al.*, 1998, BRUMER, 2004, CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999, GAVIRIA; MENASCHE, 2006, WEISHEIMER, 2007). Porém, em geral as filhas não demonstram interesse em ocupar este espaço.

*Não é que eu não goste daqui mas trabalhar é muito difícil, trabalha um montão e não sobra quase nada. [...] quando vou passear vamos na casa de parentes, não para festa. Vamos na missa quando tem. (Entrevistada C)*

A pesquisadora pergunta: “Vocês têm vizinhos com quem possam trocar visitas?”

*Sim, mas tem poucos vizinhos. Tenho uma amiga que visito bastante. **Tinha bastante jovens aqui, mas foram tudo para a cidade. Eu tinha uma amiga que estudava comigo, a única que ficou aqui porque casou com 15 anos e parou de estudar para fazer comida para os peões. É a vida de quase todas as mulheres que ficam por aqui.** (Entrevistada G)*

A pesquisadora questiona à entrevistada G: “*Você fala que ela casou cedo e desistiu de estudar, me fale um pouco sobre como você vê isso? Fale-me sobre isso, você acha legal a escolha dela?*”

*Ahhh! Eu não quero casar para ter que trabalhar assim* (risos).

“*Então você não quer casar?*”

*Hoje não quero, hoje tá bom assim como eu vivo, posso fazer as coisas que eu gosto.*

“*E me fale do que você mais gosta de fazer?*”

*Ahhh!! Eu adoro plantar flores, cuidar das flores. Cada lugar que eu vou eu trago uma muda de flor e planto. [Então a entrevistada diz “espera um pouco”, e vai para dentro de casa. Volta trazendo uma câmera fotográfica e muitas fotografias sobre flores]. É assim, eu adoro cada flor que vejo diferente, tiro fotos.*

As entrevistas acima mostram que as jovens não estão dispostas a reproduzir a vida das mulheres dentro das unidades produtivas familiares, no que tange às oportunidades e distribuição das tarefas entre os membros da família e às relações de poder. Bourdieu (1962, 1989) analisando a mudança nas formas de casamento no meio rural, constatou que a ampliação dos níveis de educação das jovens faz com que elas passem a questionar os espaços de desigualdade de gênero dentro das unidades de produção familiar e, conseqüentemente, não estejam dispostas a casar com um rapaz do meio rural.

Já para o jovem, a constituição enquanto agricultor pleno e a permanência no meio rural passam pelo estabelecimento de um vínculo afetivo com uma namorada ou companheira. Lembrando que casar e constituir uma nova família marca, na visão de autores como Wanderley (2007), o ingresso do jovem na idade adulta.

Nas narrativas abaixo verificaremos que esta é uma questão importante – e preocupante - para os jovens rurais, pois se percebem rechaçados pelas moças urbanas.

*Para arranjar namorada tem que ser daqui, porque se não, não dá certo. Eu tinha uma namorada da cidade, mas aí começou os problemas, porque a gente era diferente, **ela queria uma coisa, eu outra.** Por isso não dá para namorar alguém da cidade. (Entrevistado F)*

*Aqui só tem duas gurias que ficaram no meio rural e trabalham na propriedade. É muito difícil ter uma jovem que queira acompanhar esse meio que a gente tá. As pessoas não querem ficar nesta situação do fumo. Sabe, a gente está nisso porque é o que dá mais retorno para pequena propriedade. Mas, assim, a gente tá nisso porque precisa, porque você está num baile com uma menina e*

*quando ela pergunta o que você faz e você diz que trabalha nisso, planta fumo. Dá para ver a cara que ela faz... de nojo.* (Entrevistado L).

A entrevistadora pergunta ao entrevistado H se ele está decidido a ficar na UPF, ele rapidamente responde:

*Eu, ainda, algumas vezes, fico pensando se não vou ir embora para a cidade. Porque de dez jovens que saem daqui para a cidade, sete são gurias. E é claro que você quer construir uma família, mas elas não querem ficar aqui trabalhando debaixo deste sol, elas querem ficar na sombra. Então por mais que você queira ficar aqui, mas sozinho não dá.*

Esta é uma questão crucial para a reprodução das UPFs, especialmente quando levamos em conta que os jovens do sexo masculino são a maioria no meio rural, situação que se inverte na cidade. Se as jovens urbanas rejeitam os jovens rurais e seu modo de vida, e se, ainda que os namorassem, não aceitassem viver no campo, a saída do jovem para a cidade pode ser motivada pela busca por uma companheira (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

#### **e) O efeito ambivalente da escolarização**

Ao adquirir maior conhecimento o jovem pode aproveitá-lo dentro da propriedade familiar, desenvolvendo aptidões relevantes para o aperfeiçoamento das técnicas de produção e de comercialização, o adequado gerenciamento da atividade e a identificação das oportunidades existentes. De outro lado, obter maior escolaridade amplia o leque das oportunidades externas, permitindo fugir da penosidade do trabalho rural (SCHULTZ, 1965, CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999, CASTRO, 2005, ESTEVAM, 2007, FERRARI *et al.*, 2004).

Conforme Durston (1996), além de ser imprescindível para o trabalho qualificado nas unidades produtivas, a educação é um fator decisivo no horizonte profissional de qualquer jovem. Em sua maioria, os jovens entrevistados nesta pesquisa ascenderam até o ensino médio, ultrapassando o nível de escolaridade de seus pais (fundamental incompleto). Porém, quando indagados sobre o curso superior de sua preferência, nem sempre citaram os diretamente vinculados ao meio rural.

Entretanto, a regra na agricultura familiar latino-americana é que “fica no campo quem não estudou” (NAIFF *et al.*, 2008, SPANEVELLO, 2008), demonstrando que a educação ainda é percebida como uma porta de saída do campo, principalmente para as jovens mulheres, uma vez que, diferentemente dos homens, elas não realizam com a mesma intensidade as atividades produtivas valorizadas e não têm perspectiva de assumirem a administração da propriedade ou de sucederem os progenitores.

Nas nossas entrevistas constatamos que a educação é um fator ambivalente quanto à permanência na propriedade, podendo reforçá-la ou dificultá-la. Por exemplo, por um lado os jovens que não conseguem continuar os estudos encontram como única alternativa permanecer no meio rural; por outro, os jovens que querem prosseguir nos estudos não têm como conciliar a escola com a vida e o trabalho na UPF. Como se vê abaixo em suas falas:

*Se eu tivesse dinheiro iria fazer Veterinária, mas para fazer este curso é muito caro e não teria como estudar e trabalhar, este curso me serviria porque me ajudaria no que faço. (Entrevistado D)*

*Sim, quero fazer, quero fazer algo assim, se um dia precisar sair eu tenho uma alternativa para trabalhar fora. Por exemplo, Engenharia Mecânica e Engenharia Civil. (Entrevistado N)*

*Mas para estudar e continuar morando aqui não tem como. [A pesquisadora continua: “Você acredita que para quem mora no meio rural não tem como estudar”]? Não tem como, teria que passar o maior tempo na cidade e aí não tem como tocar o trabalho da propriedade. (Entrevistado D)*

Já entre as jovens verificamos o desejo de concluir a graduação para trabalhar fora do meio rural:

*Meu maior sonho é estudar e depois conseguir trabalhar [...] Eu queria designer gráfico, aí pensei em publicidade que tem pela universidade pública em São Borja. (Entrevistada C).*

Não ter êxito na escola, ficar desestimulado e não persistir nos estudos também pode ter influenciado os jovens a permanecerem na propriedade. Isto fica claro na conversa com os seguintes entrevistados que, ao serem questionados sobre “*Como e quando você descobriu que gostaria de permanecer aqui na propriedade?*”, assim responderam:

*Isso são coisas com o passar do tempo. Ahhh!!! Assim, eu na verdade, quando entrei na escola a gente se apegava a estudar, mas eu sou aquele cara que precisa ter duas a três explicações. Depende a matéria, aí tem professores, naquele tempo, ainda que, parece que é uma ofensa perguntar. Tinha aí um professor assim, ficava bravo quando se perguntava as coisas para ele. Quando a primeira professora saiu, veio ele [...] Sabe, aquele cara era triste. Aí, sabe, fiquei quatro anos com este professor, aí, sabe, a gente se desmotiva e desiste de estudar. [...] Na verdade, é aquela coisa, meu último ano eu estudei de tarde, sabe de manhã eu estava aqui, aí ia me envolvendo aqui porque gostava, como a gente gostava de trabalhar aqui a gente ia se desapegando do estudo. Claro, meu pai sempre queria que eu estudasse, mas não adiantava. Claro hoje seria diferente, sabe, a gente adolescente, hoje teria mais maturidade. (Entrevistado M)*

*Eu nunca tive paciência e nem vontade para estudar, assim, por exemplo, estudar para advogado, professor ou outra coisa. Aí fui ficando nesta encrenca até hoje [risos]. (Entrevistado B)*

A pesquisadora pergunta ao entrevistado L: “*Você acha que se tivesse estudado não teria ficado no meio rural?*”. Ele responde: “*Não necessariamente, eu tinha tudo para*

*estudar, nunca me faltou nada*”. Ela insiste: “*Mas me explica, por que quando eu perguntei como é que você decidiu ficar, você trouxe a questão do estudo?*”. E ele responde: “*Sim, mas daí faria uma Agronomia, ou alguma coisa relacionada.*”.

Nas entrevistas dos jovens M e B, acima, ficou explicitado o fato de que quem não alcança o êxito escolar terá como única alternativa a permanência e o trabalho em atividades no meio rural.

Santim (1986) constatou que oferecer aos filhos a possibilidade de estudar é um objetivo buscado pelos pais. No entanto, a educação é avaliada de maneira diferenciada entre os agricultores. Alguns pais incentivam os filhos a estudar, mesmo quando eles estão decididos a permanecer no meio rural. No relato do entrevistado J podemos ver a visão que os pais têm sobre o estudo:

*Minha mãe sempre diz: mesmo que você queira permanecer aqui no meio rural, você tem que estudar. Se tu te formares, pode chegar aqui, dar assistência na nossa propriedade e nos vizinhos, então pode trabalhar na nossa propriedade e para os vizinhos.*

Em contrapartida, outros pais, devido ao valor negativo atribuído à atividade agrícola, gostariam de poupar os seus filhos do sofrimento e dificuldades pelas quais passaram ou ainda passam. Para tanto, almejam que seus filhos estudem a fim de conquistarem um emprego nos centros urbanos, sem permanecer na propriedade. Todavia, nem sempre os filhos seguem os conselhos paternos, como neste caso:

*Meus pais não queriam que eu ficasse no meio rural, me incentivavam a estudar para ir trabalhar na cidade. O pai sempre dizia: “Estuda para não ter que ficar aqui.” Sabe, é aquela coisa, naquela época não tinha trator, eles sofriam muito. Hoje em dia no meio rural o trabalho é muito fácil, leve, mas o lado que não é bom no interior, o ruim, é a instabilidade. Você não coloca preço nos produtos. Também ter que usar agrotóxico. (Entrevistado L)*

#### **f) A possibilidade de transitar pelos dois mundos: o do campo e o da cidade**

De acordo com Carneiro (1998), é difícil para os jovens optar por ficar ou sair do meio rural, pois, por um lado, espelham-se na cultura urbana como referência para construção do seu projeto de vida, por outro, cultuam laços familiares e comunitários que os prendem à cultura de origem. De forma similar, Wanderley (2007) destaca que os jovens vivenciam um impasse entre o desejo de permanecer ao lado da família e da comunidade e o de ir para a cidade em busca de outras oportunidades, reduzindo, desta forma, a dependência em relação aos pais.

Esta ambivalência talvez nem seja sentida ou não seja tão problemática quando os jovens moram perto da cidade. Nesta condição, os jovens tendem a permanecer na



propriedade, como se verifica na fala do entrevistado B, cuja UPF dista sete quilômetros da sede do município.

*Nossa vida social é bem intensa, passamos saindo para jantar fora, vamos para a cidade quase todo final de semana, mas é **ir para cidade à tardinha e retornar para a UPF**, porque não temos ninguém para cuidar aqui, para que possamos viajar, passar um dia fora. (Entrevistado B)*

Além disto, a possibilidade de circular e conviver nos dois espaços, realizando os deslocamentos rur-urbanos de forma rápida, também pode estar relacionada com a fixação dos jovens nas propriedades familiares.

A proximidade da UPF com a cidade e a possibilidade de deslocamento rural –urbano rápido (através de ônibus, automóvel próprio, etc.) permitiriam, assim, morar e trabalhar em espaços diferentes (campo-cidade e *vice-versa*). Alguns autores chegam a designar esta possibilidade como uma tendência de manutenção das UPFs. Por exemplo, Silva e Silva (s/d) citam Gidarakou *et al.* (2004), pesquisadores que estudaram a região europeia e constataram que, dentre as estratégias mobilizadas pelos sucessores das propriedades agrícolas, estava morar na cidade e desenvolver atividades no meio rural. Em nossa pesquisa também identificamos situação semelhante vivenciada pelo entrevistado H e seu irmão:

*Meu irmão que trabalhava na cidade retornou e cuida de uma parte da propriedade, ele comprou umas vacas de leite e ampliou aqui a produção de leite. Mas ele continua morando na cidade, vem todo o dia aqui, **trabalha durante o dia e retorna à noite para a cidade**. [...] As festas eu vou na cidade. Chega final de semana lavo meu carro, termino o meu trabalho aqui e **vou para a cidade, fico na festa e de madrugada volto para casa**, porque pela manhã cedo tenho que tirar leite. (Entrevistado H)*

Carneiro (2010) já havia constatado que a juventude, ao conhecer os dois mundos - o rural e o urbano – reelabora os seus projetos e sonhos com relação à cidade. Com a intensificação da relação entre os dois universos, a diminuição do emprego urbano, a violência nas cidades e o alto custo de vida, o espaço urbano deixou de ser tão atrativo para os (as) jovens, como ocorria até a década de 1990. A partir deste momento, eles passaram a buscar alternativas para aproveitar o melhor de cada um dos dois universos.

Na avaliação dos jovens entrevistados, o trabalho no meio rural está mais fácil hoje em relação ao que era para os seus pais. Segundo eles, grande parte das atividades laborativas pode ser realizada com maquinário, sendo este um elemento importante que facilitou a vida no campo e está relacionado com a permanência na UPF. Porém, ainda reclamam da impossibilidade de se afastarem da propriedade, ao menos por um final de semana.

*Se eu era para ficar como no tempo do meu pai, aquele trabalho braçal, eu falo bem a verdade, eu não ficaria.* (Entrevistado M)

*Hoje em dia tendo condições para comprar o maquinário necessário o trabalho aqui no meio rural, é fácil. Precisa de muito pouca mão de obra. Só que não tem final de semana, por exemplo, nós que trabalhamos com leite, não temos como sair um final de semana inteiro.* (Entrevistado B)

Quanto à possibilidade de trocas sociais e culturais entre jovens, tanto para os rapazes quanto para as moças, o espaço urbano representa uma referência, mas que pode ter significado distinto: a) para eles, a cidade possibilita acessar uma renda complementar, ter uma vida social e encontrar uma companheira que respeite a sua condição de agricultor familiar; b) para elas, significa uma possibilidade de mudar de vida, estudando e/ou trabalhando na cidade, e assim se afastando da sua posição subordinada dentro do grupo familiar. Não obstante, os jovens circulam entre os dois territórios geográficos e culturais, que se mostram menos diferenciados na atualidade. Neste sentido, podem contribuir para a permanência na UPF as seguintes situações: morarem próximo da cidade, poderem se deslocar rapidamente através de carro ou moto próprios, terem acesso às redes virtuais e ao telefone celular a fim de estreitarem relações com os seus pares.

### **Síntese dos principais achados**

Os principais resultados da pesquisa – quanto aos motivos da permanência nas UPFs - aparecem sintetizados no quadro e comentários a seguir.

<b>Autor</b>	<b>Motivos da permanência ou da saída</b>	<b>Resultados de pesquisa quanto às motivos da permanência</b>
Brumer (2000)	Viabilidade econômica e condições do estabelecimento	Todas as UPFs contam com mais de uma atividade, uma delas garante renda mensal e a outra anual, possibilitando, respectivamente, a manutenção permanente e os investimentos do grupo familiar. A modernização tecnológica (presença de maquinário que exige menos mão de obra) melhora as condições de trabalho no campo (facilitou o trabalho) e libera mão de obra. A multifuncionalidade das UPFs pode contribuir com a sustentabilidade da propriedade e reduzir as desigualdades de gênero, na medida em que existe a necessidade de uma redistribuição dos papéis e das atividades dentro da família.
Silvestro <i>et al.</i> (2001)		
Champagne (1986)		
Schultz (1965)	Uma boa escolaridade favorece o desenvolvimento de aptidões, o bom gerenciamento da UPF e possibilita identificar oportunidades no meio rural	A escolarização tem um significado ambivalente: Apesar dos entrevistados possuírem, em sua maioria, o ensino médio completo, gostariam de continuar estudando, mas, referem que trabalhar nas UPFs e estudar são atividades incompatíveis; por outro lado, alguns entrevistados mencionaram a desistência dos estudos como um dos motivos para ter permanecido na UPF.
Carneiro (1998), Spanevello (2008), Weisheimer (2009).	Em contrapartida, na América Latina quem menos estudou permanece na atividade. Os jovens com estudo tendem a sair do meio rural, entre outros motivos porque não encontram espaço para desenvolver os seus projetos de vida.	
Durston (1996)	A educação é um fator decisivo no horizonte profissional de qualquer jovem	
Brumer (2000)	A qualificação é necessária para integração do novo agricultor em um mercado competitivo, contribuindo para a sua permanência.	A situação das mulheres não se alterou significativamente.
	As relações entre pais e filhos no interior das famílias, envolvendo geração e gênero, contribuem com a não permanência do jovem.	
	A oportunidade de rendas complementares por um ou mais membros do grupo familiar favorece a continuidade da UPF.	
	A escolha profissional e valorização da profissão de agricultor e da vida no campo, pelos pais e pelos jovens, contribui com a permanência no meio rural.	
Weisheimer (2009)	A dependência financeira e o restrito acesso à renda monetária desestimulam a permanência. Os jovens desejam consumir mercadorias urbanas (WEDIG; MENASCHE, 2009).	UPFs com renda do trabalho assalariado nos centros urbanos, de forma permanente ou sazonal, e com rendas de aposentadoria de membros da UPF são mais propensas a garantir a permanência dos jovens.
		A valorização da atividade pelos pais foi um dos motivos da permanência dos jovens nas UPFs.
Stropasolas (2011)	O desmantelamento e abandono dos espaços de lazer e socialização no meio rural.	Acessar uma parte da renda da UPF (comercialização do leite das vacas que possuem, plantação de fumo em um pedaço da propriedade, % sobre a renda total) representa uma alternativa intermediária entre o desejo de independência do jovem e a dificuldade de participar na gestão da propriedade e das decisões familiares.
	Wanderley (mimeo, s/d)	
		Apesar do desmantelamento de vários equipamentos sociais do meio rural, as redes virtuais têm se apresentado como uma alternativa para garantir a socialização entre os pares. A partir desta forma de comunicação, os sujeitos conseguem organizar e manter vivos grupos de jovens locais e atividades de integração das famílias e comunidades rurais.

**Quadro 5 - Motivos atribuídos pelos autores consultados à permanência ou saída do jovem do meio rural e os resultados da pesquisa**

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Um aspecto emergente desta pesquisa, não destacado pela bibliografia consultada, é o fato de que a redução das diferenças socioeconômicas e a aproximação geográfica e cultural entre campo e cidade (especialmente o acesso às novas tecnologias e a difusão do consumo urbano) podem ter mitigado o desejo de migrar para cidade entre os jovens rurais. A

proximidade da UPF em relação ao centro urbano e/ou poder usar o automóvel (próprio ou da família) ou a sua moto permitem ao jovem rural acessar serviços, lazer e recreação que são, ou inexistentes ou reduzidos no meio rural. Possibilita também trabalhar e morar em locais diferentes. Para os jovens que residem no campo, diante do processo de masculinização da população rural (com a manutenção provável da tendência de emigração feminina), o fato de circular entre ambos os espaços viabiliza estabelecer relações afetivas com rapazes e moças da cidade. Assim, na medida em que houver uma diminuição do estigma quanto à sua origem e meio de vida, é possível que os jovens rurais encontrem no espaço urbano a sua namorada ou companheira, permitindo-lhes constituir a sua própria família e assim permanecerem na propriedade ou no campo.

Por fim, gostaríamos de introduzir um último questionamento, embora a nossa pesquisa não tenha conseguido respondê-lo por se tratar de um dilema: a permanência na UPF é uma opção ou uma falta de opção? Na visão de Silvestro *et al.* (2001), os filhos de agricultores capitalizados podem aderir ao trabalho dos pais pela atual condição de vida que desfrutam, fazendo com que sua decisão funcione como uma projeção do que possivelmente acontecerá no futuro. Já os filhos de agricultores descapitalizados não veem outra saída a não ser o trabalho no campo, ou seja, permanecem por falta de opção. A sucessão na agricultura familiar, no último caso, não acontece de forma natural ou espontânea, e se torna cada vez mais a “última opção”, um fardo para os jovens (FERRARI *et al.*, 2004).

## 6 CONCLUSÃO

Segundo Carneiro (1998), a juventude é o segmento social mais afetado pelas mudanças ocorridas no meio rural, que configuraram um “novo rural” ou um *continuum* entre rural e urbano, pelo estreitamento das fronteiras entre os dois espaços (GRAZIANO DA SILVA, 1997). As principais mudanças envolveram, no campo: o aumento das ocupações não agrícolas e a diversificação das atividades agrícolas (multifuncionalidade), a difusão do automóvel e dos meios de comunicação, a chegada da infraestrutura urbana, a política de escolarização, a padronização do consumo e a criação de um mercado consumidor tipicamente urbano, a intensificação das interações culturais rur-urbanas, dentre outras.

Tais processos afetaram diretamente a agricultura familiar, dentre outros aspectos, pela viabilidade (ou não) de reprodução das UPFs e de permanência dos (as) jovens no meio rural.

Diante deste contexto, esta Dissertação de Mestrado em Sociologia buscou analisar quais os fatores que influenciam os (as) jovens a permanecerem nas unidades produtivas familiares, enquanto a maioria não continua no meio rural.

O caminho metodológico escolhido neste trabalho foi a pesquisa qualitativa, através da qual procuramos identificar os fatores envolvidos com a sucessão no meio rural, em especial, as razões e os motivos que levam os (as) jovens a optar pela permanência neste contexto. A técnica de coleta de dados envolveu entrevistas narrativas, realizadas com onze jovens rurais de nove UPFs, selecionados de acordo com critérios anteriormente mencionados.

Entre os resultados obtidos nesta pesquisa, destacamos a elaboração de uma tipologia relativa à sucessão, no sentido de contribuir com a discussão do(s) modelo(s) de sucessão na agricultura familiar do interior gaúcho. Assim, no levantamento das características dos três tipos sucessórios reconhecidos pelos movimentos sociais, encontramos elementos que complementam o entendimento dos modelos sucessórios, como, por exemplo, o trabalho coletivo por toda a família com a partilha das decisões e gestão; o envolvimento gradativo dos filhos nas atividades, despertando o gosto pela atividade, sem necessariamente haver o repasse do patrimônio financeiro; e a valorização, pelos jovens, do patrimônio cultural, que poderá despertar o seu desejo em adquirir outra propriedade, na qual irá construir a sua própria unidade produtiva familiar. Ainda, na tipologia 2 de sucessão, os filhos poderão permanecer juntos, trabalhando coletivamente, dividindo a renda e a gestão da UPF, sem o repasse da terra e repassando o patrimônio financeiro somente com a morte do pai.

São diversos os fatores de caráter macro e microsocial, em permanente interação, que influenciam a juventude em suas escolhas. Desse modo, paradoxalmente, alguns dos mesmos

fatores que poderiam permitir a permanência dos jovens no campo, também podem concorrer para a sua saída ou para o seu retorno. Isso depende, em boa medida, das formas sociais como esses fatores são elaborados e socializados, bem como do caráter da divisão geracional e sexual do trabalho no núcleo familiar. Entre os principais fatores que levaram os jovens pesquisados a permanecer nas UPFs, ressaltamos:

- A valorização do meio rural pelos jovens, mesmo aqueles que experimentaram os dois universos. Eles valorizam por ser um lugar propício para conviver com a natureza, estar próximo aos animais, ter maior liberdade quanto aos horários, onde as cobranças e as regras são conhecidas. Em contrapartida, na cidade tudo seria mais rígido, dificultando a sua adaptação.
- A redução das diferenças socioeconômicas e a aproximação geográfica e cultural entre campo e cidade (especialmente o acesso às novas tecnologias e a difusão do consumo urbano) podem ter mitigado o desejo de migrar para cidade entre os jovens rurais. A proximidade da UPF em relação ao centro urbano e/ou poder fazer uso de veículo de locomoção (próprio ou da família) permitem ao jovem rural acessar serviços, lazer e recreação que são ou inexistentes ou reduzidos no meio rural. Possibilita também trabalhar e morar em locais diferentes. Ainda, as redes virtuais têm se apresentado como uma alternativa para garantir a socialização entre os pares e, a partir deste contato, dar continuidade a grupos locais e a atividades de cunho familiar e/ou comunitário.
- O casamento apresenta-se como uma questão importante para os jovens quando se referem a ter uma companheira, lembrando que as jovens da cidade rejeitam a vida rural. Neste sentido, mesmo que as namorassem, elas não desejariam morar no campo. Os jovens sinalizaram, inclusive, que, caso não encontrem uma companheira para construir uma unidade produtiva familiar, desejam mudar-se para os centros urbanos.
- No tocante à autonomia e à divisão da renda dentro das UPFs, constatamos que os grupos familiares encontraram uma alternativa intermediária entre o desejo de independência do jovem e a dificuldade de participar na gestão da propriedade e das decisões familiares, através da destinação, para os jovens, da renda de parte de uma atividade produtiva e/ou um percentual da renda total da família.
- A complementação da renda das UPFs com trabalho assalariado nos centros urbanos, de forma permanente ou sazonal, e também, os rendimentos de aposentadoria de parte dos membros da UPF podem contribuir com a permanência dos jovens.

Quanto às hipóteses de pesquisa, em primeiro lugar, a de que a sucessão nas unidades produtivas teria maior possibilidade de realização entre os jovens que participam das decisões relativas à gestão e reprodução da UPF, ela foi em certa medida reforçada pelos resultados

encontrados, pois se constatou que existe a participação da grande maioria dos jovens pesquisados dentro das propriedades, embora em questões que envolvem a sua opinião acerca dos horários do trabalho, da distribuição das atividades entre os familiares, dentre outras. Em contrapartida, os jovens não chegam a interferir sobre os investimentos e a gestão da propriedade. Quanto a estes aspectos, percebemos que existe um entendimento por parte dos pais de que os (as) jovens não têm condições de decidir e administrar. Até mesmo naqueles casos em que a titularidade da propriedade encontra-se em nome dos jovens - por exemplo, para o acesso ao crédito ou à terra - tal condição é acionada somente como forma de aumentar os recursos para a unidade produtiva familiar, com diminuta ou nenhuma repercussão no que tange à independência e autonomia da juventude. Não obstante isso, eles participam da divisão da renda das UPFs.

A hipótese de que haveria maior probabilidade de os (as) jovens permanecerem na propriedade rural se eles possuísssem relação de pertencimento e valorizassem os laços culturais e comunitários constituídos, foi confirmada plenamente na pesquisa, além do que, tais aspectos revelaram-se como uma razão importante para a permanência dos jovens nas unidades produtivas familiares.

Quanto à desigualdade de gênero, percebemos que as jovens continuam invisíveis e sem autonomia. Isto foi possível de ser percebido pela forma como se colocavam nas intervenções durante as entrevistas, quando as jovens estavam na presença dos demais integrantes da família (o irmão e às vezes a mãe). Verificamos, de forma clara, que o jovem do sexo masculino conduzia a fala, com algumas intervenções das mães, que logo eram por eles interrompidas. Já na presença do irmão e da mãe, a jovem encontrava dificuldade de se expressar, demonstrando estar pouco à vontade e deixando que a mãe conduzisse a conversa. Ficou evidente que as mulheres não estão acostumadas, de forma rotineira, a dar sua opinião sobre os assuntos relativos à propriedade. Neste aspecto, constatamos que a multifuncionalidade pode ser uma possibilidade de reduzir as diferenças de gênero dentro das UPFs, porque requer um rearranjo das atividades no núcleo familiar.

Outro aspecto que apareceu em nossa pesquisa, como uma questão ambivalente, foi a escolaridade dos entrevistados. Quase todos os entrevistados possuem ensino médio completo (com exceção de um) e gostariam de continuar a estudar, no entanto, não enxergam a possibilidade de conciliar o estudo e o trabalho nas UPFs. Alguns entrevistados chegaram a mencionar a desistência dos estudos como um dos motivos que os fizeram permanecerem no meio rural. Isto vai de encontro ao que alguns autores consultados salientaram: de que uma boa

escolaridade favoreceria o desenvolvimento de aptidões, o bom gerenciamento da UPF, possibilitando, ainda, identificar oportunidades no meio rural.

Com esta Dissertação de Mestrado julgamos ter contribuído com o debate sobre sucessão e/ou permanência no meio rural através dos resultados acima apresentados e da elaboração de uma tipologia sobre como os agricultores familiares têm lidado com esta questão em suas propriedades, anteriormente examinada. Todavia, consideramos que muito há ainda a se percorrer nesse campo de investigação, que representa um terreno fértil para outros estudos e investigadores.

Por fim, gostaríamos de destacar alguns elementos emergentes da pesquisa empírica, que, embora ultrapassem os objetivos primeiros desta investigação, suscitaram a nossa reflexão sobre os problemas atinentes às ações e políticas governamentais voltadas à juventude rural.

Um dos aspectos refere-se à formulação de políticas públicas dirigidas à juventude rural no País: arriscamos afirmar que as políticas existentes não têm conseguido trazer melhorias na vida destes sujeitos. Ademais, principalmente no que tange às jovens, as políticas públicas necessitam dirimir a desigualdade de gênero na hierarquia familiar das UPFs, e o caminho pode ser a multifuncionalidade.

Ainda, a pesquisa científica precisa investigar como vive a população do campo, principalmente a juventude no meio rural, examinando as suas principais necessidades de lazer e socialização, para além do enfoque exclusivo na forma de produção e de geração de renda, conforme salientado por autores como Straposolas (2011) e Wanderley (Mimeo, s/d).

Por outro lado, é necessário que a ATER e as universidades estreitem relações de parceria buscando a realização de estratégias de pesquisa-ação, direcionadas à formação de profissionais que conheçam a realidade rural, bem como à elaboração de metodologias de extensão rural para o trabalho com o público mais vulnerável, especialmente entre os jovens rurais. Para que ambas as instituições possam, de fato, contribuir com a melhoria de vida da população rural, torna-se necessário um trabalho em rede com os atores que atuam em todas as instâncias federativas, sejam elas municipais, regionais e estadual.

Aqui também se coloca a importância em se elaborar, em nível federal, uma política de sucessão na agricultura familiar, articulada com os estados e municípios e que possibilite aos pais em idade de se aposentar a garantia de continuidade da atividade rural pelos filhos. Ou, ainda, que estimule os pais a repassar, de forma gradativa, parte das UPFs para os filhos(as) administrarem.



Desta forma, articulando as políticas para a juventude rural com outras ações, talvez fosse possível minimizar as evidências de descontinuidade das mesmas. Por parte dos jovens mobilizados coletivamente, verificamos que permanência no campo vem sendo reivindicada ao longo de décadas, na busca pela garantia dos direitos sociais definidos na Constituição, especialmente: cidadania, saúde, moradia e educação.

## REFERÊNCIAS

- ABAD, M. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, ciudadanía y nuevacondicion juvenil. **Última Década**, Viña del Mar, CIDPA, n. 16, p. 119-155, 2002.
- ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia e PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.
- ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5/6, p. 25-36, 1997.
- ABRAMO, H. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P.P.M. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, p. 37-73, 2005.
- ABRAMO, H. Debate. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- ABRAMO. H., W.; FREITAS, M., V., SPOSITO, M., P. (Org.). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.
- ABRAMOVAY, R. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Relatório de pesquisa, IPEA. São Paulo/Rio de Janeiro, Projeto BRA/97/013, junho 1999.
- ABRAMOVAY, R. Ruralidade e desenvolvimento territorial. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. A3, 15 abr. 2000.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar: os desafios dos novos padrões sucessórios**. Chapecó: Epagri, Brasília: FAO/INCRA, 1997.
- ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.
- ABRAMOVAY, R. *et al.* **Impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD, 2001.
- ABRAMOVAY, R. *et al.* Juventude rural: ampliando as oportunidades. **Raízes da Terra**, Brasília, v.1, n. 1, 2005.
- ADACHI, P. P. **Família S. A.: gestão de empresa familiar e solução de conflitos**. São Paulo: Atlas, 2006.
- AGUIAR, V. V. P; STROPASOLAS, V. L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Mulheres, 2010, v. 1.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007. Disponível em: <<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agriculturafamiliar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf/view>>. Acesso em: 06 maio 2010.
- ANDRADE, M. C. **Geografia Econômica**. 12.ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, 2005.

- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BACH, C. L. **A Cooperação Agrícola como estratégia de Reprodução da Agricultura Familiar do Oeste Catarinense**: o município de Saudades. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade de Santa Maria. Santa Maria, 2001.
- BADALOTTI, R. M. **A cooperação agrícola e a agroecologia como base para a viabilização da agricultura familiar no oeste catarinense**: o papel da Apaco (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) e demais agentes sociais. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). UFSC, Florianópolis, 2003.
- BADALOTTI, R. M.; REIS, M. J. Representações dos agricultores familiares sobre programas de cooperação agrícola e agroecologia. In: GUIVANT, S. G.; SCHEIBE, L. F.; ASSMANN, S. J. (org). **Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural**. Florianópolis: Insular, 2005.
- BALANDIER, G. **Antropo-logicas**. São Paulo: Cultrix, 1976.
- BARCELLOS, S. B. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social**. 2014. 306f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2014.
- BATTESTIN, S. **Ser jovem e ser agricultor: a agricultura familiar como perspectiva e projeto de vida para filhas e filhos de agricultores do município de Anchieta-ES**. 2009. 218 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2009.
- BAZOTTI, A.; PEREIRA, V. V. R. **Ruralidade, agricultura familiar e desenvolvimento**. Nota Técnica, Curitiba, n.16, 2010.
- BERGER, P. L.; BERGER, B. Socialização: como ser um membro da sociedade. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. [1967] Petrópolis: Vozes, 1983.
- BOURDIEU, P. Célibat et condition paysanne. **Études Rurales**, n. 5-6, p. 32-135, 1962.
- BOURDIEU, P. A. **O desencantamento do mundo**. São Paulo, Perspectiva, 1979.
- BOURDIEU, P. A 'Juventude' é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, pp. 112-121, 1983.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BORDIEU, P. A dominação masculina. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 133-184, 1995.
- BOURDIEU, P. [1994]. **Razões práticas – sobre a teoria da ação**. São Paulo, Papyrus. p. 67, 1996.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2000, 2002.
- BOURDIN, A. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRANDÃO, C. R. Tempos e Espaços nos Mundos. **Ruris**, v. 1, n.1, p.37-64, 2007.
- BRASIL. **Decreto Nº 1.946**, de 28 de junho de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1946.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm)

BRASIL. **Lei 11.129/2005**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm)>. Acesso em: 28 jun. 2014.

BRASIL, **Lei Nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)

BRASIL, **Lei Nº 12.188**, de 11 de janeiro de 2010. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm)

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Diário Oficial da União, Brasília, 6 ago. 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BRUMER, A. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n. 1, p. 360, 2004.

BRUMER, A. **A Problemática dos Jovens Rurais na Pós-modernidade**. In: Congresso Latino-Americano de Sociología Rural, VII, 20-24 de novembro de 2006, Quito, Ecuador. Anais...Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/02%20GT%20Anita%20Brumer.pdf>>. Acesso em: 14.07.2010.

BRUMER, A. *et al.* **Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar**. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIA RURAL. 10. Anais... Rio de Janeiro: Associação Internacional de Sociologia Rural, 2000.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil**. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2008.

BURTON, R.; WALFORD, N. Multiple succession and land division on family in the South East of England: A counterbalance to agricultural concentration? **Journal of Rural Studies**, Londres, v. 21, p. 335-347, 2005.

CAMARANO, A.A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.15, n.2, p. 45-66, 1998.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade no Campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 11, n. 32, 1996.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa, 1998.

CARNEIRO, M.J. **Agricultores Familiares e Pluriatividade: tipologias e políticas**. Artigo apresentado no Seminário "Política de Desenvolvimento e o 'Novo Mundo Rural'- UNICAMP, 1999.

CARNEIRO, M. J. **Do rural e do urbano**: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade (versão preliminar). Campinas: NEA Instituto de Economia – UNICAMP, 2001.

- CARNEIRO, M. J. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, R. J. & COSTA, F. de C. (orgs.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.
- CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CARNEIRO, M. J. **O ideal rurano**: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/anpocs/carne.rtf>. Acesso em 28.10.2010.
- CARNEIRO, Maria José; FREITAS, Krissy de; GUEDES, Gislaine. **Valor da Terra e Padrão de Herança entre pequenos agricultores familiares**. Trabalho apresentado XXI da Associação Brasileira de Antropologia, Vitória, 1998.
- CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: **Cadernos do CEAM**. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: contribuições ao debate. Brasília: ano V, n. 17, p. 43-58, fev. 2005.
- CARRANO, P. C. R. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CARRANO, P. C. R.; BRENNER, A. K.; LÂNES, P. A arena das políticas públicas de juventude no Brasil. Processos sociais e propostas políticas. **Revista de Estudos sobre la Juventud**, México, v. 1, n. 22, p. 202-219, 2005.
- CASTRO, E. G. de. **Entre ficar e sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Rio de Janeiro, 2005. 444 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.
- CASTRO, E. G. de. Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: NEAD, 2008, Balanço e perspectivas. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CASTRO, E. G. de. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relação de gênero em assentamentos rurais. In: FERRANTE, V. L. S.; WHITAKER, D. C. A. (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: NEAD, 2008. 340 p.
- CASTRO, A. M. G., *et al.* **Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.
- CASTRO, E. G. *et al.* **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. Disponível em: <<http://www.iicabr.ica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/jovensestaoindoembora.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2015.
- CHAMPAGNE, P. La reproduction de l'identité. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, Paris, v. 65, p. 41-64, 1986.
- COMERFORD, J. Comunidade Rural. In: MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.112-120.
- COSTA, W.T. **Para Além da tinta e da madeira**: Juventude Rural e Preservação Patrimonial em Pedra do Anta-MG. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, MG, julho 2010.
- DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, 2007.

- DE VARGAS, S. M. Processos de formação e aprendizagem no meio rural: o continuum família-escola. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, 2003.
- DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981–1995**. Tese (Doutorado) - Unicamp. Campinas, 1999.
- DINIZ, M. H. **Curso de Direito Civil brasileiro: Teoria das obrigações contratuais e extracontratuais**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1955.
- DURSTON, J. (Org). **Juventud rural: modernidad y democracia en América Latina**. CEPAL – Santiago, Chile, 260 p. 1996.
- DURSTON, J. **Juventud rural excluída em América latina reduciendo la invisibilidad**. Congresso Latino Americano de Sociologia, v. 11, 1997.
- EISENSTADT, S. N. **De geração a geração**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- EMATER-RS/ASCAR. **Sistema de Planejamento - SISPLAN**. Porto Alegre, 2015.
- FAUTH, Elvin Maria. Agricultura familiar: evolução favorável, em anos recentes. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 35 n. 4, p. 51-60, 2008
- FELIX, G. A. **O caminho do mundo: mobilidade espacial e condição camponesa numa região da Amazônia Oriental**. Niterói: Eduff, 2009.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1995.
- FERREIRA, B.; ALVES, F. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (Orgs.). **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.
- FREIRE, J. S.; CASTRO, E. Juventude na Amazônia paraense: identidade e cotidiano de jovens assentados da reforma agrária. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- GARCIA JR., A. R. **O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília. MCT-CNPq, 1989.
- GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: CabInternational, 1993. Disponível em: <<http://www.regional.org.au/au/apen/2001/refereed/ReeveJ.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2012.
- GAVIRIA MEJIA, M. R. Territórios E Direitos Humanos Dos Jovens No Interior Do Rio Grande Do Sul. **Signos**, Lajeado, v.33, n. 2, p. 147-161, 2012. Disponível em: <[www.univates.br/revistas/index.php/signos/article/download/437/319](http://www.univates.br/revistas/index.php/signos/article/download/437/319)>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOMES, C. A. T.; COSTA, J. C. V. Os Jovens Contemporâneos e a Escola: entrevista com o sociólogo Juarez Dayrell. **Revista Interlocução**, v.5, n.5, p.13-27, 2011.
- GRANDO, M. Z. Um retrato da agricultura familiar gaúcha. **Textos para Discussão FEE**, Porto Alegre, n. 098, 2011. Disponível em:<<http://www.fee.rs.gov.br/tesdes/um-retrato-da-agricultura-familiar-gaucha/>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

- GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, v. 6, n.1, Art. 9, 2007.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, Instituto de Economia, Unicamp, 1996.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v 7, 43-81, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, nº 1, p.43-81, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 239 p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo mundo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 2000.
- GRIGOROWITSCHS, T. O conceito “socialização” caiu em desuso? Uma análise dos processos de socialização na infância com base em Georg Simmel e George H. Mead. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 102, p. 33-54, 2008.
- GUANZIROLI, C. *et al.* **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A. 2006.
- INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: INCRA/FAO, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 2006: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\_Demografico\_2010/Caracteristicas\_Gerais\_Religiao\_De\_ficiencia/caracteristicas\_religiao\_deficiencia.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2012.
- JUCHEM, D. M.; BOSCARIN P.; CÉSPEDES, E. A. H. **Principais problemas enfrentados na hora da sucessão na propriedade rural: evidências empíricas**. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO. 8. São Paulo, 2005. Anais... disponível em:<<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/8semead/resultado/trabalhosPDF/92.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2013.
- KWITKO, E. E. B.; DIAZ, W. **Manual do Assessor de microcrédito rural**. Recife: Sociedade Alemã de Cooperação Técnica–GTZ, 2005.
- LAMARCHE, H. (Coord). **A agricultura familiar: comparação internacional. Volume I: Uma realidade Multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- LAMARCHE, Eughes. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 1997. 2.ed.
- LAURENTI, A. C. **Terceirização na Produção Agrícola: a dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola**. Londrina, IAPAR, 2000.
- LEONE, N. M. de G. **A sucessão não é um tabu para os dirigentes da P.M.E**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. 5. Anais... Belo Horizonte, 1991.

- LIMA, S. M. V. **Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil: Recomendações para Políticas de Desenvolvimento para o Jovem Rural**. Brasília: MDA, 2013.
- LIMA, S. R. R. **Ruralidade: o debate sobre o velho e o novo no meio rural**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. 13. Anais... Recife, 2007. Disponível em: <[www.uesc.br/dcec/sergioricardo/sociologia\\_agricultura.rtf](http://www.uesc.br/dcec/sergioricardo/sociologia_agricultura.rtf)>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- LISBOA, J. **O Discurso do desenvolvimento do/no capitalismo: à propósito da tese marxista**. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, v. 4, n. 10, 2004.
- LOPES, M. N. **O celibato masculino e as perspectivas de reprodução da agricultura familiar**. 2006. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educ. rev.**, nº 46, dez. 2007, pp.201-218.
- MACEDO E CASTRO, J. P. A construção de políticas públicas para a juventude: novas modalidades de gestão de segmentos sociais. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 55 n. 2, 2012.
- MAIA, C. J. **Lugar e trecho: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha**. Montes Claros: Unimontes, 2004.
- MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, n.23, p. 7-37, 1991.
- MARTINE, G.; GARCIA, R. (Org.) **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MARTINS, J. de S. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. In. **Estudos Avançados**. São Paulo. v.15. n.43. Sept./Dec. 2001. ISSN 0103-4014.
- MATTEI, L. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **RER**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 1055-1073, 2007.
- MELLO, M. A. **Transformações sociais recentes no espaço rural do oeste de Santa Catarina: migração, sucessão e celibato**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. 44. Anais... Fortaleza, 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/1036.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2010.
- MELLO, M. A. *et al.* Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Revista Agricultura**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.
- MELUCCI, A. **O jogo do eu: a mudança de si mesmo na sociedade globalizada**. [s. l.]: Editora Feltrinelli, 1992.
- MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 5-6, p. 3-14, 1997.
- MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. São Paulo: Vozes, 2001.
- MINAYO, M. C. S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOYCHELOVITCH, Sandra (org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.



MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústria e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MUSSOI, E. M. Agricultura familiar, extensão rural e a nova política nacional de assistência técnica e extensão rural. In: LIMA, J. R. T.; FIGUEIREDO, M. A. B. (Orgs.). **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**. Recife: Bagaço, 2006. p. 99-106.

NAIFF, L. A. M.; SÁ, C. P.; NAIFF, D. G. M. Preciso estudar para ser alguém: memória e representações sociais da educação escolar. **Paidéia**, São Paulo, v. 18, n. 39, pp. 125-138, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v18n39/v18n39a12.pdf>> Acesso em: 15 abr. 2012.

NEY, M. G.; HOFFMANN, R. A contribuição das atividades agrícolas e não-agrícolas para a desigualdade de renda no Brasil rural. **Economia aplicada**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 365-393, 2008.

NOVAES, R. C. R. Juventude/ juventudes? **Comunicações ISER**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 17, 1998.

NOVAES, R. C. R. Juventude e sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e por políticas públicas. **Revista Sociologia Especial- Ciência e Vida**, São Paulo, 2007.

NOVAES, R. C. R. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. [s.l.]: [s. n.], 2009.

NOVAES, R. C. R.; VANNUCHI, P. **Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação**. [s. l.]: Editora Fundação Perseu Aramo, 2004.

**ORGANIZAÇÃO IBERO-AMERICANA DA JUVENTUDE**. 2010. Disponível em: <[www.oij.org/file\\_upload/publicationsItems/.../20121128131507\\_18.pdf](http://www.oij.org/file_upload/publicationsItems/.../20121128131507_18.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2014.

PAIS, J. M. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PAIS, J. M. **Ganchos, tachos e biscoitos**: jovens, trabalho e futuro. Porto: Ambar, 2001.

PAULILO, M. I. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. In: PAULILO e SCHMIDT (Orgs). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2003, p. 183-210.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista de Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004.

PEIXOTO, S. E. Histórico da agricultura familiar no Brasil. **Revista Bahia Agrícola**, v.2. 1998.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. In: PERALVA, A. e SPOSITO, M. (Org.), **Juventude e Contemporaneidade**. São Paulo: ANPED, 1997.

PLOEG, J. D. Van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S. (Ed.). **Ecología, campesinado y historia**. Espanha, Las Ediciones de la Piqueta, 1992.

PLOEG, Jan Douwe Van der; MARSDEN, Terry. **Unfolding webs: the dynamics of regional rural development**. Assen-The Netherlands: Van Gorcum, 2008.

POLI, O. L. Cultura e modo de vida camponês no Oeste Catarinense: as bases para a organização e reação frente à crise dos anos 70. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 16, n. 15, p. 107-175, 2002.

RAMOS, G. **Un acercamiento teórico a los efectos del sistema de sucesión en la incorporación de los jóvenes a la agricultura Vasca**. Bilbao, 2004. Disponível em: <[http://www.unavarra.es/puresoc/pdfs/c\\_ponencias/ramos.pdf](http://www.unavarra.es/puresoc/pdfs/c_ponencias/ramos.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2014.

REDIN, E. *et al.* Juventude rural e novas formas de sociabilidade mediadas pelas tecnologias da informação e comunicação. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 15, n. 28, 2013.

RENK, A. **A reprodução social camponesa e suas representações: O caso de Palmitos-SC**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997.

RENK, A.; CABRAL JR, V. A. **Campesinidade e migração internacional: novas estratégias dos jovens rurais do Oeste catarinense**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 24. Anais... Caxambu, 2000.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 11.361**, de 27 de julho de 1999. Institui o dia 15 de julho como dia Estadual da juventude rural. Porto Alegre, 1999. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/11.361.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2007.

RODRÍGUEZ, E. Los desafíos de fin de siglo y la problemática juvenil rural en América Latina. 1993. CEPAL (Org.) **Juventude Rural: Modernidad y democracia en América Latina**, Santiago de Chile: Naciones Unidas, UNICEF e OIJ, 1996. p.33-54.

RUA, J. Urbanidades e novas ruralidades no estado do rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Orgs.). **Estudos de geografia fluminense**. Rio de Janeiro: Infobook, 2002.

RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, ano 2, n. 2, p. 45-66, 2005. Disponível em: <<http://www.anpege.org.br/downloads/revista2.pdf#page=45>>. Acesso em: 03 jul. 2009.

RUA, M. G. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: RUA, M. G. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD,1998. p. 731-752.

SANCHIS, E. **Da escola ao desemprego**. Rio de Janeiro: AGIR, 1997.

SANTIM, S. **A imigração esquecida**. Porto Alegre: EST, 1986.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

SANTOS, M. d. O. (2006), **Sucessão e herança: como dividir igualmente mantendo a desigualdade**. Comunicação apresentada no VII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, Quito. Disponível em <http://www.alasru.org/cdaldasru2006/01%20GT%20Miriam%20de%20Oliveira%20Santos.pdf>. Acesso em 10.02.10

SARMENTO, M. J.; STROPASOLAS, V. L. Os sentidos do trabalho infantil no campo. **Travessias**, Braga-Portugal, n.10, p. 233-263, 2010.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Política Agrícola**, Brasília, EMBRAPA, v. 16, n. 3, pp. 14-33, 2007. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/409.pdf>> Acesso em: 15 outubro 2013.

- SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil. In: NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (Org.). **Entre el Campo y la Ciudad: Desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro**. Buenos Aires: Ciccus, 2006.
- SCHNEIDER, S. *et al.* A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares no Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre; UFRGS, 2009. p. 139-166.
- SCHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
- SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.
- SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Relatório do 1º Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas**. Brasília, 2012.
- SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n.52, p. 1-27, 1985.
- SHUCKSMITH, D.; SMITH, R. Farm household strategies and pluriactivity in Upland Scotland. **Journal of agricultural economics**, v. 42, p. 340-353, 1991.
- SILVA, Jean Marcos da, SOUZA Theóphilo Alves de Filho, SILVA, Rosália Maria Passos. **Dinâmicas no espaço rural: a sucessão geracional dos negócios de agricultores familiares**. Disponível: <http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/207.pdf>. Acesso em janeiro de 2015.
- SILVESTRO, M. L. **Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do Oeste catarinense**. 1995. 349 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1995.
- SILVESTRO, M. L. *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD/MDA, 2001.
- SINGLY, F. **O Eu, o Casal e a Família**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2000.
- SIQUEIRA, L. H. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- SPANEVERELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 222 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- SPANEVERELLO, R. M. **A reprodução social na agricultura familiar: a saída dos filhos e o encaminhamento do patrimônio entre agricultores sem sucessores**. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. Anais... Campo Grande, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/423.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- SPOSITO, M. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: Juventude e Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5-6, 1997.
- SPOSITO, M. P. (Coord.) **Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009.

SPOSITO, M; CARRANO, P. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: FÁVERO, O.; SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P.; NOVAES, R. R. (Orgs.). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília, DF: UNESCO: MEC: ANPEd, 2007.

STANEK, O. As estratégias familiares. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. v.2, p. 119-148.

STROPASOLAS, V. L. **Redefinições nos processos de socialização das crianças rurais** 2011. disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/artigo\\_271.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/artigo_271.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2015.

TEDESCO, J. C. **Terra, Trabalho e Família: Racionalidade Produtiva e Ethos Camponês**. Passo Fundo: UPF, 1999.

TEDESCO, J. C. Conflitos de interesses e tutela camponesa: o associativismo católico no RS – décadas de 1950 e 1960. **Diálogos**, Maringá, v. 15, n. 1, p. 147-176, 2011.

TESTA, V. M. *et al.* **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: proposta para discussão**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

TONDO, C.; PEREIRA, D. F. Planejamento de carreira para membros de famílias empresárias. In: TONDO, C. (org.). **Desenvolvendo a empresa familiar e a família empresária**. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 161-174.

TOSCANO, L. F. Agricultura familiar e seu grande desafio. **Diário de Votuporanga**, v. 50, n. 12, p. 769, 2003. Disponível em: <[www.agr.feis.unesp.br/dv09102003.htm](http://www.agr.feis.unesp.br/dv09102003.htm)>. Acesso em: 30 maio 2007.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2003.

VENTURA, F.; MILONE, P. Novelty as Redefinition of Farm Boundaries. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J.S.C. **Seeds of transition**. Assen: Van Gorcum, 2004.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo, Ed. UPF, 1999, (p.23-56);

WANDERLEY, M. N. B. **A Valorização da Agricultura Familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil**. In: ENCONTRO ANUAL da ANPOCS, 29, 2000, Petrópolis. Anais... Rio de Janeiro: ANPOCS, 2000.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. **Globalização e desenvolvimento sustentável; dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH-Unicamp, 2004. p.61-74.

WANDERLEY, M. N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21-34.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009b.

WEDIG, J.; MENASCHE, R. Entre o campo e a cidade: o lugar do consumo na mobilidade material e simbólica de jovens rurais. In: PINTO, M. L.; PACHECO, A. K. **Juventude, Consumo & Educação**. Porto Alegre, 2009.

WEISHEIMER, N. **Estudos sobre os jovens rurais do Brasil**: mapeando o debate acadêmico. Brasília: Nead/MDA, 2004.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: MDA, 2005.

WEISHEIMER, N. **Jovens agricultores**: intersecções entre relações sociais de gênero e projetos profissionais. In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, GÊNERO E JUVENTUDE. 7. Anais... Florianópolis, 2006.

WEISHEIMER, N. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**, Rio de Janeiro: Maud X, 2007. p. 237-252.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes no Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1995.

WOORTMAN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Tempo Brasileiro/ Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-72 42 1990.

WOORTMANN, K. Migração, Família e Campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, n. 1, p. 35-53, 1990.

WOORTMANN, E; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da UNB, 1997.

ZORZI, A. **Transmissão da propriedade**: uma etapa da reprodução social na agricultura familiar. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

**APENDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA**

<b>I) CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA</b>	
Nome do (a) Jovem Idade Escolaridade	
Nome Pai Idade Escolaridade	
Nome da Mãe Idade Escolaridade	
Avós	
Irmãos	
<b>II) DADOS DA PROPRIEDADE</b>	
Tamanho da propriedade	
Própria ou arrendada? Outras formas de uso da terra	
Distância da sede	
Tipos de atividades	
Tecnologia utilizada na propriedade	
Penosidade do trabalho	
Área de preservação natural	
Maquinário	
<b>III) SUSTENTABILIDADE DA PROPRIEDADE</b>	
Dependência externa/insumos	
Produção para autoconsumo	
<b>IV) DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO POR GERAÇÃO E SEXO</b>	
Poder de decisão	
Distribuição do trabalho por membro da família	
Participação nas decisões de cada membro da família	
Divisão trabalho, hierarquia, divisão gênero.	
<b>V) RENDA</b>	
Aposentadoria	
Venda da mão-de- obra	
Culturas para comercialização	
Divisão da renda entre os membros da família	
Outras atividades de entrada de renda (turismo, artesanato)	
Poder de decisão dos jovens sobre investimentos	
<b>VI) SUCESSÃO</b>	
Preparação dos filhos para suceder	
A sucessão ocorreu por falta de opção	
Repasse do patrimônio financeiro	
Repasse do patrimônio cultural e financeiro	
Trabalho coletivo em família, sem a preocupação com o repasse do patrimônio	
Propriedade Familiar, forma divisão herança	
<b>VII) SOCIALIZAÇÃO</b>	
Atividades em que participam	

Relacionamento/ tem namorado(a)	
Continuam estudando	
A família participa e estimula a participação em organizações comunitárias.	
<b>VIII) INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL</b>	
Telefone	
Internet	
Meios de lazer	
Estradas	
Transporte coletivo disponível	
Moradia	
Transporte próprio	
<b>IX) RELAÇÃO COM O MEIO RURAL</b>	
Tempo de convívio com o meio rural do/da jovem	
Participação em atividades comunitárias	
Visão dos jovens sobre a vida e trabalho no campo	
Percepção dos pais sobre o meio rural	
Histórico com o meio rural	
<b>X) SERVIÇO DE EXTENSÃO RURAL</b>	
Acesso aos serviços de Extensão Rural	
<b>XI) PRONAF</b>	
Qual (is) membro(s) da família acessou	
Qual o tipo de PRONAF	
Qual a finalidade	
<b>XII) PLANEJAMENTO E GESTÃO DA PROPRIEDADE</b>	
Forma de organização	
Capacitação dos membros da família para desenvolver o trabalho	
Participação por membro da família na gestão	

## APÊNDICE B – MOBILIZAÇÃO DA JUVENTUDE RURAL NO RIO GRANDE DO SUL

Frente a dificuldades, a juventude rural do Rio Grande do Sul tem se organizado em vários espaços, construindo foros de debates e articulações com diversas parcerias, a exemplo da IIª Conferência Estadual de Juventude, realizada em Porto Alegre, de 16 a 18 de outubro de 2011. O evento foi orientado pela IIª Conferência Nacional de Juventude, na qual o Rio Grande do Sul teve uma expressiva participação dos movimentos de juventude rural, que garantiram a aprovação de duas resoluções, entre as cinco específicas para juventude rural. Além disso, o evento também garantiu representatividade da categoria juventude rural, por meio de delegados que defenderam as suas propostas em âmbito nacional.

As propostas aprovadas na IIª Conferência Estadual de Juventude, específicas para a juventude rural, foram as seguintes:

**EDUCAÇÃO:** Valorizar e incentivar as iniciativas para uma educação do campo, adequada à realidade do meio rural, como por exemplo: as casas familiares rurais, escolas familiares agrícolas, centros de desenvolvimento de jovens rurais e escolas técnicas agropecuárias em regime de alternância, incluindo jovens das diversas categorias sociais (assentados, agricultores familiares e comunidades tradicionais). E, como forma de estímulo aos jovens que estiverem estudando, a concessão de uma bolsa juventude, contribuindo assim para a permanência dos jovens no meio rural. A Criação de Um Plano Nacional para Jovens da Agricultura Familiar, Assentados e Povos Tradicionais, que possibilite a reestruturação das políticas públicas existentes articuladas com novas políticas de geração de renda, assistência técnica, acesso à terra, acesso ao crédito, fortalecimento do cooperativismo, inclusão digital, apoio à agroindustrialização e à comercialização dos produtos produzidos pelos jovens do meio rural. As propostas eleitas, na II Conferência Estadual irão compor a pauta da II Conferência Nacional que ocorrerá de 9 a 12 de dezembro em Brasília (PICCIN, 2011, p. 5).

Já o primeiro Fórum Estadual da Juventude, realizado entre os dias 21 e 22 de agosto de 2012, teve por objetivo criar um espaço de articulação entre todos os movimentos da juventude no Rio Grande do Sul, no sentido de aproximar e fortalecer as suas organizações, através da unificação das pautas específicas. Foram chamadas várias entidades de governo e do Legislativo do Rio Grande do Sul: Delegacia do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Pesca e Cooperativismo do RS, deputados estaduais, EMATER-RS/ASCAR. As organizações debateram durante dois dias as pautas e, ao final, elaboraram a 1ª Carta da Juventude Rural do Rio Grande do Sul, posteriormente entregue, em reunião, ao governador em exercício, Tarso Genro.

É importante destacar que o evento destinou vagas limitadas, definidas por sexo, raça, gênero e etnia: cada movimento poderia colocar no máximo cinco representantes de cada entidade, no sentido de garantir um debate igualitário em relação às demandas. Além disso, instituições que quisessem participar do evento somente poderiam fazê-lo na condição de ouvintes.

Julga-se oportuno apresentar as fotos relacionadas a esse evento, no sentido de evidenciar que o processo de migração dos jovens não ocorre de forma passiva, estes sujeitos vêm sistematicamente ocupando espaços e demandando melhorias nas políticas públicas para a juventude rural.



**Figura 2** - Primeiro Fórum Estadual de Juventude Rural - Porto Alegre, 22 e 23 de agosto de 2012.



Fonte: Acervo da autora.

**Figura 3** - Entrega da carta ao Governador do Estado, Tarso Genro



Fonte: ROLDÃO, 2012.

Após a entrega da 1ª Carta da Juventude Rural<sup>8</sup> ao governador, foi criada uma Comissão da Juventude para dialogar com o governo estadual e discutir as políticas públicas voltadas à juventude rural. O objetivo era favorecer a articulação entre todas as políticas públicas, de forma que estas pudessem ter mais sinergia e, de fato, pudessem impulsionar melhoria nas condições de vida da juventude rural.

---

<sup>8</sup> Ver Anexo A.

**Figura 4 - Criação do Fórum Permanente da Juventude Rural**

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2012.

Em decorrência desta e outras mobilizações das juventudes rurais, o governo do estado do Rio Grande do Sul realizou duas iniciativas específicas para este segmento social: o Programa Bolsa Jovem<sup>9</sup> e o Projeto de Lei nº 297, de 2011.

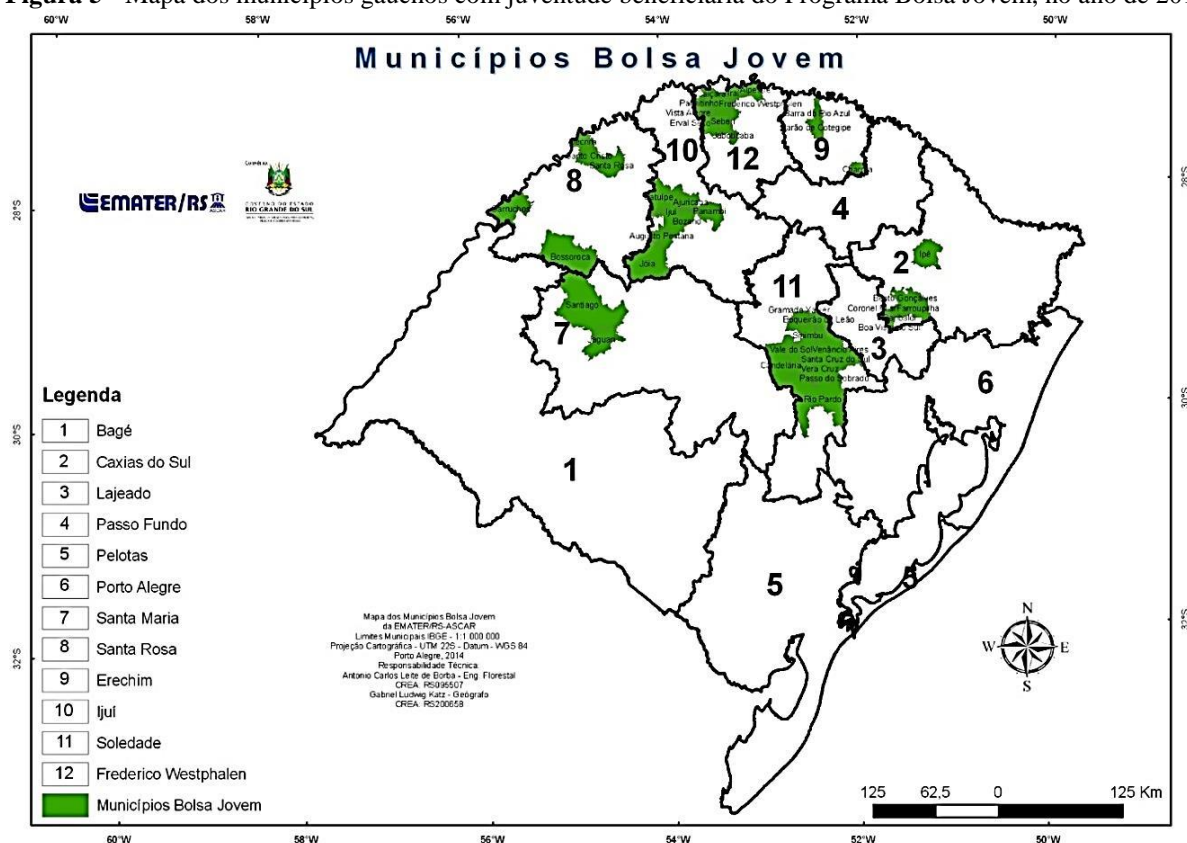
O recurso liberado pelo Programa Bolsa Jovem devia destinar-se à autonomia social dos jovens, viabilizando a sua participação em espaços de lazer, cultura, baile e outros. No entanto, durante as reuniões para esclarecer dúvidas sobre o Programa, das quais participaram a pesquisadora, na condição de extensionista da Emater/RS-Ascar, extensionistas monitores das Casas Familiares e outros profissionais locais, percebeu-se que os cartões – com o recurso de R\$ 200,00 mensais repassados aos jovens – estavam sob controle dos pais, pois eram eles que traziam as dúvidas e citavam as suas dificuldades para comprar itens como insumos agrícolas, arame e outros itens para a unidade produtiva familiar. Assim, ficou claro que o recurso destinado a favorecer a liberdade dos jovens em participar de atividades culturais e de lazer, de fato não chegara às mãos deles.

A proposta do Programa era atingir 10 mil jovens rurais até 2015, porém devido à falta da disponibilidade de recursos, somente está em realização a primeira etapa, com cerca de 240 jovens do meio rural gaúcho. Ao que tudo indica o Programa não tem perspectivas de continuidade na atual gestão, iniciada em 2015, demonstrando que, mais uma vez, as políticas públicas são interrompidas com a troca de governos.

O mapa abaixo mostra os municípios onde estavam localizados os jovens beneficiários do Programa Bolsa Jovem.

<sup>9</sup> Ver Anexo B.

**Figura 5** - Mapa dos municípios gaúchos com juventude beneficiária do Programa Bolsa Jovem, no ano de 2013



Fonte: EMATER-RS/ASCAR, 2014, p. 4.

Cabe ressaltar que, mesmo com o discurso de atendimento das demandas e necessidades da sociedade, invariavelmente os governos têm como meta, no horizonte da execução das políticas públicas, colher os frutos durante o período de sua gestão. Este fato, somado à demora burocrática para a execução do Programa Bolsa Jovem, resultou em uma execução muito aquém da proposta inicial, com metade do recurso financeiro, e liberando os beneficiários das exigências previstas, dentre elas, a de que eles deveriam comprovar estar participando de uma ATER continuada, que visava a emancipação social e financeira dos jovens; somada à exigência de que, ao final dos três anos do processo de formação continuada, o jovem beneficiado deveria definir e implantar o seu projeto de inserção no trabalho. De fato, a continuidade do Programa ficou atrelada à vontade e iniciativa dos atores locais, sem a articulação com os outros responsáveis pelo Programa.

Outra iniciativa do poder público do RS teve origem no Projeto de Lei N° 297/2011, de autoria do Deputado Estadual Altemir Torteli, do qual reproduzimos, a seguir, os pontos que convergem para nossa discussão. Conforme consta no referido Projeto de lei estadual, seria instituída a Política Estadual de Incentivo à Permanência de Jovens e Adultos no Meio Rural, através da Qualificação da Oferta Educacional.

Art. 5° – A administração pública estadual poderá implementar programa de apoio técnico ou financeiro para instituições educacionais, sem fins lucrativos e de caráter comunitário, que desenvolvam ou ofereçam cursos gratuitos de ensino médio ou de educação profissionalizante com conteúdo e método fundamentado, entre outros, na Pedagogia da Alternância.

Parágrafo único: A administração pública poderá dar tratamento diferenciado ou preferencial para instituições de ensino geridas ou comprometidas com o desenvolvimento ou valorização da agricultura familiar.

Art. 6° - Para os efeitos desta lei considera-se Pedagogia da Alternância a organização curricular, pedagógica e metodológica específicas que possibilitem aos

jovens e adultos educandos alternarem períodos de estudos no ambiente sócio escolar com o ambiente sócio profissional, possibilitando a convivência com a família, a comunidade e a organização.

Art. 7º - Os demais órgãos públicos, especialmente aqueles das áreas da agricultura, do desenvolvimento rural, do meio ambiente, ciência e tecnologia, economia solidária, entre outros, poderá valer-se desta Lei para viabilizar programas próprios em consonância com os princípios, os objetivos, as ações e os serviços de apoio desta Política Pública. (RIO GRANDE DO SUL; 2011).

O objetivo deste Projeto de Lei era criar um mecanismo para o repasse de recursos financeiros públicos às iniciativas dos agricultores, no que se referia à educação, através das Casas Familiares Rurais e das Escolas Famílias Agrícolas. No entanto, quatro anos depois, o Projeto de Lei de 2011 ainda aguarda por regulamentação para entrar em vigor. As Casas Familiares Rurais e as Escolas Famílias Agrícolas representam uma iniciativa importante para os agricultores, devido à ausência de uma política pública efetiva de educação do campo. Estas escolas funcionam com o apoio das organizações da sociedade civil e das Prefeituras Municipais. Porém, devido à escassez de recursos financeiros e profissionais, em alguns casos elas têm se mantido de forma precária.

Como já mencionado anteriormente, o que existe em relação às políticas públicas para juventude rural são épocas em que ocorreram ações mais efetivas. Isso se percebe no âmbito do Rio Grande do Sul, por exemplo, quando iniciativas como o Programa Bolsa Jovem não apresentam continuidade com a mudança de governo. E como já foi postulado pelos autores abordados, as políticas públicas de juventude são pontuais, desarticuladas e dependem de vontade política. Daí provém a sua fragilidade, sendo que mesmo as políticas gestadas pelos próprios movimentos de juventude são descontínuas.